

ALEXANDRE GUERRA
MARCIO POCHMANN
RONNIE ALDRIN SILVA

CIDADES E DISSOLUÇÕES

PASSADO
E PRESENTE
DA URBANIZAÇÃO
BRASILEIRA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ALEXANDRE GUERRA
MARCIO POCHMANN
RONNIE ALDRIN SILVA

CIDADES

E DISSOLUÇÕES

PASSADO
E PRESENTE
DA URBANIZAÇÃO
BRASILEIRA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Cidades e dissoluções

Passado e presente da urbanização brasileira

Alexandre Guerra
Marcio Pochmann
Ronnie Aldrin Silva

São Paulo, 2020

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Artur Henrique

Alberto Cantalice

Carlos Henrique Árabe

Lindbergh Farias

Márcio Jardim

Valter Pomar

Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Projeto gráfico e editoração: Caco Bisol

Foto da capa: Washington Cesar Takeuchi

Imagem de capa: A Fundação Perseu Abramo agradece a Washington Cesar Takeuchi, autor da foto que compõe a arte de capa deste livro, pela gentil cessão de uso da imagem.

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br
f: 11 5571 4299

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO E CAPITALISMO PERIFÉRICO

- 13 CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO
- 22 CIDADES E PADRÕES DE URBANIZAÇÃO CAPITALISTA
- 34 URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO
- 40 A EXPERIÊNCIA DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIAS DAS CIDADES EM TRÊS TIPOS DE SOCIEDADES NO BRASIL

- 62 ARRANJO CAMPO-CIDADE NO SÉCULO XIX E SUA ESTRUTURA ESCRAVOCRATA
- 74 DO ESCRAVISMO PARA A DE COMPETIÇÃO CAPITALISTA (1872 A 1920)
- 874 AGRARISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1920 A 1940)
- 89 PASSAGEM DA SOCIEDADE AGRÁRIA PARA A URBANA E INDUSTRIAL (1920 A 1960)
- 101 ASCENSÃO DA SOCIEDADE URBANA E INDUSTRIAL (1960 A 1991)
- 117 TRANSIÇÃO DE SOCIEDADE NA PREPONDERÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS (1991 A 2010)

CAPÍTULO III

CIDADES NO INÍCIO DO SÉCULO 21

- 147 DESEMPENHO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS NO INÍCIO DO SÉCULO 21
- 162 PANORAMA POR CADA SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
- 165 EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL SEGUNDO TIPOLOGIA TERRITORIAL

APRESENTAÇÃO

As análises preliminares a respeito da transição das sociedades urbano industriais para as de serviços (pós-industriais) estiveram permeadas de expectativas relativamente positivas, sobretudo quando aliadas ao curso dos avanços tecnológicos¹. Mas com o passar do tempo, a evolução da realidade tratou de explicitar situações distintas ao originalmente imaginado.

O predomínio do avanço do neoliberalismo a partir das duas décadas finais do século XX implicou em alterar o papel do Estado e a recomposição das receitas e gasto público perseguido, em geral, desde o segundo pós-guerra. Com a inflexão do papel do Estado na economia e a contenção dos recursos para as áreas sociais, a trajetória de queda na pobreza absoluta e na desigualdade de renda, riqueza e poder sofreu significativa e inédita regressão.

Além disso, o movimento de gestão da exclusão introduzida pelo inovador parâmetro educacional de testes e metas parametrizadas internacionalmente e sinalizador ideológico do empreendedorismo de si pró-

1. Sobre isso ver: BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1974; KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio. Zahar, 1997; TOURAINE, A. *Sociedade pós-industrial*. Lisboa. Moraes Editores, 1970; MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000; RUSSEL, B. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

prio, em meio as ocupações cada vez mais precárias e desprotegidas trabalhista e socialmente. Nessas regras do jogo capitalista, houve a ascensão do Estado policial-penal na tentativa do controle autoritário e violento das classes perigosas, advindas do novo precariado, que se expandem concomitantemente ao distanciamento das instituições de representação de interesses, fundamentadas na antiga sociedade urbana e industrial².

Isso parece ocorrer de forma mais concreta nas cidades, sobretudo as industriais, cuja desindustrialização madura ou precoce retirou vitalidade econômica e impôs outra dinâmica socioeconômica no rastro da emergência das cidades de serviços. Embora o termo cidade possa referir-se a registros históricos longínquos da organização humana que vive em coletividade nas comunidades não rurais, a urbanização moderna somente teve início com a substituição do mercantilismo pelo capitalismo e as revoluções industriais e tecnológicas.

Até o século XVIII, por exemplo, a presença humana nas cidades agrárias era muito contida. Mas com a industrialização, a urbanização rapidamente ganhou força, deslocando grande maioria das populações que viviam no campo e florestas para as cidades que, de agrárias, foram transformadas em industriais, reproduzindo classes sociais diferenciadas sobre o espaço físico segregado por multifuncionalidades.

De um lado, o centro da urbanização avançada para as classes altas e médias e, de outro, a generalização da suburbanização da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos para os segmentos restantes da população. Mesmo que nem sempre as várias reformas destoaram do padrão de urbanização capitalista, consagrou-se, contudo, a perspectiva da homogeneização das sociedades ancoradas mais no pressuposto do consumo, que da cidadania nos países desenvolvidos.

2. Para mais detalhes: GORZ, A. *Adeus ao proletariado, para além do socialismo*. Rio. Forense. 1982; WACQUANT, L. *Punir os pobres*. Rio de Janeiro: Revan, 2009. ANTUNES, R. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo; MORAES, R. ; POCHMANN, M. *Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do Século 21*. São Paulo: FPAbramo, 2017; STANDING, G. *O precariado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013; BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Por força da industrialização tardia, completa e incompleta, o processo de urbanização ganhou impulso somente no século XX na maior parte dos países considerados subdesenvolvidos. A diferença temporal impôs um padrão de urbanização de dimensão periférica, uma vez que a desigualdade no padrão de vida entre ricos e pobres, herdadas do passado agrarista, aprofundou-se pelo modo de via urbano adotado.

No caso brasileiro, cuja dinâmica interna se vinculou ao panorama geopolítico e econômico mundial, apresentou trajetória de semelhanças e divergências na urbanização relacionada aos países desenvolvidos. O movimento de dissociações prevaleceu presente nas cidades sob as distintas situações de colônia portuguesa, da emergência do império tropical e da república sempre incompleta.

Também na distinção de cidades agrárias, industriais e mais recentemente de serviços, a estrutura das classes sociais se apegou ao universo do território segregado pela dominância privada do capital e especulação imobiliária. Mesmo a gradual instalação da regulação pública, mostrou-se incapaz de transitar do formalismo das leis à prática da intervenção pública no sentido de alterar o curso da realidade concreta.

Isso porque a ocupação nacional da terra, inicialmente rural e depois urbana, seguiu assentada na lógica dos poderes locais a exigir a autoridade da ordem para garantir apropriação privada do território³. Assim, a exclusão da sociedade na política e o favorecimento de ricos e poderosos descolam-se de qualquer determinação de passado colonial, ou de panorama geoeconômico mundial. A ausência de revolução burguesa clássica e de reformismo civilizatório manteve o capitalismo em marcha selvagem, inóspito à regulação pública e democrática por longo tempo.

3 Conforme TAVARES, M. *Império, território e dinheiro*. In: FIORI, J. (org.) Estado e moedas no desenvolvimento das nações. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 449-489.

Nesta perspectiva, o presente livro organizado coletivamente procura oferecer adicionalmente uma contribuição à interpretação de longo prazo da urbanização brasileira. Em três partes articuladas entre si, o leitor poderá encontrar, inicialmente, a base teórica pela qual se fundamentou a urbanização no país.

Na sequência, a complexidade da análise síntese histórico-panorâmica das cidades e suas transformações no Brasil, passando por distintas situações econômicas, políticas e sociais. O foco na situação mais atual dos municípios encerra o livro com o desafio de abordar os dilemas e dissociações a que a urbanização encontra-se nacionalmente inserida.

Os autores

| CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO NO
TERRITÓRIO E
CAPITALISMO PERIFÉRICO

DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO E CAPITALISMO PERIFÉRICO

Neste primeiro quarto do século XXI, o conjunto da população mundial encontra-se vivendo majoritariamente nas cidades. Ou seja, a condição territorial do planeta assumiu predominantemente o modo de vida urbano, que pressiona simultaneamente por ecossistema sustentável e inclusivo de toda a humanidade.

Isso significa que as cidades estão ainda mais desafiadas pela perspectiva futura da incorporação de quase três bilhões de pessoas adicionais ao atualmente vigente, sobretudo nos países de capitalismo periférico. A prevalência do modo de vida urbana ocorre pela primeira vez na trajetória humana e tende a se aprofundar ainda mais nos próximos anos.

Diante da continuidade do deslocamento humano no território, as infraestruturas urbanas (habitação, água, eletricidade, saneamento e mobilidade) atualmente existentes seguirão cada vez mais desafiadas no espaço territorial das cidades, especialmente nos 12 países que concentram quase dois terços da população mundial. Em relação à situação residencial, por exemplo, algo em torno de 250 milhões de novas unidades habitacionais deverá ser construída em associação à demanda por empreendimentos em infraestrutura urbana e serviços públicos.

Considerando a força do atual salto tecnológico e os limites da sustentabilidade ambiental, o modo de vida nas cidades deveria ser profundamente repensado. Além disso, o avanço da globalização neoliberal conduzido sem regramento público pelas grandes corporações transnacionais assentadas em torno das cadeias globais de valor, tem implicado concentrar em poucas cidades a riqueza, a renda e o poder.

Atualmente, por exemplo, o centro dinâmico do capitalismo global está situado no espaço territorial de apenas 600 cidades que respondem em conjunto por cerca de dois terços de todo o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, enquanto a parte restante se divide nas cidades de escassa atividade econômica, estagnadas e até abandonadas por razões variadas.

Tudo isso se movendo diante das tecnologias de conexão e integração flexível e inclusiva nas cidades a requerer planejamento urbano. Como no caso da transição demográfica que demanda novas abordagens transdisciplinar no modo de vida urbano, como na mobilidade, na atenção à saúde e na sociabilidade, entre outras.

É nesse contexto da vida urbana que o presente capítulo busca focalizar os principais desafios do desenvolvimento no território dos municípios brasileiros, em plena produção e reprodução das condições periféricas do capitalismo global. Para tanto, trata-se inicialmente de compreender a dimensão urbana no desenvolvimento do próprio capitalismo para, na sequência, identificar padrões de urbanização e as especificidades brasileiras.

CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO

A definição de urbanismo encontra-se associada ao modo coletivo de vida em cidades, do latim, *urbs*. Por isso, a dimensão quantitativa da concentração humana no espaço territorial comum tem sido adotada como parâmetro de referência da existência própria de relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Também a dimensão política-administrativa tem importância no estabelecimento próprio para a definição do modo de vida urbano, independente do parâmetro populacional. Enquanto em países como Canadá, França e Grécia, por exemplo, a definição de urbano atende ao critério demográfico, pois consideram cidade apenas aquele espaço geográfico com população superior a mil, dois mil e dez mil pessoas, respectivamente, no Brasil destaca-se o critério político-administrativo adotado para definir município.

De todo modo, a separação do urbano em relação ao rural não atende apenas noções de organização distinta do espaço ocupado pela Humanidade. Isso porque o espaço constitui a base pela qual se estabelecem os processos econômicos e sociais portadores com distintos modos de vida e cultura.

O fato de o rural ser definido por espaço privilegiado da agricultura, enquanto o urbano consagra o predomínio das atividades industriais e de serviços, não exige considerar a sociabilidade também distinta. Nas sociedades agrárias, a identificação com a natureza, a importância relativa dos idosos por sua experiência e conhecimento acumulados no tempo e certo isolamento intracomunidade, imposto pela baixa densidade populacional, fortaleceram a noção da vida urbana em ampla oposição.

Assim, a definição de urbano foi estruturada, em geral, pelo que estaria fora do estabelecido como rural. Nesse sentido, a ampliação continuada da urbanização teria como limite o próprio fim da existência do que se estabeleceria originalmente como rural¹.

Essa perspectiva, contudo, terminou sendo afetada pelas novas abordagens a respeito da reestruturação econômica e social frente à

1. Essa perspectiva pode ser encontrada em: LEFEBVRE, H. *La Production de l'espace*. Paris: Antropos, 1974; WIRTH, L. *O urbanismo como modo de vida*. In: FORTUNA, C. (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta, pp. 45-66, 1997; RAMBAUD, P. *Société rurale et urbanization*. Paris: Seuil, 1969; WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. da Unb, 1991; SIMMEL, G. *The Metropolis and Mental Life*. In: SIMMEL, G. *On Individuality and Social Forms*. Chicago, UCP, pp. 324-339, 1971.

emergência das cidades de serviços a partir do último quartel do século XX. Por conta disso, tanto as noções de urbano como de rural passaram a ser questionadas.

O agrário, por exemplo, até então espaço da agropecuária e mineração transformou-se com a expansão de novas atividades econômicas de natureza não mais estritamente agropecuárias e de extrativismo. As atuais análises sobre o território que incorporam à globalização do final do século passado, a modernização na agropecuária e a difusão das novas tecnologias de comunicação e informação ao meio rural enquanto espaço multifuncional e pluriativo disseminado por bens e serviços que anteriormente eram classificados como urbanos.

O contraste do passado agrário em relação ao conceito do moderno urbano, com as cidades associadas à racionalização das relações sociais e às oportunidades do avanço da vida intelectual, foi sendo gradualmente esvaziado. A perspectiva ecológica e o comprometimento do espaço urbano referente ao zoneamento disciplinado pelas funcionalidades do trabalho, habitação, educação, saúde, recreação e outras, fez desmoronar a tradicional diferenciação de modos de vida urbano e rural, uma vez que para os mesmos espaços convivem situações urbanas e não urbanas².

Ao mesmo tempo, o tipo de desenvolvimento urbano perseguido terminou por comprometer a própria sustentabilidade ambiental, misturando água limpa com despejos industriais e esgoto doméstico e sanitário. O crescimento da poluição e o desperdício generalizado pelo modo coletivo de vida nas cidades, ambos determinados em grande medida pelo mercado, foram tornando o recurso natural que

2. Mais detalhes em: FERRÃO, J. ; LOPES, R. *Understanding peripheral rural areas as context for economic development*. In: L. LABRIANIDIS, L. (ed.) *The future of Europe's rural peripheries*. Hampshire: Ashgate, p. 31-61, 2004; JOLLIVET, M (ed.) *Vers un rural postindustrial*. Paris, L'Harmattan, p. 351-371, 1997; KAYSER, B. *La Renaissance rurale*. Paris, Armand Colin, 1990; MARSDEN, T. *et al. Constructing the countryside*, London: UCL, 1993; MATHIEU, N. *La notion de rural et les rapports ville-campagne en France*. n° 247, p. 11-20, 1998; OCDE *Redefining "Urban": A new way to measure metropolitan areas*. Paris: OCDE, 2012.

era abundante em escasso, acompanhado de calamidades naturais, enchentes, secas e epidemias, cujo resultado foi a própria insustentabilidade da urbanização.

Do ponto de vista histórico, encontram-se registros de cidades muito antigas que remontam a seis mil anos, como nos casos daquelas situadas nos vales dos rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia e Egito. Mas foi somente após o fim da Idade Média, com a emergência dominante do modo de produção capitalista a partir do século XVIII, que as cidades passaram a assumir crescente protagonismo político, econômico, social e cultural na definição do modo de vida urbano, crescentemente incorporando maiores parcelas da população.

Com a primeira Revolução Industrial e Tecnológica, originalmente protagonizada na Inglaterra desde a metade do século XVIII, o modo de vida urbano começou a ganhar primazia. Naquela época, as pessoas que viviam em cidades mal alcançavam 3% do total.

Diversas razões contribuíram para o avanço no deslocamento da população rural para as cidades como, por exemplo, a nova organização da produção industrial. Embora não fosse um fenômeno associado exclusivamente à industrialização, a urbanização se desenvolveu rapidamente sob a era da produção e do trabalho manufatureiros.

A cidade de Londres, por exemplo, destacou-se por ser antecipadamente uma cidade grande antes do século XVIII, porém com a industrialização, o processo do deslocamento populacional deu saltos inegáveis.

Isso porque a produção industrial se converteu na iniciativa fundamentalmente urbana, tendo a cidade como foco da concentração no território do capital e força de trabalho, concomitante com o deslocamento humano, a elevação na expectativa de vida e a expansão populacional. Assim, o sistema urbano se constituiu profundamente transformador das antigas sociedades agrárias, estabelecendo processo transformador das cidades pertencentes de passado não urbano.

Com a industrialização, as cidades tiveram que se reformular para dar conta do crescente fluxo de pessoas a terem disponibilizadas suas forças de trabalho para o emprego capitalista na produção de bens e serviços. Por isso, ao final do século XIX, cerca de 15% da população mundial já estava estabelecida em cidades.

Nesse sentido, o processo de industrialização se converteu na principal força capitalista na dinâmica da urbanização. Pela segunda Revolução Industrial e Tecnológica protagonizada especialmente pela Alemanha e os Estados Unidos, a progressividade do contingente populacional vivendo cada vez mais nas cidades se apresentou de forma inédita até então.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO MUNDO (EM BILHÃO)

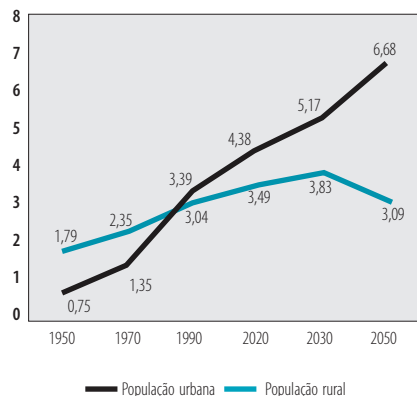
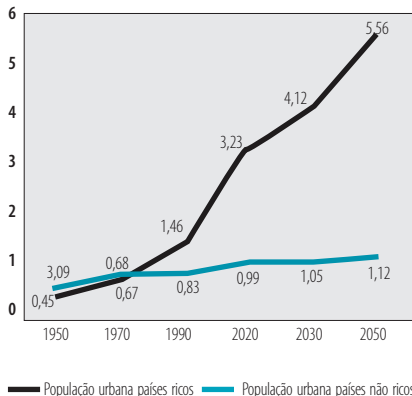


GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA MUNDIAL EM PAÍSES RICOS E NÃO RICOS (EM BILHÃO)



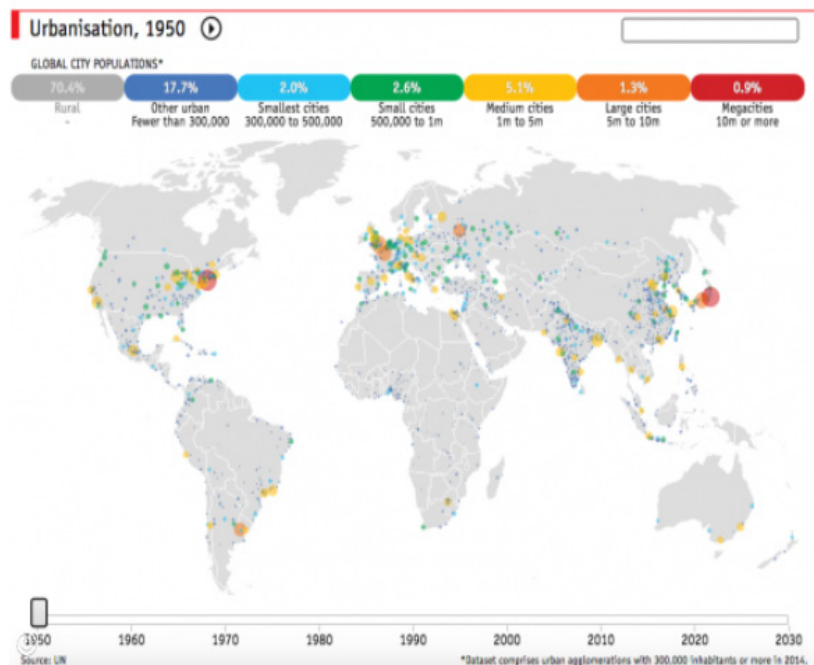
Fonte: Onu

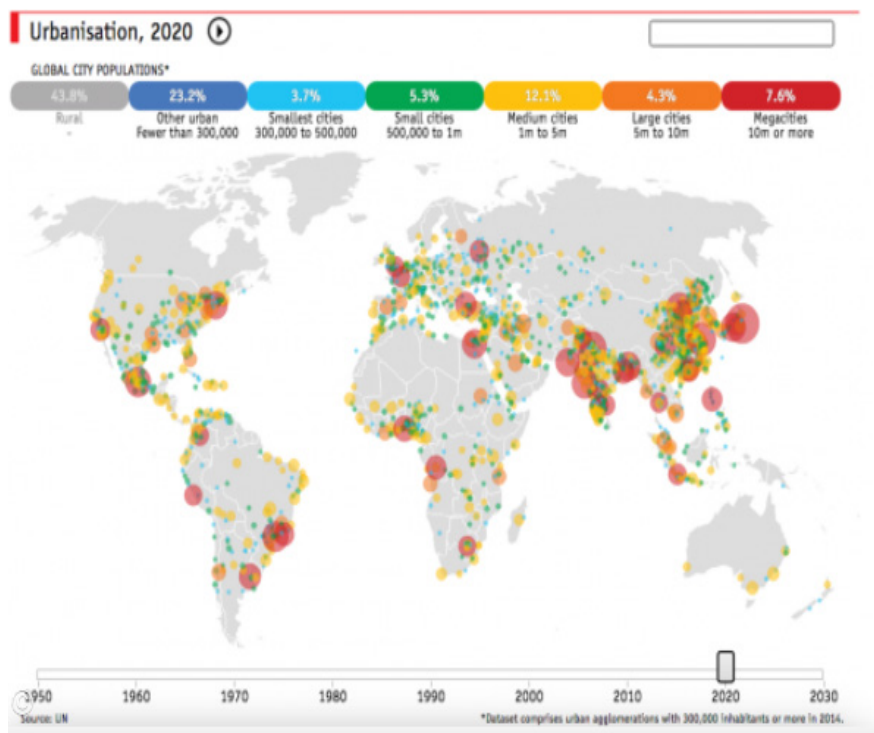
Em 1950, por exemplo, quase 30% da população mundial encontravam-se vivendo nas cidades, sendo quase 45% desse universo residindo em 900 cidades com mais de 100 mil habitantes (13,1% da população mundial). No ano de 1800, somente 50 cidades no mundo continham mais de 100 mil habitantes, o que representava 1,7% da população mundial, ou seja, quase dois terços da população considerada urbana.

Em 2020, próximo de 55% do total da população do planeta deverá alcançar o modo de vida urbano, sendo um quinto da população mundial pertencente às cidades com 100 mil habitantes e quase 10% residentes nas cidades com até meio milhão de habitantes. Para o ano de 2050, a projeção da Organização das Nações Unidas (ONU) aponta para quase 70% da população mundial vivendo nas cidades, sendo um sexto da Humanidade concentrada nas cidades com 100 mil e mais habitantes.

De acordo com os mapas do mundo que permitem fixar o grau de concentração da população urbana, percebe-se a continuidade da trajetória da população residir em cidades de menor porte. De acordo com a ONU, a maior parte da transformação do meio rural para o urbano ocorrerá nas cidades menores, bem como nos países não ricos.

FIGURA 1: MAPAS DA CONCENTRAÇÃO DA URBANIZAÇÃO NO MUNDO, 1950 E 2020





Fonte: The Economist

Mesmo assim, constata-se que de cerca das 50 cidades com mais de meio milhão de habitantes em 1980, o mundo contabilizou, em 2010, a existência de 134 cidades na mesma faixa populacional, podendo ainda chegar a 250 cidades em 2025. Esse movimento próprio das sociedades urbanas e industriais de constituição de grandes cidades, percebido como metropolização da densidade demográfica, passou a ser arrefecido com a transição para as sociedades de serviços.

Em grande medida, o salto na taxa de urbanização capitalista foi resultado principal do processo de industrialização, cuja demanda pelo deslocamento de grande parcela da população nas áreas rurais direcionou-se à oferta de mão de obra para atender a produção e circulação de bens e serviços. Não significa dizer que não haverá

espaço para a continuidade da existência das megacidades. A projeção da ONU para o ano de 2030 indica que cerca de 9% da população mundial pertencerá a uma megacidade, ou seja, 41 megacidades com 10 milhões e mais de habitantes. Deste total, 29 pertencerão à Ásia e oito à América. Essa trajetória diverge do passado recente, quando os países ricos eram os que expressavam os principais movimentos demográficos do mundo.

Se em 1950, quando cerca de 30% da população do mundo concentrava-se nas cidades, havia somente duas megacidades (Nova York, com 12,3 milhões de habitantes e Tóquio, com 11,3 milhões de habitantes). Mas a partir da década de 1970, as megacidades existentes no mundo (Bombay, Buenos Aires, Calcutá, Chicago, Cidade do México, El Cairo, Los Angeles-Long Beach-Santa Ana, Londres, Moscou, Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Xangai e Seul) deixaram de se concentrar nos países ricos.

A aceleração da urbanização nos países não ricos resultava do ritmo da industrialização que acontecia concentrada no tempo, talvez por isso, desordenada e segregadora. Sem planejamento urbano adequado, as cidades demonstraram não estar preparadas para receber significativo deslocamento populacional, cujo resultado foi a segregação territorial, com a urbanização periférica de cortiços e favelas que acolheram enorme massa humana com precário atendimento de serviços públicos e infraestrutura.

No processo mais recente de urbanização dos países não ricos, a manifestação tardia da industrialização demandou crescente oferta de mão de obra nas cidades, enquanto a concentração fundiária e mecanização no meio rural estimularam a migração campo cidade. Percebe-se, assim até a primeira metade do século passado, que a população urbana mundial estava assentada nos países capitalistas de industrialização avançada.

TABELA 1: MAIORES CONCENTRAÇÕES URBANAS NO MUNDO (EM MILHÕES DE PESSOAS), 1970 E 2015

1970			2015		
1	Tóquio, Japão	16,5	1	Mumbai, Índia	28,2
2	Nova York, Estados Unidos	16,2	2	Tóquio, Japão	26,4
3	Xangai, China	11,2	3	Lagos, Nigéria	23,2
4	Osaka, Japão	9,4	4	Daca, Bangladesh	23,0
5	Cidade do México, México	9,1	5	São Paulo, Brasil	20,4
6	Londres, Inglaterra	8,6	6	Karachi, Paquistão	19,8
7	Paris, França	8,5	7	Cidade do México, México	19,2
8	Buenos Aires, Argentina	8,4	8	Nova Delhi, Índia	17,8
9	Los Angeles, Estados Unidos	8,4	9	Nova York, Estados Unidos	17,4
10	Pequim, China	8,1	10	Jacarta, Indonésia	17,3

Fonte: ONU e BROCKERHOFF, M. An Urbanizing World. Population Bulletin. Washington, 2000

Desde a década de 1950, o processo de industrialização começou a ganhar maior dimensão em alguns países subdesenvolvidos. O êxodo rural se configurou como um dos maiores movimentos do deslocamento humano em massa do campo para as cidades, provocado pela expansão capitalista.

Por outro lado, a desindustrialização começou a fazer parte do cotidiano de países desenvolvidos, antecipando a passagem para a sociedade de serviços. Com a globalização desde os anos de 1980, as grandes cidades sofreram importantes impactos que alteraram o sentido da trajetória da urbanização no mundo.

Nesse sentido, a abordagem tradicional sobre padrões de urbanização no desenvolvimento capitalista, a identificação de suas principais manifestações e alterações visam contribuir no entendimento dos problemas das cidades, bem como suas possíveis superações.

CIDADES E PADRÕES DE URBANIZAÇÃO CAPITALISTA

A conversão do uso das terras agrícolas em urbanas marca a humanidade, sobretudo com o advento do capitalismo transformado, no mundo, em modo dominante de produção e acumulação desde o

século XVIII. Ao mesmo tempo, o progressivo movimento de valorização das terras urbanas foi acompanhado por intensas disputas sociais e políticas por apropriações no espaço territorial, o que apontou para a formação de estruturas de organização e funcionamento das cidades industriais que superaram as antigas cidades agrárias.

Com o uso do solo tornado fundamental para o desenvolvimento urbano, sobretudo com a industrialização, o setor terciário da economia também se expandiu no interior das cidades. A partir do entorno da área central das antigas cidades agrárias, expandiram-se espaços residenciais da população que se deslocou do campo para a cidade, sobressaindo-se a força da divisão funcional e suas consequências, como a segregação social no próprio território das classes sociais.

Isso porque foi nas cidades que se concretizou a repartição dos espaços físicos diferenciados, em decorrência da existência de distintas classes sociais determinadas pelo modo de produção capitalista. Embora nas cidades agrárias existissem agregações sociais diferenciadas, a divisão mais nítida explicita-se com a emergência da urbanização do território promovida pela industrialização.

A partir do final do século XX, com o movimento de desindustrialização, madura ou precoce, dependendo da realidade de cada país, ganhou a expressão de novidade das cidades pós-industriais ou de serviços enquanto resultado da transição de sociedades industriais para a de serviços. Dessa forma, o espaço urbano estabelece outro processo de configuração das cidades, desafiado por exigências que superam o funcionamento cumprido até então.

Neste cenário em transformação, a abordagem sobre o tema de padrões de urbanização contribui para entendimento melhor das disparidades de situações que acompanha a trajetória das cidades no mundo. Embora diferenciados, os padrões de urbanização capitalista guardam relações com lógicas individuais e coletivas e regulação privada ou pública do mercado de terras agrícolas e urbanas.

Por isso, o mercado imobiliário conformou-se ao longo do tempo decisivo no condicionamento da urbanização capitalista e, por consequência, na definição das espacialidades nas cidades. Assim, as transformações graduais ou abruptas pelas quais a estrutura espacial das cidades têm passado, podem revelar o grau de segregação socioespacial, que resulta da forma e ritmo de ocupação da terra urbana por diferentes classes e frações de classe sociais.

Na perspectiva teórica do modelo estático topocêntrico, a trajetória da urbanização se conduziria a partir do ponto central das cidades em função das melhores oportunidades de negócios e ocupação da força de trabalho, responsável tanto pela atração populacional quanto pela elevação do gasto com moradia³. Além disso, as condições macroeconômicas e políticas também interferiram sobre o movimento de concentração espacial da população nas cidades, bem como na conversão das terras agrárias em urbanas.

Na perspectiva teórica da dinâmica da urbanização, a estrutura espacial seria apresentada pelo sentido das forças centrífuga ou centrípeta a atrair ou impelir o movimento de ocupação do solo para diferentes funcionalidades de valorização da posse da terra⁴. Nessa modalidade de análise sobre a expansão urbana e suas implicações sobre a polarização desigualizadora no território, procura-se tratar das causas e consequências das aglomerações humanas nas cidades.

Em geral, a abordagem referente à expansão urbana distingue o modelo de cidades concentradas (alta densidade demográfica) na Europa do modelo de cidades estendidas (baixa densidade demográfica). O primeiro modelo de cidade tenderia a oferta de moradias com

3. Sobre isso, ver mais em: ALONSO, W. *Location and land use: Toward a general theory of land rent*. Cambridge: HUP, 1964; MUTH, R. *Cities and housing*. Chicago: CUP, 1969; MIESZKOWSKI, P.; MILLS, E. *The causes of metropolitan suburbanization*. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, p.135 -147, 1993.

4. Mais detalhes em: KRUGMAN, P. *Space: The Final Frontier*. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 12, n. 2, p. 161-174, 1998; FUJITA, M. et al. *The spatial economy: cities, regions, and international trade*. Cambridge: MIT Press, 1999; ANAS, A. et al. *Urban spatial structure*. *Journal of economic literature*. v. 36, n. 3, p. 1426-1464, 1998.

dimensões contidas, próximas de acesso a bens e serviços e de fácil mobilidade coletiva, enquanto o segundo seria demarcado por residências amplas e associadas ao uso do transporte individual, pois distantes do acesso a bens e serviços.

Com isso, o avanço da urbanização se constituiria na formação de áreas suburbanas, geralmente vinculadas ao movimento da especulação da terra. No modelo de cidades concentradas, a especulação imobiliária seguiria restrições impostas pela maior presença da regulação pública. No modelo de cidade estendida, a massificação da suburbanização expressaria a frágil regulação pública diante da especulação imobiliária⁵.

A partir deste enfoque se buscaria identificar os padrões distintos de urbanização capitalista. Para analisar a constituição de estruturas urbanas em países, considera-se a conformação da centralidade, entornos e contornos das cidades. Ademais, a predominância humana nas cidades impôs condicionamentos à vida urbana muito distintos dos prevaletentes nos habitantes do meio rural.

Assim, a sociedade urbana se constituiu profundamente distinta da antiga sociedade agrária. Ao estarem associadas à industrialização e revoluções tecnológicas, as cidades industriais absorveram parcelas crescentes de populações advindas do meio rural que fundamentaram o desenvolvimento de sociedades urbanas.

Nesse sentido, as antigas cidades tenderam a transformar suas estruturas originais por conta da espacialização gerada pelo avanço da urbanização territorial⁶. De forma pioneira, o salto da urbanização

5. Parte melhor desenvolvida em: GEORGE, H. *Progresso e pobreza*. 3. ed. Rio de Janeiro: E. Aurora, 1970; CLARK, R. : HARVEY, W. *The nature and economics of urban sprawl*. *Land Economics*, v. 41, n. 1, fev: 1965, p. 1-9; BAHL, R. *A land speculation model: the role of the property tax as a constraint to urban sprawl*. *Journal of Regional Science*, v. 8, n. 2, 1968. p. 199-208; ARCHER, R. *Land speculation and scattered development: Failures in the urban fringe land market*. *Urban Studies*, n. 10, 1973, p. 367-372; CLAWSON, M. *Urban sprawl and speculation in suburban land*. *Land Economics*. v. 38, n. 2, 1962, p. 99-111.

6. Sobre isso ver mais em: SPOSITO, M. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989; CARLOS, A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992; CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; CLARK, D. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1985; SANTOS, M. *Manual de geografia urbana*. 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008; GLAESER, E. *et al. Why do the poor live in cities?* Harvard Institute of Economic Research: Discussion Paper, n. 1891, 2000.

inglesa transcorreu entrelaçado como a industrialização originária na metade do século XVIII.

Em 1800, por exemplo, a Inglaterra registrou um quinto de toda a sua população residindo em cidades com mais de 10 mil habitantes, tendo a capital Londres, com 1,1 milhão de pessoas residentes. Um século depois, em 1900, quatro quintos dos ingleses moravam em cidades com mais de 10 mil habitantes, tendo a cidade de Londres contabilizado 7 milhões de habitantes.

Na sequência da industrialização originária na Inglaterra instalada pela primeira Revolução Industrial na metade do século XVIII, outros países na Europa, Japão e EUA também foram constituindo seus processos de urbanização. Mas isso ocorreu na esteira do padrão de industrialização retardatária, embalada que foi pela segunda Revolução Industrial e Tecnológica ao final do século XIX⁷.

Nestas novas circunstâncias, a passagem da sociedade agrária para a urbana e industrial transcorreu posteriormente a verificada na Inglaterra. No ano de 1800, por exemplo, somente um décimo dos estadunidenses residiam em comunidades urbanas com mais de 2,5 mil habitantes, tendo a cidade de Nova York registrado apenas 60 mil habitantes. Cem anos depois, os Estados Unidos contabilizaram três quartos de sua população morando em áreas urbanas e somente na cidade de Nova Iorque residiam 4,8 milhões de habitantes.

Na França, cujo êxodo rural se apresentou relativamente lento e menos intenso se comparado a outros países de industrialização retardatária como Alemanha e Estados Unidos, a população urbana somente se tornou superior a rural a partir da década de 1930. Após o auge agrário, com 27 milhões de moradores no campo na metade

7. Sobre isso ver: OLIVEIRA, C. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Unesp, 2003; GIDDENS, A. *Sociologia*. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005; LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991; ALONSO, W. *Location and land use: Toward a general theory of land rent*. Cambridge: HUP, 1964; LÉFÈVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 2 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973; RONCAYOLO, Marcel. *La ciudad*. Barcelona: Paidós, 1988.

do século XIX, o contingente de franceses foi se deslocando gradualmente para as cidades e oito décadas depois tornou-se majoritariamente urbano.

Anteriormente localizadas próximas do fluxo de águas, por dependerem do motor a vapor, as indústrias também passaram a ocupar as cidades, progressivamente também deslocadas de áreas centrais para subúrbios com mais áreas livres e descongestionadas. Com isso, as mudanças profundas no caráter social, econômico, político e cultural das cidades.

Em grande parte, a demanda de trabalhadores assalariados nas cidades pelas indústrias e os experimentos de cercamentos da terra e da própria mecanização no meio agrário contribuíram decisivamente para a concentração da classe trabalhadora nas cidades e a busca por melhores condições de vida. Assim, o setor primário da economia (agropecuária e mineração), outrora detentor das ocupações agrárias, perdeu participação absoluta e relativa frente à rápida expansão dos empregos urbanos nos setores secundário (indústria de transformação e construção civil) e terciário (comércio e serviços).

Em termos sociais, percebe-se como o conjunto das transformações nas condições de vida urbana terminou por ampliar a expectativa média de vida ao longo do tempo, tornando o consumo populacional fundamental para sustentar a elevação do ritmo de produção. Mas, no início, os trabalhadores estavam submetidos a condições de superexploração no trabalho e ao péssimo padrão de vida.

TABELA 2: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL EM PAÍSES SELECIONADOS (EM % DA OCUPAÇÃO TOTAL)

Países	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1870	1920	1960	2010	1870	1920	1960	2010	1870	1920	1960	2010
Alemanha	49,5	33,5	13,8	1,3	28,7	38,9	48,2	26,9	21,8	27,6	38,0	71,8
EUA	50,0	28,9	8,0	2,4	24,4	32,9	32,3	17,8	25,6	38,2	59,7	79,8
França	49,2	43,6	21,4	3,8	27,8	29,7	36,2	24,3	23,0	26,7	42,4	71,9
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	1,5	42,3	42,2	47,8	18,8	35,0	43,6	48,1	79,7
Japão	72,6	56,4	30,2	3,4	11,5	19,6	28,5	24,4	15,9	24,0	41,3	72,2

Fonte: OCDE, World Bank e Maddison, 1984.

Ademais de elevadíssimas jornadas de trabalho, de até 80 horas semanais e salários de subsistência, as condições de moradia eram trágicas, sem transportes coletivos adequados e suficientes, e expostos às epidemias de distintos tipos. Na época, a expectativa média de vida era relativamente baixa, não tendo diferenças consideráveis ao prevalente no meio rural.

No caso do processo de urbanização nos Estados Unidos, o fluxo de migrantes de outros países coincidiu com o deslocamento interno de pessoas do meio rural para as cidades. Para, além disso, as cidades se converteram também em centros de concentração dos poderes financeiro e industrial, alterando hábitos e comportamentos diante da nova sociedade urbana e industrial.

Com isso, as cidades sofreram as consequências do inchaço populacional, acompanhado pela expansão da desigualdade e pobreza urbana. Nas grandes cidades estadunidenses, por exemplo, a centralização da parcela de pobres e desempregados sem moradia, apresentou-se tanto em Paris quanto Londres, que já registravam áreas urbanas consideráveis de ocupados empobrecidos carentes de serviços básicos para a sobrevivência (água encanada, pavimentação de vias, eletricidade, transportes coletivos).

Nesse sentido, o acirramento das lutas sociais nas grandes cidades em torno das demandas da sociedade moderna para garantir o direito à moradia, transporte e infraestrutura, marca parte importante do desenvolvimento urbano no capitalismo. Também os conflitos entre o capital e trabalho se ampliaram por força da concentração e superexploração da mão de obra nos estabelecimentos empresariais em profusão.

Pelas reformas urbanas, as antigas cidades agrárias de traços ainda medievais e barrocas, como na Europa, por exemplo, transitaram para modernas cidades industriais. Na França, a reforma urbana implementada em 1853, cinco anos após a Revolução de 1848, remodelou profundamente a Paris medieval.

Naquela oportunidade, a reforma urbana conduzida por Haussmann durante o segundo império terminou por alterar profundamente a estrutura e a paisagem de Paris. Com a expansão da industrialização, a urbanização terminou por transformar as cidades a partir do século XIX, bem como impôs constantes intervenções públicas que procuraram romper com o liberalismo dominador da especulação imobiliária privada.

A Alemanha, por sua vez, protagonizou planos de ocupação do solo urbano em várias localidades segundo funções específicas e regulações públicas de convivência coletiva. Nas cidades francesas, espanholas, inglesas e austríacas também ganharam importância os aspectos decorativos, de embelezamento e monumentalidade, como os bulevares em Paris, a Regent's Street em Londres, a ensanche de Barcelona e a Ringstrasse em Viena. Para além do destaque do monumental na superfície urbana, a arquitetura assumiu a simbologia do poder, da estética e da expressão do orgulho cívico como tentativa de enfrentar a feiura e a desordem nas cidades dominadas pela especulação imobiliária.

Dessa forma, as reformas urbanas trataram de reconfigurar as antigas cidades expostas ao aumento expressivo e descontrolado dos fluxos migratórios, acompanhado por epidemias e revoltas sociais. A modernização nas cidades constituiu a base pela qual o desenvolvimento urbano buscou elevar a qualidade de vida por meio da expansão organizada das habitações e dos sistemas de infraestruturas na oferta pública da iluminação, saneamento, gás, telefonia, transportes e outros.

Tudo isso impactou profundamente a estruturação da sociedade que não existia ainda sem a presença física no território, cuja organização social a partir dos centros urbanos implicou características marcantes no modo de vida nas cidades industriais. De certa forma, a convergência de sentido de higienizador de áreas centrais ocupadas por pobres (miséria, epidemias), com o desfazimento de cortiços e a

imposição da reestruturação das vias de mobilidade, saneamento dos espaços públicos e novas residências e prédios públicos conforme visão predominante das elites com seus projetos de ordem e organização interna da modernidade nas cidades.

Em quase sete décadas (1850-1914), o processo de modernização das cidades convergiu para dois padrões distintos (cidade estendida, com muitos subúrbios; e cidade compacta, com ampla reforma do centro). O primeiro padrão relacionado às cidades anglo-saxônicas que estenderam a moradia em direção aos subúrbios, inclusive segmentos mais ricos da população residindo fora da área central⁸.

O segundo padrão verificado em cidades europeias que privilegiaram o centro urbano integrado por múltiplas atividades, inclusive a sedes de instituições, edifícios públicos e moradias assistidas por decente transporte coletivo. De certa forma, a diferenciação nos padrões de urbanização resultou de opções políticas e administrativas dos governos que privilegiaram o deslocamento para o subúrbio com liberdade de expansão para novas localidades distantes da área central (padrão de cidades estendida) ou a regulação pública para a remodelação e reorganização da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos no antigo centro das cidades para atender a elevação da densidade demográfica e contempla com ampla multifuncionalidade das atividades socioeconômicas.

Diante das antigas cidades agrárias herdeiras de estruturas medievais, as intervenções governamentais propuseram atender aos novos requisitos da urbanização industrial. Ou seja, exigências de classe

8. O termo subúrbio corresponde à parcela do processo de urbanização que não pertence à área central das cidades. Nas economias ricas, o subúrbio atende aos segmentos de maior renda, dispondo da totalidade da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos. Nos países pobres, em geral, o subúrbio concentra os segmentos de baixa renda, na maioria das vezes sem contar adequadamente com infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos. Para, mais detalhes, ver: WAGENAAR, M. *Conquest of the center or flight to the suburb? Divergent metropolitan strategies in Europe, 1850-1914*. Journal of Urban History. London, v. 19, n. 1, p. 60-83. 1992; HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980; OLSEN, D. *The city as a work of art. London, Paris, Vienna. New Haven; London*. Yale University: YUP, 1986; BENÉVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983 MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

da burguesia que, ao superar a antiga aristocracia agrarista, estabeleceu planos de cidades para o seu próprio aproveitamento, enfrentando a desordem e higienizando o território frente às massas de empobrecidos e às epidemias.

Com isso, o modo de vida urbana seguiu a referência de modernidade influenciada pelas pretensões da cidade burguesa. As transformações na forma, imagem e estrutura urbana revelaram a força da especulação imobiliária, do setor da construção e dos serviços em busca de lucro crescente⁹.

O passado do industrialismo no capitalismo liberal do século XIX, construtor do processo urbano marcado por cidades deterioradas, imundas e congestionadas, a operar com multidões de pobres expostos em locais sem esgoto, recolhimento de lixo e proliferação de bactérias, infecções e pestes de todo o tipo (tifo e bubônica), começou a ficar para trás. Da mesma forma, a liberdade das iniciativas privadas passou a sofrer limitações de parte da administração pública em torno dos anseios burgueses de modificar o espaço caótico originado das cidades industriais.

No século XX, a tendência da urbanização ganhou novo impulso com a desestruturação dos impérios e suas colônias e a consolidação, após o fim da Segunda Guerra Mundial, do sistema interestatal. Superado o orgulho cívico presente até então, a reconstrução das cidades europeias do segundo pós-guerra favoreceu a estética e estrutura urbanas estabelecidas por leis que permitiram intervir nos espaços construídos e reconstruídos a partir da definição dos projetos de infraestruturas e serviços públicos.

Acontece que a herança das grandes cidades nos países de industrialização avançada fazia concentrar multidões de empobrecidos

9. Sobre isso, ver: BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; HALL, P. *Ciudades del mañana.: historia del urbanismo en el siglo XX*. Barcelona: Serbal, 1996; HOBSBAWM, E. *A era do capital 1848-1875*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996; ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

e desempregados sem moradia nas áreas urbanas centrais. Diante dos sinais de esgotamento das áreas centrais, a expansão dos subúrbios se mostrou como alternativa diante da expansão populacional, seja em cidades europeias no período entre guerras, seja nas cidades estadunidense no segundo pós-guerra.

Pelo deslocamento populacional para os subúrbios das grandes cidades, o componente diferenciador da renda e etnia/raça tornou-se ainda mais relevante. Com isso, o dilema que representou o atendimento das demandas dos centros urbanos em ampliação e os subúrbios identificados pelas demandas da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

Na reconstrução dos centros urbanos no imediato segundo após guerra mundial, o processo de urbanização foi ampliado pela oferta de serviços bem sofisticados, ademais da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, contemplando a metropolização e megalópoles, bem como as novas cidades-satélites¹⁰.

Neste começo do século XXI, as cidades encontram-se questionadas pela ordem mundial conduzida por grandes corporações transnacionais. A denominação de cidades mundiais parece chamar a atenção para os desafios de consolidação de uma nova rede urbana, capaz de consagrar a estrutura de operacionalização das cadeias globais de valor.

As cidades não respondem somente aos requisitos das unidades de produção, circulação e consumo. Também refletem no território, a complexidade da convivência humana em dimensões social e cultural do território, assim como a densidade e deslocamento demográfico coincide com os constrangimentos da mobilidade, afetando comportamentos e valores sociais e políticos contemporâneos.

10. MAIS DETALHES EM: LÉFÈBVRE, H. *A REVOLUÇÃO URBANA*. BELO HORIZONTE: EDUFMG, 2004; RONCAYOLO, M.; PAQUOT, T. (EDS.) *VILLES ET CIVILIZATIONS URBAINE XVIII-XX SIÈCLE*. PARÍS: LAROUSSE, 1992; SASSEN, S. *AS CIDADES NA ECONOMIA MUNDIAL*. SÃO PAULO: STUDIO NOBEL, 1998. SASSEN, S. *THE GLOBAL CITY*. PRINCETON: PUP, 2001; CASTELLS, M. *THE INFORMATIONAL CITY: INFORMATION TECHNOLOGY, ECONOMIC RESTRUCTURING, AND THE URBAN-REGIONAL PROCESS*. OXFORD: BASIL BLACKWELL, 1989.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO EM DIFERENTES PAÍSES (EM % DA POPULAÇÃO TOTAL)

País	1960	1992	2000	País	1960	1992	2000
Bélgica	92	97	97	Cingapura	100	100	100
Países Baixos	85	89	89	Hong Kong	85	94	96
Alemanha	76	86	88	Argentina	74	87	89
Reino Unido	86	89	90	Chile	68	84	85
Austrália	81	85	85	Coreia do Sul	28	77	86
Japão	63	77	78	Brasil	45	76	81
Canadá	69	77	77	México	51	74	78
Estados Unidos	70	76	78	Malásia	27	51	57
Rússia	54	75	78	África do Sul	47	50	53
França	62	73	73	China	19	28	35
Itália	59	67	67	Índia	18	26	29

Fonte: BROCKERHOFF, M. *An Urbanizing World*. Washington, 2000.

Ainda que a urbanização seja uma trajetória de escala mundial, a sua expansão não se apresentou homogênea entre os países. Enquanto as economias industrializadas percorreram cerca de um século, tendo alguns alcançados a dominância urbana ainda no século XIX, a parte restante dos países somente passou a transitar da sociedade agrária para a urbana e industrial na segunda metade do século XX.

Naquela época, a urbanização nos países subdesenvolvidos ganhou magnitude, sem que houvesse instalada a industrialização. No ano 1960, por exemplo, seis das dez maiores concentrações urbanas do mundo localizavam-se nos Estados Unidos, Europa e Japão. Nos dias de hoje, oito a cada dez maiores concentrações urbanas do mundo pertencem aos países da África e Ásia.

Isso porque foram as regiões que conseguiram expandir tardiamente a industrialização no século XX, completa ou incompletamente. Assim, assumiram maior centralidade frente aos desafios da urbanização tendo em vista o pertencimento a parcela integrante da periferia do capitalismo mundial, conforme trata-se a seguir, especialmente para o caso dos municípios brasileiros.

URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO

Desde que se tornou dominante, o modo de produção capitalista caracterizou-se por seu desenvolvimento profundamente desigual, marcado por hierarquia constituída a partir de um centro geográfico dinâmico, assentado no tripé da capacidade de produção e difusão tecnológica, da moeda de curso internacional e do amplo poder militar das armas. Na ausência de um ou de todos os componentes do tripé do centro dinâmico, restou a condição periférica e dependente, conformadora do atraso do subdesenvolvimento.

Toda a hierarquia dominadora da desigualdade do desenvolvimento capitalista sofreu alterações no centro dinâmico desde o século VIII, com a primeira Revolução Industrial e Tecnológica instalada na Inglaterra, capaz de viabilizar a industrialização originária. Na sequência, com a industrialização retardatária ampliada entre regiões com a segunda Revolução Industrial e Tecnológica, fundamentalmente assentada na Alemanha e Estados Unidos na parte final século XIX.

Com isso, o processo de urbanização que acompanhou o movimento de industrialização, enquanto passagem da antiga sociedade agrária para a industrial, atingiu, até o início do século XX, cerca de um quarto da população mundial, sobretudo aquela localizada no hemisfério norte do planeta. Desde a década de 1950, a urbanização com características distintas daquelas observadas nos países desenvolvidos passou a avançar rapidamente a outras partes do mundo.

Com o desenlace da industrialização tardia ao longo do século passado, o circuito periférico dos países desenvolvidos constitutivos do centro dinâmico do capitalismo mundial foi transitando do antigo agrarismo para a sociedade urbana e industrial. De maneira geral, trouxe consigo as marcas do subdesenvolvimento, com padrão de urbanização distinto dos países desenvolvidos.

A começar pelo fato de que o deslocamento absoluto e relativo do setor primário da economia (agropecuária e mineração) não

significou a expansão majoritária das ocupações do setor secundário (indústria de transformação e construção civil), ao contrário do verificado nos países desenvolvidos. Assim, os países subdesenvolvidos constituíram cidades industriais com o inchamento significativo de atividades econômicas e ocupacionais no setor terciário, o responsável pela absorção da população sobranse as pretensões iniciais de constituição da sociedade salarial.

Nesse sentido, uma espécie de circuito inferior da economia se apresentou funcional, e não dual, ao circuito superior da economia capitalista. Sob as condições precárias do trabalho informal, parcela da população urbana se reproduziu na autoconstrução e ilegalidade das ocupações periféricas nas grandes cidades, bem como se apresentou funcional à oferta de serviços baratos ao segmento de maior renda, enquanto doméstico, segurança privada, motorista, governanta, piscineiro, passeador de cães, jardineiro, cortador de grama, entre outros.

Também diferentemente dos países desenvolvidos, cuja urbanização transcorreu de forma lenta e gradativa, relativamente compatível com a instalação de infraestruturas e serviços públicos, a periferia do capitalismo rapidamente acumulou grandes fluxos migratórios nas cidades, sem que estivessem preparadas para a acelerada expansão urbana. O resultado do ritmo da industrialização, completa ou incompleta, no curto período de tempo foi a formação urbana desordenada e marcada por significativa segregação social.

A constituição de cidades industriais com espaços urbanos muito desiguais explicitou contida oferta de água encanada, rede de esgoto, pavimentação de vias, sistema de transporte, entre outros serviços e equipamentos públicos (educação, saúde, assistência, segurança). Uma das características desse padrão de urbanização foram os subúrbios, que para além da carência da infraestrutura básica, desta-

caram-se pela formação de enormes depósitos habitacionais da classe trabalhadora, ao contrário dos países desenvolvidos com seus subúrbios associados às residências do segmento de alto renda.

Nesse sentido, as cidades industriais constituídas nos países subdesenvolvidos expandiram áreas periféricas, em geral direcionadas à população de baixa renda, com acesso gradual e contido da oferta de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Ao contrário disso, a área central da cidade, concentradora de residências pertencentes ao segmento de alta renda, contava com ampla difusão na oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

Além disso, as áreas centrais terminaram localizando as maiores e melhores ofertas de trabalho, integradas ao dinamismo econômico, bem como a presença de maior segurança e mobilidade urbana. Por outro lado, as áreas periféricas, sem dispor de equivalente dinamismo econômico, assistiam à proliferação de ocupações e subocupações informais e do desemprego, geralmente submetido ao contexto da violência e da pobreza.

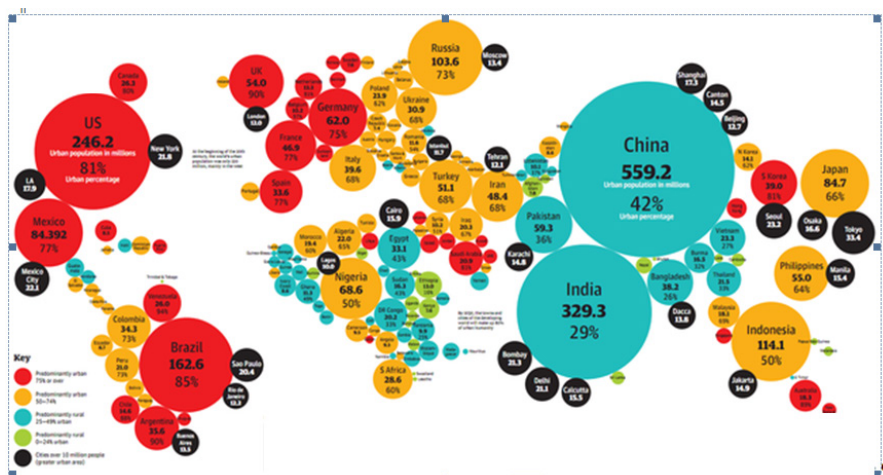
O aprofundamento do curso da desindustrialização madura e precoce em vários países do ocidente ocorreu em simultâneo deslocamento da industrialização para as nações do oriente do planeta, com urbanização acelerada nas economias subdesenvolvidas. Com isso, a alteração no perfil das cidades com as maiores concentrações urbanas no mundo.

As nações mais populosas, como a China e Índia se destacam. Na Índia, por exemplo, a urbanização acontece velozmente. Em dez anos, a população vivendo em cidades passou de 11,4%, em 1991, para 28,5%, em 2001, o que correspondeu ao crescimento médio anual de 0,9%, enquanto que em 2019 alcançou 34,5%, podendo chegar a 41% em 2030.

Em relação à China que mantinha crescimento relativamente suave na taxa de urbanização do passado, conviveu com forte acelera-

ção desde os anos 1990. Em 1953, por exemplo, a taxa de urbanização chinesa saiu de 13,2% do total da população para 20,9% em 1982, o que significou crescimento médio anual de 1,6% ao ano.

MAPA 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO MUNDO



Fonte: GOBBI, L. In: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-mundial.html>

Em 2010, os residentes nas cidades chinesas passaram a representar 48,7% da população, com variação de 4,8% em média ao ano. No ano de 2018, a taxa de urbanização foi de 60% da população chinesa, registrando aumento de 2,6% médio ao ano durante os anos de 2010 a 2018.

De maneira geral, os procedimentos de reforma urbana registrados nos países industrializados desde o século XIX, somente se tornaram evidentes mais tardiamente, com a experiência de industrialização nas cidades pertencentes às regiões periféricas do capitalismo mundial no século XX. Nesse sentido, a presença de políticas públicas inseridas na transição da sociedade agrária para a urbana e industrial. Medidas governamentais que fizeram avançar a infraestrutura e equipamentos urbanos, bem como a difusão de serviços públicos. As reformas urbanas

realizadas mostraram suficientes para superar a desigualdade herdada da condição de cidades agrárias diante da dominância dos interesses do capital privado e da especulação imobiliária, em geral.

Com isso, as estruturas sociais e suas formas de manifestação espacial revelaram notáveis diferenças em relação ao verificado nas cidades industriais dos países desenvolvidos. Uma espécie de reprodução do subdesenvolvimento nacional na escala citadina, quando as diferenciações funcionais no espaço físico (fábricas, escritórios, residências, favelas, parques etc.) revelaram a existência de vínculos do centro remodelado e enriquecido com a ampliação empobrecida das periferias sub urbanizadas.

Em síntese, a combinação subdesenvolvida do centro urbano com residência de ricos e classe média alta, órgãos públicos, atividades econômicas e ocupacionais e o acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos e serviços públicos (cidades compacta) com o espalhamento para áreas mais distante dos pobres, praticamente sem dispor de quase nada (cidade estendida).

De um lado, o antigo centro das cidades agrárias transformado pelos traços de modernidade das cidades industriais assumiu a condição de espaço físico limítrofe da incorporação das classes sociais privilegiadas. De outro, a expansão territorial para as áreas mistas, com prédios comerciais, industriais e de residências aos segmentos de rendimento intermediário e sucessivamente até alcançar a periferia que cada vez mais distante do centro urbano, constituída por sobrantes empobrecidos, ainda que funcionais à modernidade industrial excludente.

A propagação do padrão de cidades estendidas nos países subdesenvolvidos reconfigurou a organização espacial perante a segregação social estabelecida pela nova divisão funcional no território urbano. Assim, a estrutura das classes sociais conformadas pelo desenvolvimento do capitalismo periférico terminou explicitado no âmbito do

espaço das cidades com realidades urbanas muito diferenciadas, em termos de infraestrutura e serviços públicos.

Com habitações cada vez mais separadas e distantes dos locais de trabalho, educação, saúde, comércio, entre outras atividades, a mobilidade assumiu crescente centralidade no comprometimento da jornada diária e no orçamento familiar. Embora as cidades agrárias expressassem certa divisão social implícita na distribuição das moradias no território, a separação entre moradia e trabalho e demais atividades não transcorria como observado nas cidades industriais. Tampouco demonstrava a especialização de funcionalidade que a urbanização consolidou¹¹.

O resultado da dominância do capital privado e da especulação imobiliária foi, em geral, a consolidação de dois espaços físicos diversos no interior da modernidade das cidades decorrentes da passagem para a sociedade urbana e industrial. O centro e bairros ricos foram valorizados por reformas urbanas de sentido liberal-conservador, mas contido em determinado espaço da cidade.

A parte restante do território das cidades se converteu em disputa aberta entre terras agrárias e o povo despossuído de tudo. Ao não ter sido acompanhada da constituição de subúrbios planejados por reformas urbanas, a exclusão das áreas centrais da classe trabalhadora empobrecida abriu um novo campo da autoconstrução periférica, carente de políticas públicas e da modernidade da sociedade urbana e industrial.

A apresentação dos traços principais do processo de urbanização no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980, consagrou a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. No esforço de identificar as mais importantes transformações ocorridas nas cidades, do

11. Ver mais em: HOPE, K. *Urbanization and urban growth in Africa*. *Journal of Asian and African Studies*, 33: 345–358, 1998; CHEN, M. *et al.* *Evolution and assesment on China's urbanization 1960–2010: Under-urbanization or over-urbanization?* *Habitat International*, 38: 25–33, 2013; NORMILE, D. *China's living laboratory in urbanization*. *Science*, 319: 740–743, 2008; CHANG, G. ; BRADA, J. *The paradox of China's growing underurbanization*. *Economic Systems*, 30: 24–40, 2006; NJOH, A. *Urbanization and development in sub-Saharan Africa*. *Cities*, 20: 167–174, 2003.

seu passado agrário, passando pela construção das cidades industriais, até a antecipada transição para as cidades de serviços, desenvolveu-se a análise a seguir.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

Neste começo da terceira década do século XXI, viver no Brasil é fundamentalmente viver nas cidades que absorvem cerca de 90% do total da população, o que corresponde a uma das maiores taxas de urbanização do mundo. Mesmo sendo o quinto maior país em extensão do planeta, a população urbana concentra-se em menos de 1% do território brasileiro, exposto a significativas desigualdades de vida e trabalho entre as áreas geográficas, estados e municípios.

Nas grandes regiões da nação, o Sudeste supera as demais regiões com 92% de sua população considerada urbana, enquanto o Norte e o Nordeste detêm as menores taxas de urbanização do país. Se considerar o conjunto das unidades federativas, por exemplo, nota-se que Tocantins é o estado com menor densidade urbana, com 1,6 mil habitantes por km², ao passo que Alagoas ocupa o primeiro posto de maior densidade urbana, com 4,9 mil habitantes por km².

Por outro lado, Minas Gerais possui a maior quantidade de municípios (853) de toda a federação, enquanto Roraima registra apenas 15 cidades. Também no estado de Minas Gerais localiza-se Serra da Saudade, considerado o menor município em termos populacionais (781 habitantes) do país.

Já São Paulo, a capital dos paulistas que registra 12,2 milhões de habitantes e supera a população de 124 países do mundo, não apresenta a maior densidade urbana nacional. São João do Meriti (o formigueiro das Américas), no Rio de Janeiro, com mais de 13 mil habitantes por km², assume o posto de município com maior den-

sidade urbana do Brasil, enquanto o município de Japurá, no estado do Amazonas, com 0,1 habitante por km² tem a menor densidade demográfica do país.

Destaca-se na diversidade de extensão territorial dos municípios brasileiros, como no caso de Altamira, no Pará, que é o município de maior área do país, cuja extensão de 159.533 km² corresponde a 1,9 vezes a área da Escócia, 1,7 vezes de Portugal e 1,5 vezes da Islândia. No outro extremo, o município de Santa Cruz de Minas, em Minas Gerais, com 3,6 km² de extensão, o menor do país.

Soma-se a multiplicidade de situações em que a população urbana vive nos municípios brasileiros, a hierarquia que determinadas cidades assumem em relação às demais. Isso resulta da centralidade que as principais atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) exercem sobre cada município, bem como o desenvolvimento na infraestrutura constitutiva da rede urbana (saneamento, transporte, energia e outras) e a disponibilidade e qualidade dos equipamentos e serviços públicos (educação, saúde, lazer, entre outros).

TABELA 4: BRASIL - EVOLUÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO EM ANOS SELECIONADOS (EM % DA POPULAÇÃO TOTAL)

Região	1940	1970	1991	2010
Sudeste	39,4	72,7	88,0	92,9
Centro-Oeste	24,1	48,0	81,3	88,8
Sul	27,4	44,3	74,1	84,9
Norte	27,7	45,1	59,1	73,5
Nordeste	23,4	41,8	60,6	73,1
Brasil	31,2	55,9	75,6	83,5

Fonte: IBGE

Em virtude desse conjunto de critérios, o conjunto de 5570 municípios pode ser agrupado atualmente por sua diversidade de influências entre; (i) metrópoles nacional/global: Brasília (política), São Paulo (economia) e Rio de Janeiro (cultural), (ii) metrópoles regionais: Belém e Manaus (região Norte), Curitiba e Porto Alegre (região

Sul) e Recife, Fortaleza e Salvador (região Nordeste); (iii) capitais dos 26 estados da federação, (iv) cidades polos no interior dos estados, (v) arranjos populacionais que respondem pela extensão territorial de dois ou mais municípios integrados por fluxo de atividades; (vi) concentração urbana decorrente das diferentes escalas dos arranjos populacionais, (vii) municípios de fronteira internacional e (viii) municípios isolados. Dentro da possibilidade de identificação das categorias de municípios brasileiros, ressalta-se a evolução histórica a explicar a natureza da origem funcional de cada cidade.

Geralmente, a formação histórica de grande parte dos municípios brasileiros relaciona-se ao estabelecimento original do povoado por decorrência de sua localização prévia, como espaço protegido pela natureza, a proximidade do mar ou rio, hospedaria, rota ou local de comércio, artesanato ou outro tipo de atividade econômica (agricultura, mineração, feira, gado, administração e outras). Da condição de povoado em ascensão, assume o posto de vila, cujo desenvolvimento em termos de produção agropecuária, comércio, moradia, transportes, força militar e construção, por exemplo, permitiria com excertos de modernidade industrial remodelar o subdesenvolvimento herdado da antiga cidade agrária.

No caso brasileiro, a cidade é, em geral, menor em termos demográfico e econômico que o município, por não incluir a área e a população rural. O conceito de município encampa tanto a área e população urbana (prédios, residências, ruas, avenidas, comércio, bancos, prefeitura, serviços, igrejas, lojas e outras) como a rural (agropecuária, campos, florestas, sítios, chácaras, fazendas entre outros).

Para se tratar do processo de urbanização no Brasil, cabe mencionar que até o início do século XIX, a condição de colônia havia imposto um padrão de cidade agrária a operar como enclave associada à dinâmica do comércio exterior. O resultado disso foi a sedimentação ao longo do tempo de subespaços urbanos condizente com arquipélago de ilhas no território colonial.

Com a Independência nacional, em 1822, o panorama herdado parece ter sofrido poucas alterações, embora com o ciclo cafeeiro a partir da segunda metade do século XIX, permitiu ao estado de São Paulo se firmar como novo centro dinâmico da hierarquia urbana que começaria a se formar entre as cidades agrárias do país. A internalização da infraestrutura urbana representada por investimentos pontuais em ferrovias, portos e meios de comunicação, acompanhou o surgimento de políticas públicas (saneamento, saúde, escolas) durante a República Velha (1889-1930).

Nesse sentido, as cidades agrárias ingressaram na transição da antiga relação da casa grande com a senzala durante a escravidão nas fazendas para a novidade dos sobrados e mocambos urbanos. Até então era comum, os ricos construírem seus sobrados nas cidades, embora nem sempre ocupados com frequência por preferirem a casa grande nas fazendas ou residirem temporariamente no exterior (Portugal, França e Inglaterra)¹².

Durante o mercantilismo dominante no período colonial (1500-1822) e no Império (1822-1889) com a Independência nacional, a posse da terra encontrava-se fundamentalmente circunscrita aos senhores de escravos. Mesmo com a aprovação da Lei das Terras, em 1850, a propriedade da terra, e, portanto, suas consequências, como a moradia, praticamente não se alterou profundamente em relação ao passado.

A exclusão da maioria da população constituída, sobretudo por negros, indígenas e miscigenados foi mantida. Nessa situação, a imigração europeia e japonesa entre as décadas de 1850 e 1920 se ins-

12. A notável descrição do declínio do patriarcalismo e da escravidão foi acompanhada pela transformação diferenciada das habitações segundo classe social. Enquanto a aristocracia agrarista trocou a casa grande nas fazendas pelos sobrados em áreas urbanas, a parte restante da população empobrecida deixou as senzalas, como no caso dos ex-escravos, para as precárias e desconfortáveis habitações constituídas na forma de cabana, tapera, casebres de palha e barro (mocambos) em áreas pobres das mesmas áreas urbanas ocupadas pelos ricos. Ver mais: FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998; FREYRE, G. *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.

talou no país, substituindo o trabalho forçado de negros e indígenas durante a escravidão (1530-1888) pelo mercado de trabalho livre em formação.

A massa da população empobrecida de ex-escravos e miscigenados foi simplesmente excluída justamente quando o modo de produção capitalista se tornou dominante. Assim, a constituição da sociedade da concorrência entre os indivíduos livres e soberanos apregoada pelo liberalismo de mercado falhou brutalmente no Brasil.

TABELA 5: BRASIL – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAPITAIS DE ESTADOS EM ANOS SELECIONADOS

Cidades	1872	1920	1980	2010
Manaus	29.334	75.704	642.492	1.802.014
Belém	61.997	236.402	949.545	1.393.399
Recife	116.671	238.843	1.240.937	1.537.704
Salvador	129.109	283.422	1.531.242	2.675.656
Rio de Janeiro	274.972	1.157.873	5.183.992	6.320.446
São Paulo	31.385	579.033	8.587.665	11.253.503
Belo Horizonte	--	55.563	1.822.221	2.375.151
Cuiabá	35.987	33.678	219.477	551.098
Curitiba	12.651	78.986	1.052.147	1.751.907
Porto Alegre	43.998	179.263	1.158.709	1.409.351

Fonte: IBGE

Além disso, o perfil das cidades agrárias estabelecidas no litoral e interior e não distante das áreas costeiras do mar ou rios, seguiu pouco alterado até o início do século XX. Percebe-se, também, que a população urbana era relativamente insignificante, embora registrasse expansão importante, tendo passado de 5,9% da população total, em 1872, para 9,4%, em 1900.

O projeto de industrialização nacional instalado pela Revolução de 1930 foi fundamental para o desenvolvimento urbano em novas bases. Em grande medida, as cidades herdadas da sociedade agrária receberam parcela crescente da imigração interna, consolidando a prevalência do perfil urbano de proximidade às áreas costeiras de rios

e mar, pelo menos até o final da década de 1950, quando o impulso da interiorização e do deslocamento para o oeste do país ganhou certa prioridade governamental.

Para isso, dois fatores se mostraram fundamentais na definição do padrão de urbanização no Brasil. O primeiro relacionado ao movimento migratório interno que rapidamente levou ao deslocamento de multidões de miseráveis despossuídos da terra para cidades despreparadas na absorção decente e imediatamente dos migrantes.

O conhecido êxodo rural que tomou conta do país entre as décadas de 1920 e 1970 transcorreu de forma concentrado no tempo e desorganizador das cidades industriais. Em apenas três décadas (1930 e 1950), fundamentalmente, o país rapidamente transitou de antiga e longa sociedade agrária para a urbana e industrial.

MAPA 2: BRASIL - FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERNOS NO TERRITÓRIO NACIONAL APÓS 1920



Fonte: IBGE

O conservadorismo das oligarquias agraristas dirigentes bloqueou o espírito reformista do tenentismo instalado pela Revolução de 1930, por meio da contra revolução paulista de 1932. Assim, o

capitalismo de industrialização tardia se originou e desenvolveu de forma selvagem, sem regulação apropriada, ao contrário dos países de industrialização avançada.

Na ausência da reforma agrária e urbana, ademais da tributária e social, o salto da urbanização brasileira efetivou-se periféricamente para a maioria da população excluída da centralidade de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos. Nesse sentido que ganhou importância o segundo fator responsável pelo padrão de urbanização periférico no país constituído por quatro ondas de reformas urbanas que impostas por elites ricas e poderosas demarcaram o sentido da urbanização periférica nas cidades agrárias, industriais e de serviços no Brasil.

A primeira onda de reformas urbanas aconteceu entre as décadas de 1890 e 1920 nas principais cidades do país. Em grande medida referenciadas pela experiência europeia de embelezamento, estética e mobilidade coletiva assentada em trens e bondes elétricos, distantes das charretes e carroças do passado, conforme projeto modernizador aplicado em cidades de países industrializados (reforma de Haussmann na cidade de Paris, em 1853)¹³.

Nessa primeira onda, também foi perseguido o sentido aproximado das reformas urbanas europeias de higienização e afastamento dos pobres das áreas centrais das cidades brasileiras, sobretudo nas capitais de estados. As intervenções urbanas buscaram remodelar o centro das cidades que desconheciam ainda a industrialização, ao con-

13. A transformação da cidade com traços medievais para a cidade moderna e industrial, como em Paris, ocorreu sob o impulso da emergência autoritária e conservadora, buscando atender a pelo menos duas razões principais: (i) evitar conflitos revolucionários com assistidos entre as décadas de 1820 e 1840 e (ii) enfrentar os riscos de epidemias e insalubridade com a higienização nas áreas centrais, o que significou o deslocamento de pobres e suas habitações amontoadas em ruas estreitas e sem saneamento. Em poucos anos, por exemplo, Paris contava com 320 mil novas e modernas habitações de mais alta renda substituindo as 120 mil habitações populares destruídas, além de 300 quilômetros de novas e largas vias arborizadas, com parques públicos e sistema de transporte ferroviário do centro ao interior da cidade. Ver: HARVEY, D. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015; HUSSEY, A. *A história secreta de Paris*. Barueri: Amarilys, 2011; JONES, C. *Paris, biografia de uma cidade*. 5ª. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013; DYOS, H. *The Study of Urban History*. London: Edward Arnold, 1971.

trário das europeias, cujos projetos de embelezamentos, saneamento, telefonia e transporte de bondes elétricos e trens respondiam a plena expansão da sociedade industrial.

Para atender ao processo de urbanização em país sem industrialização, ao final do século XIX, as iniciativas dos governos nas cidades contaram com internalização de empresas estrangeiras privadas na oferta de serviços públicos, pelo menos aos segmentos de maior rendimento. Na maioria das vezes, a destituição de bairros de moradia proletária e o desmanche de cortiços e outras formas de habitação no centro urbano serviram para remodelar parcial e pontualmente o centro de cidades assentadas na sociedade agrária¹⁴.

No contexto da virada para o século XX, quando o modo de produção capitalista recém tornado dominante no país, a tenra urbanização começou avançar tendo como traço marcante o deslocamento dos pobres para espaços distantes do centro antigo herdado das cidades agrárias. A segregação no território dessas cidades pareceu certo prolongamento do passado de exclusão do trabalho forçado, uma vez que negros e miscigenados estiveram praticamente ausentes dos benefícios da primeira onda de intervenção urbana no Brasil.

Na segunda onda de reformas urbanas protagonizadas pelas prefeituras ocorreram constitutivas da modernização nas cidades, basicamente durante a industrialização restringida entre as décadas de

14. Para, mais detalhes sobre as influências das intervenções urbanas *hausmanniana* nas cidades brasileiras, ver em: BENCHIMOL, J. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século 20*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992; CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: GG, 1973; CAVALCANTE, B. *Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX*. Revista Rio de Janeiro, Niterói, v. 1, n. 1, p. 95-103, 1985; DIAS, M. *Desenvolvimento urbano e habitação popular em São Paulo – 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989; BATISTA, M. et al. *Cidades brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: IEB/USP, 1998; LANNA, A. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: HUCITEC; BRESCIANI, M. (orgs.) *Imagens da cidade séculos XIX e XX*. São Paulo: MZ, 1994; PESAVENTO, S.. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1999*; PINHEIRO, E. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2002; SILVA, M. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

1930 e 1950. Naquela época, as intervenções urbanísticas tiveram maior influência dos Estados Unidos, a partir da reconstituição funcional das cidades associada aos projetos de verticalização em áreas centrais e a substituição do transporte urbano de bondes e trens por grandes eixos de mobilidade rodoviária¹⁵.

A opção pela liberação no plano urbanístico – concedida pelas prefeituras para a construção de edifícios de vários andares –, transformou gradualmente a arquitetura central das grandes cidades brasileiras, cuja presença da verticalização era até então desconhecida até mesmo pela experiência europeia de urbanização. Além disso, a influência estadunidense também se generalizou a partir dos anos de 1960 por intervenções urbanas direcionadas à construção de grandes vias radiais de conexão rodoviária do centro com bairros, diferentemente do que predominava até então (trens e bondes elétricos).

Com isso, a urbanização terminou aprofundando ainda mais a face da desigualdade no território. Enquanto os segmentos de renda alta e intermediária recebiam financiamentos variados que atendiam o crédito de curto prazo para o consumo de bens duráveis (eletrodoméstico e automóvel), e de longo prazo para a aquisição de apartamento em edifícios ou construção da casa própria, a maioria empobrecida es-

15. Robert Moses teve, para alguns, papel de destaque nos EUA comparável ao de Haussmann na França, tendo em vista as funções diretivas que desempenhou em Nova Iorque entre 1938 e 1964 e os projetos de vias expressas e pontes que devastaram grandes setores consolidados da cidade em favor do automóvel. Buscou também combinar o desenvolvimento rodoviário com a preservação do espaço com parques e o estímulo à recuperação da economia através das obras públicas, como nos casos do Lincoln Center, Shea Stadium, hidrelétricas, Jones Beach State Park, pontes e estradas, ademais da preservação de mais de 2,5 milhões de acres de parques no estado de Nova Iorque. Com isso, a influência no planejamento de muitas cidades em toda a América e fora dela, como no Brasil. Também teve influência na segunda onda de reformas urbanas no Brasil a contribuição Donat Alfred Agache no planejamento urbano. Sobre isso, ver: SILVA, L. *A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil*. In: RIBEIRO, L. ; PECHMAN, R. (orgs.) *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 397-410; ANELLI, R. *Redes de Mobilidade e Urbanismo em São Paulo: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcionada PUB*. São Paulo: Arqtextos, 2007; ORTEGOSA, S. *Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar*. Arqtextos, 2009; CHATELAIN, P. *5 Things in NYC we can blame on Robert Moses*. Untapped Cities, 2016; GOLDBERGER, P. *Robert Moses, Master Builder, Is Dead at 92*. The New York Times, 30, Jul, 1981; AZEVEDO, M. : COSTA, M. *O urbanismo do início do século 20: a escola francesa de urbanismo e suas repercussões no Brasil: trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima*. URBANA. 5 (2), 64-97, 2013.

tava desprovida do emprego assalariado formal e deslocada para áreas distantes do centro urbano¹⁶.

Constituiu-se, assim, uma espécie de circuito inferior da economia, alimentada pela funcionalidade das ocupações informais e moradias periféricas autoconstruídas pela própria classe trabalhadora urbana. Da totalidade do fluxo migratório do campo para as cidades, a maior parcela não encontrou oportunidade de ascensão nas cidades industriais, restando atividades precárias que a excluía da sociedade urbana e industrial em constituição.

A terceira onda de reformas urbanas consolidou o conjunto das cidades entre as décadas de 1960 e 1980, aprofundando ainda mais a influência estadunidense da intervenção pública no Brasil, pois contou com apoio dos governos estaduais e federal. Assim, a implantação de projetos nacionais de saneamento nas cidades, comunicações e telecomunicações, transporte coletivo com o metro e trens urbanos, reformulação e ampliação de rodovias, entre outras, contou com financiamento governamental e dos organismos internacionais.

Ao mesmo tempo, o processo de estatização das antigas empresas privadas, em sua maioria operada por firmas estrangeiras, permitiu modernizar e ampliar serviços públicos em novas bases (eletricidade, transporte, comunicações e outras). Para tanto, novas empresas públicas foram constituídas para tratar da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos. Também teve impulso a construção – ainda que contida para a dimensão da demanda interna da população de baixa renda – de projetos imobiliários em geral, inclusive em áreas periféricas nos grandes centros urbanos, especialmente nas regiões metropolitanas.

16. Sobre a segunda onda das reformas urbanas no Brasil e suas consequências para a urbanização brasileira, ver: SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 11ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; OLIVEIRA, F. O *Terciário e a Divisão Social do Trabalho*. Estudos Cebrap. 24. São Paulo. Cebrap/Vozes. 1979. KOWARICK, L. *O capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio. Paz e Terra. 1975; SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993; FARIA, V. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil; tendências e perspectivas*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 29, pp. 98-119, 1991.

Além disso, a difusão de investimentos voltados para a circulação mais rápida nas cidades, com a abertura de novas localizações e instalações para grandes estabelecimentos comerciais como hiper, super e centros de compras (*shopping center*). Tudo isso contribuiu para ampliação da estrutura concêntrica de aglomerações ao redor da área central com forte dominância privada do capital e especulação imobiliária.

Essa terceira onda de reformulação nas cidades foi marcada pela presença de governos autoritários e antidemocráticos que, durante a ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, ampliaram as características elitistas condutoras da urbanização periférica no Brasil. No auge da industrialização pesada verificada entre 1955 e 1980, com a instalação de grandes multinacionais em articulação com a expansão de empresas privadas e estatais, o emprego urbano e industrial cresceu rapidamente, impulsionando a parcela da população urbana que saltou de 44,7%, em 1960, para 75,6%, em 1991, na população total¹⁷.

Com isso, o salto urbano que reforçou a condição periférica da moradia da classe trabalhadora, em grande medida instalada pela autoconstrução e sem acesso adequado à infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos. A insurgência que se assistiu nas grandes cidades a partir da década de 1970, do novo sujeito social composto das populações urbanas periféricas, se mostrou fundamental para colocar na agenda da transição democrática, a gravidade do problema urbano, que seguia dominada privadamente pelo capital e a especulação imobiliária.

17. A esse respeito ver: CALDEIRA, T. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. Novos Estudos CEBRAP, n. 47, mar., p. 179-192, 1997; COSTA, G. *Exclusão sócio espacial na era urbano indústria*. In: Anais do VII ENANPUR. Recife: MDU/UFPE, v.2, p.1421-1436, 1997; MARICATO, E. *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982; BRITO, F.; SOUZA, J. *Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. Revista Perspectiva, Fundação Seade, jan. 2006; BRITO, F.; HORTA, C., *A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas*. Cedeplar — IUSSP, 2002; VEIGA, J. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: AA, 2003; WANDERLEY, M. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Agricultura e Sociedade, 15, p. 87-146, 2000.

Em síntese, as três ondas de reformas passadas pelas cidades brasileiras terminaram por consolidar especificidades significativas no padrão de urbanização periférica na sociedade urbana e industrial, marcada pela forte herança do agrarismo. Diferentemente da Europa – que avançou na urbanização concomitante com revoluções tecnológicas e industrializações original e retardatária desde o século XVIII –, o Brasil somente impulsionou a urbanização na virada para o século XX.

E isso correu em cidades sem a industrialização presente e associada a presença de migrações externas até pelo menos a década de 1920, quando a migração interna do campo para as cidade foi crescente na região Sudeste e, depois, do interior para as capitais de estados. O explosivo aumento populacional transcorreu de forma desorganizada nas cidades – despreparadas para combinar a industrialização tardia – somente a partir da década de 1930, com o inchamento do setor terciário da economia.

Em função disso, o fluxo do campo para as cidades da imigração interna se defrontou com a busca de trabalho impulsionada pela urbanização mais acelerada que o processo de industrialização. Sem condições de atender a todos com empregos assentados na dinâmica capitalista da industrialização e urbanização, a massa sobrando e empobrecida da população que migrou para as cidades passou a exercer informalmente atividades funcionais aos segmentos enriquecidos.

O inchamento no setor terciário da economia por empobrecidos vindos do campo e sem oportunidades nas atividades assalariadas do capitalismo brasileiro levou à formação de relações de trabalho à margem da sociedade salarial, geralmente exercida por negros e miscigenados. Assim, quanto maior a concentração de renda, mais rapidamente crescia a oferta de trabalho precário junto às famílias ricas através das ocupações doméstica, segurança, motorista, passeadores de cães, piscineiros, manicure, pedicure, entre uma variedade de atividades de características serviços.

A ampliação desordenada do setor terciário nas cidades foi fruto da hipertrofia urbana produzida pela expansão selvagem do capitalismo no Brasil. A macrocefalia urbana resultou da ocupação das cidades movida pela industrialização dirigida ao mercado interno, após quatro séculos de cidades agrárias dirigidas pelo comércio externo.

Com isso, as duas consequências principais da urbanização brasileira foram, de um lado, a valorização do centro das cidades e, de outro, o avanço das áreas periféricas empobrecidas, abandonadas e superpovoadas na ilegalidade da posse dos terrenos e a autoconstrução. Em grande medida, a divisão funcional das cidades atendeu aos requisitos técnico-políticos estabelecidos por reformas urbanas dominadas por interesses privados do capital e da especulação imobiliária.

Resumidamente, a estranha combinação das divisões funcional e social no interior das cidades consolidou o padrão de urbanização periférica, assentado na convergência das segregações espacial e socioeconômica.

Dentro do espaço das cidades, o final do século XX no Brasil foi marcado pelos movimentos da desindustrialização precoce e da passagem antecipada para a sociedade de serviços. Nesse contexto específico, a quarta onda de reformas urbanas aconteceu.

Entre as décadas de 1980 e 2010 novas centralidades ganharam inéditas dimensões espaciais simultaneamente à despersonalização dos bairros e o esvaziamento da imagem do território citadino. Também perdeu importância a referência de pertencimento e identidade humana com relação à cidade.

De um lado devido à difusão de condomínios residenciais em bairros novos para segmentos enriquecidos e privilegiados pelo processo de financeirização da riqueza e de avanço das tecnologias de informação e comunicação na sociedade pós-industrial. Com isso, o esvaziamento dos antigos centros das cidades industriais, outrora ocu-

pados por sobrados durante a primeira onda de reformas urbanas e, posteriormente, por prédios representativos da verticalização central das cidades estimulados pela segunda onda de reformas urbanas e os grandes investimentos nacionais de modernização da infraestrutura na terceira onda de reformulação urbana.

De certa forma, a passagem antecipada para a sociedade de serviços foi acompanhada pela novidade da “ruralização das elites” enriquecidas que deslocam o seu modo de vida do centro urbano para moradias avantajadas situadas em áreas afastadas dos grandes centros urbanos. Pelo salto tecnológico proporcionado por tecnologias de comunicação e informação os segmentos de mais alta renda afastaram-se do convívio com crescentes problemas urbanos (congestionamentos, violência, poluição e outros), tendo a disposição o exército de trabalhadores sobrantes da desindustrialização para a prestação de serviços dos simples aos mais complexos.

Por conta da quarta onda de reformas urbanas prevaleceu a continuidade de rotina dos governantes das cidades dominadas pela força privada do capital e da especulação imobiliária, apesar de avanços formais na regulação pública. Assim, a consolidação dos espaços integrados de comércio, negócios, trabalho e entretenimentos em grandes *shoppings centers*, cada vez mais espalhados territorialmente no interior das cidades grandes e médias do país.

Em síntese, as intervenções públicas pertencentes a quarta reforma urbana procuraram recuperar os antigos centros das cidades, embora não tenha se mostrado suficientes para encerrar o monopólio da estrutura concêntrica existente há mais de quatro séculos nas cidades brasileiras.

De outro lado, devido ao reconhecimento governamental das lutas desencadeadas desde os anos de 1970 pelo novo sujeito social em torno da legalização de terrenos e construções e, sobretudo, auto-

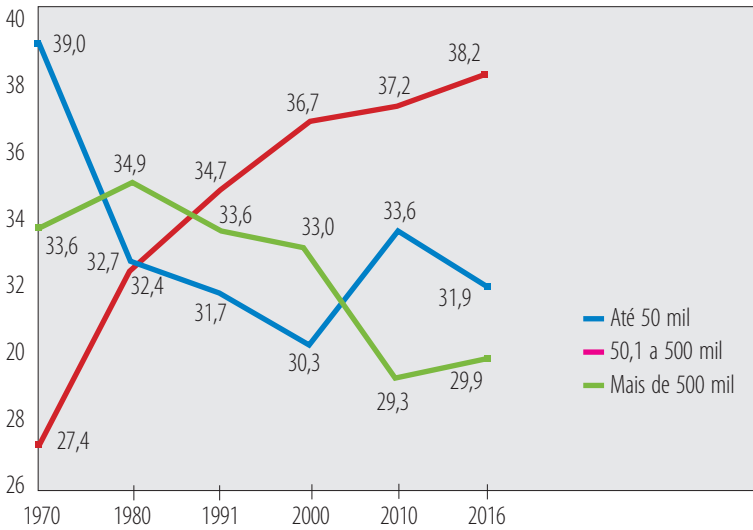
construções em favelas e áreas empobrecidas distantes dos centros das cidades. Após décadas de avanço da periferização urbana, o levante dos pobres pelo reconhecimento da propriedade fundiária e incorporação de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos se traduziu no processo de redemocratização aberto na década de 1980.

Inovações importantes foram implementadas como as propostas de governos municipais populares do orçamento participativos que valorizou o conjunto das periferias e dos projetos de urbanização das favelas. Na marcha popular do movimento nacional de reforma urbana houve conquistas inegáveis estabelecidas na Constituição Federal de 1988, bem como em suas regulamentações do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social introduzido por iniciativa popular e que contou com mais de um milhão de assinaturas em 1991, da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, da instalação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, da criação do Ministério das Cidades em 2003, e do estímulo com recursos públicos à habitação para baixa renda através do programa nacional Minha Casa Minha Vida, em 2009.

Após mais de um século de urbanismo periférico no Brasil, cuja herança original se assentou na experiência europeia da segunda metade do século XIX e, posteriormente estadunidense do início do século XX, constata-se como a transformação das terras rurais em urbanas foi privilegiada pela lógica privada do capital e da especulação imobiliária. Ou seja, a integração dos mercados de terras agrários e urbanos que favoreceu a rentabilidade do capital privado, bem como contribuiu ainda mais para a concentração da renda, riqueza e poder.

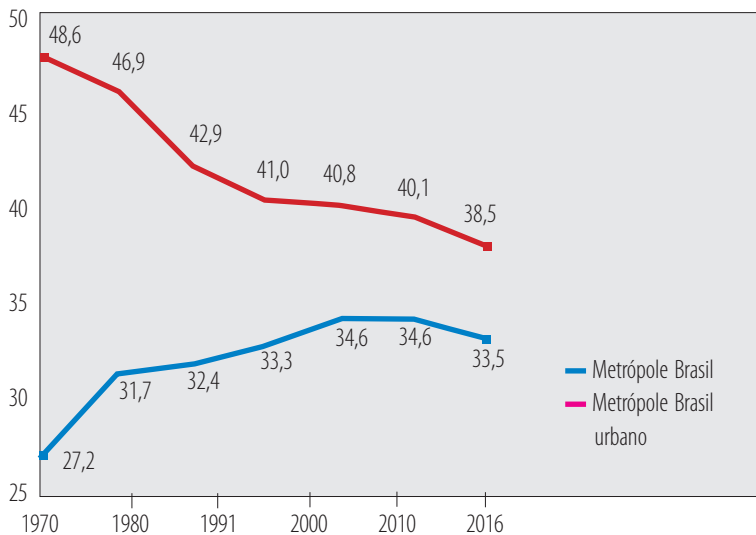
Na atual fase de expansão antecipada das cidades de serviços, a tendência da urbanização periférica no país se reafirma com alguns traços inovadores. A começar pelo processo de desmetropolização e expansão das cidades médias, resultados do deslocamento de parcela da população outrora residente nas metrópoles.

GRÁFICO 6: BRASIL – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR TAMANHO DOS MUNICÍPIOS EM ANOS SELECIONADOS (EM %)



Fonte: IBGE

GRÁFICO 7: BRASIL – EVOLUÇÃO DA METROPOLIZAÇÃO E DESMETROPOLIZAÇÃO (EM % DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA)



Fonte: IBGE

Contribui para isso, por exemplo, tanto a descentralização dos investimentos públicos produzida pelo governo federal voltado para a interiorização dos investimentos em infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos na década de 2010 (programa Bolsa Família, o Reuni nas universidades e institutos federais, programas Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos e outros). Em sequência, os investimentos privados que acompanharam a expansão dos empregos diretos e indiretos nas cidades médias, enquanto as grandes cidades e metrópoles desaceleraram o crescimento, desestimulando as migrações inter-regionais para o Sudeste, como no passado. Alterações demográficas importantes impactaram o longo processo de macrocefalia urbana, quando as cidades passaram a sinalizar esgotamento operacional e funcional, cuja desproporção habitacional, sobretudo de suas zonas periféricas, contribui para o comprometimento da qualidade de vida e trabalho. A perda de atratividade dos grandes centros urbanos decorre do elevado custo de vida urbano, com a especulação imobiliária comprometendo demasiadamente o preço do solo nas metrópoles e perda de tempo na mobilidade.

Na sequência, uma espécie de autossegregação social motivada pela busca de locais compatíveis com melhor educação de filhos, oportunidade de emprego e negócios e envelhecimento decente. Se, por um lado, a desindustrialização retira dinamismo econômico das grandes cidades, de outro, a mudança demográfica, com a queda na taxa de fecundidade, a elevação na expectativa média de vida e a maior participação da população com mais idade, motiva a busca por outras localidades urbanas na expectativa de elevar a qualidade de vida¹⁸.

18. Ver mais em: ARANTES, O. *et al A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000; RIBEIRO, L. ; SANTOS JR., O. (orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994; HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. São Paulo. Cia. das letras, 2013; POCHMANN, M. (org.) *Reestruturação produtiva*. Petrópolis: Vozes, 2004; NOVY, A. *A des-ordem da periferia*. Petrópolis: Voes, 2002; MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996; POCHMANN, M. (org.) *Desafios das cidades*. São Paulo: FPAbramo, 2016.

A urbanização periférica em países como o Brasil, que ingressa antecipadamente na sociedade de serviços, parece se reproduzir à margem das regras urbanas e governança pública. Com o enfraquecimento das instituições representativas da antiga sociedade urbana e industrial, emergem não apenas nas regiões periféricas dos centros urbanos, o novo sujeito social permeado pela força das igrejas, do crime organizado e milícias.

Desde sua inserção na globalização financeira a partir da década de 1990, o receituário neoliberal adotado por diversos governos produziu dependência da importação de bens de consumo deslocado do centro interno de produção. Com isso, o desaparecimento dos empregos assalariados da antiga sociedade urbana e industrial tem sido acompanhado da inflexão do projeto salarial das ocupações e modo de vida, inclusive com o emagrecimento da classe média e a aceleração da polarização entre a base e o cume da pirâmide social brasileira.

GRÁFICO 8: BRASIL - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO SETORIAL DA PRODUÇÃO (EM %)

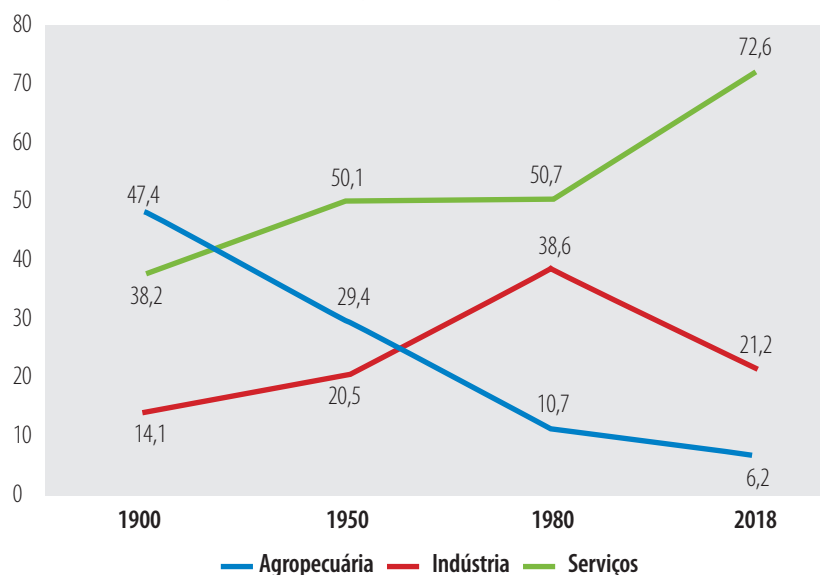
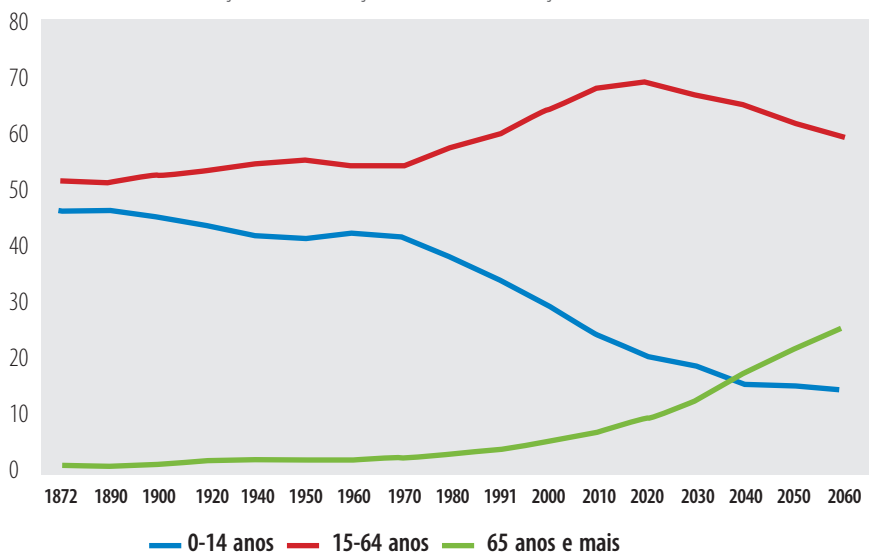


GRÁFICO 9: BRASIL - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (EM %)



Fonte: IBGE

| CAPÍTULO II

TRAJETÓRIAS DAS
CIDADES EM TRÊS TIPOS
DE SOCIEDADES NO
BRASIL

TRAJETÓRIAS DAS CIDADES EM TRÊS TIPOS DE SOCIEDADES NO BRASIL

Este capítulo trata da dinâmica socioeconômica dos municípios brasileiros ao longo de sua estruturação enquanto cidade no período de 1872 a 2010. Por meio da análise da concentração populacional, nível de urbanização, escolaridade, aspectos de cor e raça, nacionalidade, mercado de trabalho e economia procura-se demonstrar como se dava o arranjo campo-cidade e suas heterogêneas facetas, sejam elas no período de transição da sociedade escravista para a de competição capitalista, seja nas transições das distintas fases agrárias, industriais e de serviços deste período.

Metodologicamente, optou-se por analisar os municípios brasileiros sob a ótica campo-cidade, com a porção rural de cada município sendo contabilizada em conjunto, no perfil de população rural, e com a porção urbana desagregada em diferentes perfis municipais, buscando demonstrar sua heterogeneidade por meio de uma tipologia municipal que levasse em conta os diferentes graus de urbanização, estrutura econômica, porte populacional, períodos de fundação das cidades, porte populacional e localização geográfica. Desta forma, sistematizou-se o conjunto de municípios brasileiros em quatro tipologias urbanas: os centros urbanos, os subúrbios, os polos do interior e as pequenas cidades. Tal análise foi realizada de acordo com a dispo-

nibilidade de informações municipais, que, para algumas temáticas, permaneceram ausentes desde o final do século XIX até meados do século XX.

A principal base de dados desta pesquisa será a dos censos demográficos, do IBGE, desde o período de 1872 a 2010. O Censo de 1872 foi o primeiro mais estruturado, objeto do brilhante trabalho do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Decuplar/UFMG), que o digitou e o transformou em base de dados, disponibilizando informações a partir da unidade geográfica municípios, possibilitando o ponto de partida deste estudo.

Infelizmente, os censos demográficos que seguiram até 1960 não passaram pelo mesmo processo. Além de demandar a pesquisa nos impressos dos censos demográficos e anuários estatísticos por parte deste estudo, com conseqüente digitação, infelizmente também impossibilitou algumas análises. Todavia, a disponibilidade do Censo de 1872 é fundamental para identificar o perfil do Brasil Império, de suas províncias e da temática da escravidão.

ARRANJO CAMPO-CIDADE NO SÉCULO XIX E SUA ESTRUTURA ESCRAVOCRATA

Em 1872 o Brasil era basicamente rural, com 94% dos quase 10 milhões de habitantes do país residindo nestas áreas e vivendo de acordo com esse modo de vida. Em consequência, a agricultura era a base da economia do país, que já se utilizava há séculos de um modo escravista de produção. Há poucos anos, desde 1865, o Império havia conseguido equilibrar a balança comercial brasileira, passando a apresentar superávits. Isto graças, basicamente, e por ordem de importância, à exportação de mercadorias como café, açúcar, couros e peles e algodão.

Apenas 5% da população brasileira vivia em centros urbanos. Neste período, apenas três cidades possuíam mais de 100 mil habi-

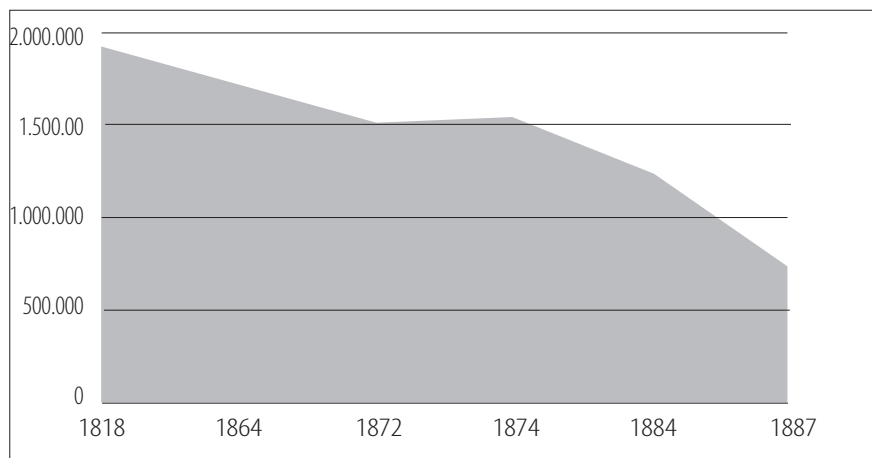
tantes, a então cidade da Corte, atual Rio de Janeiro, com 275 mil habitantes, a antiga capital do Império, São Salvador, atual Salvador, com 130 mil e Recife, com 115 mil moradores. Com quase 90 mil habitantes, a cidade de Campos dos Goytacazes se destacava à época como o maior polo do interior brasileiro devido à criação de gado, principalmente, que abastecia a Corte. A cidade de São Paulo, com pouco mais de 30 mil moradores, era apenas a 64ª maior cidade do país. A população urbana residente nos subúrbios, polos do interior e pequenas cidades era praticamente insignificante, quantitativamente, totalizando 1% da população total brasileira.

A escravidão da população negra e indígena no país teve início na década de 1530, pouco após a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500. Os indígenas foram utilizados inicialmente como tropa de guerra pelos portugueses, para conquistar terras de outras tribos e avançar interior adentro nas entradas e bandeiras, guardando então as fronteiras. Também foram utilizados na extração do pau-brasil, nas plantações de cana-de-açúcar e para vigiar e achar escravos negros fugidos. Sua abolição ocorreu em 1755, 133 anos antes da abolição da escravatura negra no país. Esta última também era mais interessante economicamente, porque envolvia mais uma atividade econômica, o seu transporte da África.

Os primeiros escravos africanos foram transportados para Pernambuco, para as plantações de cana-de-açúcar, e na sequência também para esta atividade na Bahia. Posteriormente foram levados para a região sudeste, durante os ciclos do ouro, principalmente em Minas Gerais, e no do café, especialmente no interior de São Paulo.

Estima-se que cerca de 5 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil entre 1539 a 1866. Conforme pode-se observar no Gráfico 1, haviam aproximadamente 1,9 milhões de escravos negros no país em 1818. À esta época eles desempenhavam importante papel na economia do país atuando principalmente nas lavouras de café e nos

GRÁFICO 1: POPULAÇÃO ESCRAVA NO BRASIL



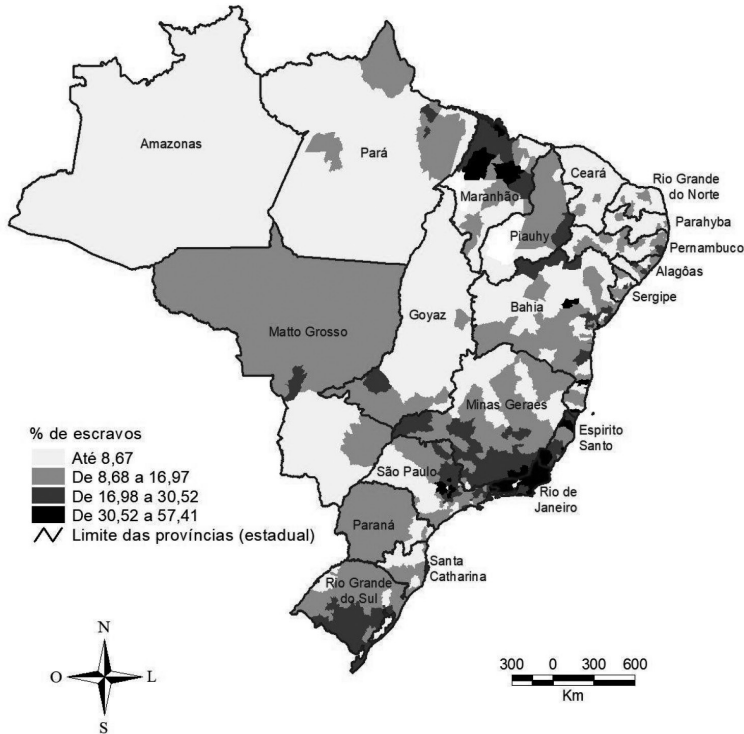
Fonte: elaboração própria a partir de Anuários Estatísticos do IBGE.

serviços de criadagem. Mas em um período em que o custo da terra era baixo, o tráfico negreiro e principalmente o comércio de escravos no país também representava uma significativa parte dos lucros da elite brasileira, especialmente após 1850, quando o tráfico negreiro foi efetivamente extinto e a “cotação” dos escravos cresceu.

Muito estimulada pela resistência cotidiana dos escravos e pela crescente aceitação do movimento abolicionista por parte da sociedade, em 1871 e 1885 foram promulgadas, respectivamente, a Lei do Ventre Livre e a dos Sexagenários, o que obrigava os escravagistas a pensarem na sustentabilidade de seus negócios sem tal mão de obra, mudança que ocorreria três anos depois, em 1888, com a abolição oficial da escravatura negra no país.

Todo esse processo é refletido na quantificação da população escrava, que apresenta então uma queda brusca, partindo de 1,5 milhões em 1872, ano do Recenseamento Demográfico, a pouco mais de 720 mil nas vésperas da Abolição, em 1887. O Mapa 1 permite observar uma forte concentração da população escrava na região Sudeste do país e, especificamente, no estado do Maranhão. A concentração no Sudeste

MAPA 1: CONCENTRAÇÃO DE ESCRAVOS POR MUNICÍPIO



Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

é explicada pela atratividade do ciclo econômico vigente no período, o do café, que durou aproximadamente de 1850 a 1930, e também pelo ciclo anterior, o da mineração, especialmente em Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso, e que durou de aproximadamente 1709 a 1789. Na região Sul, a atratividade foi o ciclo regional da erva-mate, ocorrida principalmente no século XIX.

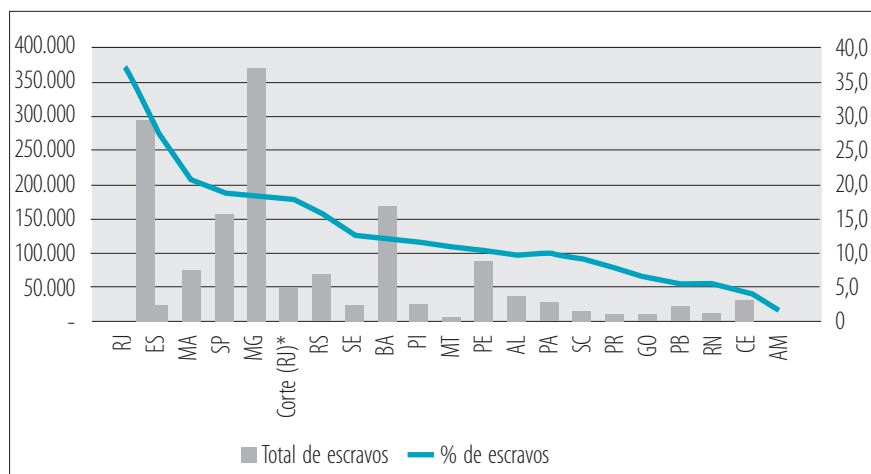
Já a concentração em solo maranhense se deveu ao desenvolvimento das fazendas de algodão e arroz da região, produtos então exportados para a Europa. Isto estimulou a tráfico de mais de 100 mil escravos africanos a partir da década de 1750, fazendo com que compusessem quase metade da população em muitas cidades do estado.

No Gráfico 2 vê-se tanto a quantidade, como a concentração de escravos por província. As com maior quantidade de escravos estavam em Minas Gerais, com 370 mil escravos, Rio de Janeiro, com 293 mil, Bahia, com 168 mil e São Paulo, com 157 mil escravos. Contabilizada de forma separada, a cidade do Rio de Janeiro (então, a cidade da Corte), algo comparado com a lógica de Distrito Federal do período pós Império, possuía sozinha quase 50 mil escravos, o que correspondia a 17,8% de sua população total.

Em termos de proporção da população escrava, a província do Rio de Janeiro se destacava com quase quatro em cada dez habitantes (37,4%) na condição de escravo. Ademais, também possuíam concentrações relevantes o Espírito Santo (27,6%), Maranhão (20,9%), São Paulo (18,7%), Minas Gerais (18,2%) e Rio Grande do Sul (15,6%).

Os estados com menos escravos eram o Amazonas, com 979 pessoas, e Mato Grosso, com 6.667 pessoas. Em termos de menor concentração escravista o Amazonas também se destacava, com 1,7%, bem como os estados nordestinos Ceará (4,4%), Rio Grande do Norte (5,6%) e Paraíba (5,7%).

GRÁFICO 2: QUANTIFICAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DE ESCRAVOS POR PROVÍNCIA



Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.
 * O município da Corte, Rio de Janeiro, está contabilizado em separado.

Como já percebido, os municípios com maior concentração de escravos em relação à população total se localizavam, em geral, na região Sudeste. Dos 20 com maior concentração presentes na Tabela 3, nove eram da província do Rio de Janeiro, quatro de São Paulo, três do Maranhão, dois da Bahia e dois do Espírito Santo. Dentre os sete municípios do país onde a população escrava superava numericamente a população livre, cinco localizavam-se na província do Rio de Janeiro.

Apesar dos escravos então corresponderem a 15,2% da população brasileira, distribuídos em praticamente todos os 637 municípios do país, em 38 dessas localidades, representavam mais de um terço da população. Muitas destas cidades vieram a se tornar polos do interior atualmente.

TABELA 1: OS 20 MUNICÍPIOS COM MAIOR CONCENTRAÇÃO ESCRAVA DO PAÍS

Ranking	Nome da Província	Nome do Município	Total de escravos	
			Nº	%
1	Rio de Janeiro	São João da Barra	7.502	57,4
2	Rio de Janeiro	Santa Maria Madalena	16.305	56,3
3	Rio de Janeiro	Valença	23.496	55,8
4	São Paulo	Bananal	8.281	53,1
5	Rio de Janeiro	Piraí	13.475	53,0
6	Bahia	Santa Cruz (de Cabralia)	700	52,6
7	Rio de Janeiro	Vassouras	20.168	51,4
8	Maranhão	São Luiz Gonzaga (do Maranhão)	4.733	49,6
9	Rio de Janeiro	Paraíba (do Sul)	17.107	45,7
10	São Paulo	Indaiatuba	1.708	45,6
11	São Paulo	São José do Barreiro	2.544	44,9
12	Rio de Janeiro	São João do Príncipe (nome atual: São João Marcos)	7.653	43,9
13	Rio de Janeiro	Magé	11.977	43,9
14	São Paulo	Campinas	13.685	43,6
15	Espírito Santo	São Mateus	2.017	43,3
16	Maranhão	Codó	6.763	42,8

continua

17	Rio de Janeiro	Barra Mansa	10.944	42,5
18	Bahia	Monte Alegre	3.909	41,8
19	Maranhão	Coroatá	2.232	41,3
20	Espírito Santo	Cachoeiro de Itapemirim	7.482	40,5

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

Obs: alguns nomes tiveram sua grafia corrigida para a atual. Outros receberam o complemento, entre parêntesis, para sua atual nomenclatura.

O atual estado do Rio de Janeiro concentrava 11 dos 20 municípios com mais escravos do país em 1872. O município da Corte era o maior neste aspecto, com quase 50 mil pessoas. Os quatro seguintes também se localizavam na província do Rio de Janeiro, sendo, Campos (atual Campos dos Goytacazes) com 32.620 escravos, Valença com 23.496, Vassouras com 20.168 e Paraíba (atual Paraíba do Sul), com 17.107 escravos. Os demais estados presentes na lista, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e São Paulo possuíam, respectivamente, quatro, três, um e um municípios dentre os 20 com mais escravos do país.

TABELA 2: OS 20 MUNICÍPIOS COM MAIOR POPULAÇÃO ESCRAVA DO PAÍS

Ranking	Nome da Província	Nome do Município	Total de escravos	
			Nº	%
1	Município da Corte	Rio de Janeiro	48.939	17,8
2	Rio de Janeiro	Campos (dos Goytacazes)	32.620	36,7
3	Rio de Janeiro	Valença	23.496	55,8
4	Rio de Janeiro	Vassouras	20.168	51,4
5	Rio de Janeiro	Paraíba (do Sul)	17.107	45,7
6	Bahia	Salvador	16.468	12,8
7	Rio de Janeiro	Santa Maria Madalena	16.305	56,3
8	Bahia	Cachoeira	15.347	17,4
9	Minas Gerais	Leopoldina	15.253	36,4
10	Pernambuco	Recife	15.136	13,0
11	Rio de Janeiro	Cantagalo	14.815	34,6
12	Minas Gerais	Juiz de Fora	14.368	37,5

continua

13	Minas Gerais	Queluz	13.993	24,6
14	São Paulo	Campinas	13.685	43,6
15	Rio de Janeiro	Piraí	13.475	53,0
16	Minas Gerais	Mar de Espanha	12.658	39,2
17	Rio de Janeiro	Magé	11.977	43,9
18	Rio de Janeiro	Niterói	11.875	25,0
19	Rio de Janeiro	Barra Mansa	10.944	42,5
20	Bahia	Santo Amaro	10.620	18,2

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

Obs: alguns nomes tiveram sua grafia corrigida para a atual. Outros receberam o complemento, entre parêntesis, para sua atual nomenclatura.

Ao analisar a distribuição da população escrava pela tipologia municipal proposta, nota-se que ela – que representava 15,2% do total populacional do país em 1872 –, já correspondia a 17,7% dos moradores das cidades que se tornariam, no futuro, polos do interior mais estruturados, bem como a 15,6% dos futuros subúrbios, 14,1% dos futuros centros urbanos e 12,4% das futuras pequenas cidades.

Olhando o perfil desta população, de acordo com a Tabela 3, constata-se que mais da metade da população escrava no país era composta por homens (53,3%), proporção um pouco mais desigual do que a das pessoas livres, onde os homens representavam 51,3% do total.

TABELA 3: POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE LIBERDADE

População por situação de liberdade	Nº	%
Homens livres	4.318.699	51,3
Mulheres livres	4.100.973	48,7
Total de livres	8.419.672	84,8
Escravos	805.170	53,3
Escravas	705.636	46,7
Total de escravos	1.510.806	15,2
População total	9.930.478	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

Conforme exposto na Tabela 4, em termos de cor/raça, 31,1% dos escravos possuíam características miscigenadas, e foram considerados pelo Censo de 1872 como pardos. Dentre as pessoas livres, os pardos representavam 39,6% da população. Mas a maior proporção era de brancos (44,9%). Os classificados como de cor preta, em geral escravos alforriados, mas também sexagenários e recém nascidos, representavam apenas 10,9% da população livre. Neste Censo há também a classificação de caboclos (miscigenação entre brancos e indígenas), contemplando 4,6% da população livre. Nessa tipificação também se encontram os indígenas não miscigenados, mas como a classe contabiliza menos de 400 mil pessoas, a população indígena está notadamente subdimensionada neste levantamento.

Em 1872, havia no país 382 mil estrangeiros, o que representava 3,8% da população do país. Destes, 45,3% eram escravos de origem africana. Dentre os demais 244 mil estrangeiros livres, 51,6% eram de origem portuguesa, 16,4% alemães e 15,4% de africanos não escravos. Desta forma, percebe-se que, neste período, a presença estrangeira no país ainda estava muito ligada à estrutura imperial. A maioria dos imigrantes portugueses preferia a cidade e suas atividades laborais, especialmente o comércio. Já os colonos alemães, italianos e eslavos ocuparam principalmente o interior da região Sul do país, preponderantemente em atividades agropecuárias, mas que, eventualmente, se tornaram posteriormente industriais.

O Brasil, neste período, era um país de credo totalmente católico, oficialmente. É interessante observar que enquanto 100% dos escravos foram declarados como católicos, a população livre apresentou um percentual minimamente inferior (99,7%), o que expõe o fato da imposição religiosa aos escravos e a não liberdade também neste aspecto.

A alfabetização era uma possibilidade remota para o 'brasileiro médio' neste período, apenas 18,6% dos cidadãos livres sabiam escrever, ao passo que para os escravos essa possibilidade era menos ainda, ape-

TABELA 4: PERFIL DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE LIBERDADE

Perfil	Categoria	Pessoas livres	Escravos
Cor/raça	Branco	44,9	0
	Pardo	39,6	31,1
	Preto	10,9	68,9
	Caboclo	4,6	0
Nacionalidade	Brasileiros	86,3	13,7
	Estrangeiros	54,7	45,3
Religião	Católicos	99,7	100
Alfabetização	Sabem ler e escrever	18,6	0,1
	Analfabetos	81,4	99,9
Frequência escolar	Frequentam escola	13,8	0
	Não frequentam escola	85,8	0,1
	Sem informação	0,4	99,9

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

nas 0,1% destes eram alfabetizados. A frequência escolar, em geral, era igualmente baixa, enquanto os 13,8% das crianças e jovens não livres frequentavam as escolas, nenhum escravo possuía este acesso.

O mercado de trabalho do período era composto por pouco mais de 6 milhões de trabalhadores, ou 61,2% da população. A Tabela 5 permite observar que, destes, quase metade (48,6%) atuavam na agricultura e outros 13,8% em profissões manuais, como costureiros, pedreiros, e em mecânicas, como mineiros e atividades fabris. Entre o agrupamento de outras ocupações, destaca-se a de serviços domésticos, com 1,35 milhões de pessoas (22,2% do total de ocupados).

Entre os homens livres, a maioria se dedicava a agricultura (65,4%). As mulheres possuíam uma atuação mais diversificada, sendo 40,1% nas atividades domésticas, 29,2% na agricultura e 26% em profissões manuais, como costura.

Os homens estrangeiros atuavam principalmente como proprietários nos setores comercial e industrial (26,9%), como la-

vradores ou criadores na agricultura (25,2%) e 28,1% em outras, como trabalhadores por jornada nos comércios e indústrias de estrangeiros. As mulheres estrangeiras atuavam principalmente no serviço doméstico, 45,4%, lembrando-se que muitas ex-escravas, alforriadas, atuavam nesta ocupação, mas também na agricultura (24,2%) e em profissões manuais ou mecânicas (17,6%) como por exemplo, costura.

Os homens escravos atuavam principalmente em profissões da agricultura (62,9%) e em outras atividades, como serviço doméstico (16%) e como trabalhadores por jornada em comércios (15,8%). As mulheres escravas atuavam principalmente na agricultura (41,1%), e nos serviços domésticos (37,6%).

TABELA 5: PERFIL OCUPACIONAL POR NACIONALIDADE E SITUAÇÃO DE LIBERDADE (EM %)

Grupo de ocupações	Homens brasileiros livres	Mulheres brasileiras livres	Estrangeiros	Estrangeiras	Escravos	Escravas	Total
Profissões na Agricultura	65,4	29,2	25,2	24,2	62,9	41,1	48,6
Manuais e Mecânicas	5,6	26,0	14,2	17,6	4,4	12,1	13,8
Industriais e Comerciais	4,0	0,6	26,9	3,5	0,0	0,0	2,6
Liberais	2,5	0,3	5,7	1,7	0,3	0,0	1,3
Outras	22,6	43,8	28,1	53,0	32,4	46,8	33,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

Dos quase 3 milhões de trabalhadores do setor agropecuário, 38% atuavam na região sudeste, sendo que 16,5% somente em Minas Gerais. Fora da região, Bahia (15,8%), Pernambuco (9%) e Ceará (6,9%) dos trabalhadores rurais do país, também se destacavam. Devido ao forte vínculo do trabalho escravo com o agropecuário, essas províncias também são as que apresentavam maior quantidade e proporção de trabalhadores escravos.

No entanto, relativo ao peso do setor nos mercados de trabalho regionais, há uma grande heterogeneidade entre as então províncias brasileiras. Enquanto algumas possuíam uma forte dependência das ocupações do setor agropecuário, como Pará (61,7% dos traba-

lhadores), Sergipe (61,6%), Pernambuco (61%), Paraíba (60%) e São Paulo (59,8%), outras demonstravam maior diversidade ocupacional, como Amazonas (36,6% de trabalhadores do setor agropecuário), Minas Gerais (37%), Rio Grande do Sul (38,8) e Piauí (39,7%). Nestes, ocupações como trabalhadores jornalheiros no comércio ou indústria, costureiras e serviços domésticos possuíam uma presença média maior do que nas demais províncias.

Em suma, pode-se concluir que um município típico deste período possuía sua economia muito vinculada ao escravagismo e ao setor agropecuário, possuía um médio porte populacional (proporcional à época), era não urbano, e com localização não necessariamente limítrofe às capitais das províncias, apresentando um perfil do que viriam a ser os polos do interior.

DO ESCRAVISMO PARA A COMPETIÇÃO CAPITALISTA (1872 A 1920)

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, a escravidão no Brasil estava fadada a terminar. Em consequência, a elite produtora ensaiou alternativas com a utilização da mão de obra de colonos europeus. Com a abolição da escravatura (1888), houve estímulos para a imigração de um grande número de colonos estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis, japoneses e alemães. Isto também decorria do desprezo da elite pelo trabalhador nacional, visto como indisciplinado.

Esse movimento também marcou uma mudança no mercado de trabalho para uma estrutura tradicional do modo de produção capitalista, com apropriação privada dos meios de produção e exploração dos trabalhadores, então livres, mas forçados a vender sua força de trabalho de forma má remunerada.

Ao analisar a dinâmica das cidades para tal período, nota-se que ao passo que a população começou a emigrar do campo, outros per-

TABELA 6: TRABALHADORES DO SETOR AGROPECUÁRIO POR PROVÍNCIA

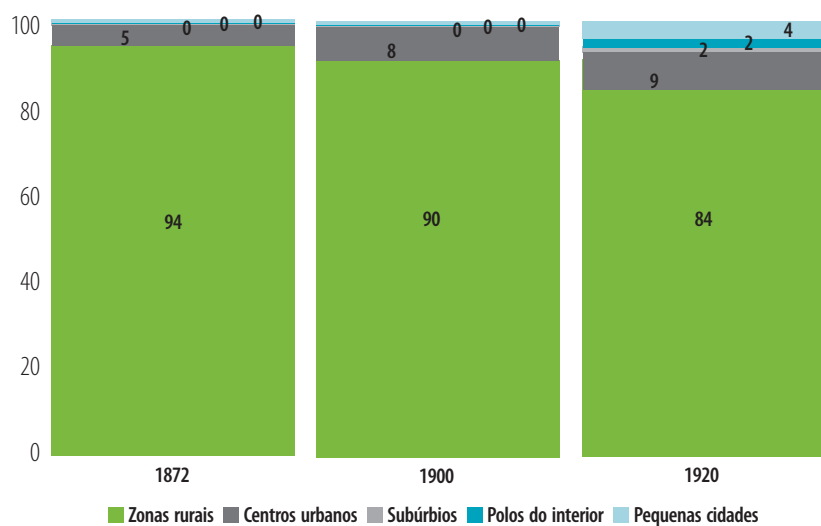
Província	Nº de trabalhadores	%	% do total de trabalhadores
Alagoas	89.937	3,0	49,1
Amazonas	12.760	0,4	36,6
Bahia	466.022	15,8	55,2
Ceará	204.443	6,9	48,8
Espírito Santo	31.759	1,1	56,8
Goyaz	56.190	1,9	54,8
Maranhão	126.643	4,3	56,2
Mato Grosso	18.348	0,6	53,8
Minas Gerais	486.689	16,5	37,0
Município da Corte (RJ)	17.694	0,6	9,7
Pará	96.220	3,3	61,7
Parahyba	143.496	4,9	60,0
Paraná	41.625	1,4	58,6
Pernambuco	264.908	9,0	61,0
Piauhy	48.509	1,6	39,7
Rio de Janeiro	257.219	8,7	45,3
Rio Grande do Norte	54.411	1,8	46,8
Rio Grande do Sul	80.678	2,7	38,8
Santa Catharina	53.613	1,8	55,4
São Paulo	326.908	11,1	59,8
Sergipe	74.831	2,5	61,6
Brasil	2.952.903	100,0	48,6

Fonte: elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1872/IBGE.

fis de estruturas municipais passaram a ser mais representativas. E isto ocorre em dois momentos. Entre 1872 e 1900, a população que emigrou do meio rural dirigiu-se principalmente para os centros urbanos, com a participação destes saltando de 4,8% da população no primeiro período, para 8,5% no segundo. As demais estruturas municipais, ainda incipientes, não atraíam muitos moradores. Porém, nos 20 anos seguintes, a concentração populacional nos centros urbanos permane-

ceu praticamente estável (8,8%), com a população emigrante do meio rural procurando uma nova vida em outras estruturas municipais fora das capitais dos estados. Desta forma, a população das pequenas cidades cresceu proporcionalmente nove vezes neste curto período, indo de 0,4% para 3,6% dos residentes. Os residentes nos recém formados subúrbios cresceu proporcionalmente seis vezes, de 0,3% para 2% da população do país. Os primeiros polos urbanos também demonstram certa estruturação no período, contemplando 1,6% da população do país em 1920, ao invés dos 0,5% que representava em 1900.

GRÁFICO 3: PROPORÇÃO DE HABITANTES POR SITUAÇÃO DE LOCALIDADE



Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872, 1900 e 1920/IBGE.

A Tabela 7 mostra, em geral, que o maior desenvolvimento das regiões Sudeste e Sul do país ao longo de 1872 a 1920 começava a atrair a população nordestina para a região, enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte começavam a apresentar um incremento populacional mais significativo.

A população do estado de São Paulo, no período, foi de 837 mil para 4,6 milhões de pessoas, um crescimento de 450%, enquanto o estado nordestino mais populoso, a Bahia, foi de 1,4 para 3,3 milhões de habitantes neste período, um crescimento de 140%. No Norte, a população amazonense cresceu cerca de 530%, mas em uma quantidade bem menor, de 57 mil para 363 mil. O Mato Grosso cresceu 308%, de 60 mil para 246 mil. O então Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) cresceu 321%, de 275 mil para 1,2 milhões de pessoas.

O incômodo da oligarquia vigente com a presença dos escravos libertos em cidades e locais que antes não eram frequentados por eles, fez com que essa mesma elite e os seus representantes políticos iniciassem um projeto de branqueamento da população (SKIDMORE, 1974), com a busca da ampliação da genética europeia no país. A Constituição de 1891 proibiu a imigração africana e asiática para o país, e foram empreendidas ações orquestradas para estimular uma imigração europeia para o Brasil.

Algumas das consequências dessa política foram captadas pelos censos demográficos do período. Em 1890 a população de cor branca, que representava 38,1% em 1872, passou a contemplar 44% dos habitantes do país, mesmo com a melhor contabilização da população indígena neste ano. Os de cor preta foram de 38,3% do país, para 32,4% no período. E os classificados como pardos passaram de 38,3 para 32,4%, de 1872 a 1890.

A Tabela 8 também permite observar quais estados passaram por maior 'branqueamento' no período. São Paulo foi onde a proporção de brancos mais cresceu no país, indo de 51,8% em 1872 para 63,1% em 1890, um incremento de 11,3 pontos percentuais em apenas 18 anos. Tal política foi nacional, mas obteve mais sucesso no Sul e Sudeste do país. Os demais estados com maior crescimento proporcional da população de cor branca foram o Rio Grande do Sul

TABELA 7: POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA/ESTADOS

Províncias/estados	População					
	1872		1900		1920	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alagoas	348.009	3,5	649.273	3,7	978.748	3,2
Amazonas	57.610	0,6	249.756	1,4	363.166	1,2
Bahia	1.379.616	13,9	2.117.956	12,2	3.331.465	10,9
Ceará	721.686	7,3	849.127	4,9	1.319.228	4,3
Distrito Federal (RJ)	274.972	2,8	691.565	4,0	1.157.873	3,8
Espírito Santo	82.137	0,8	209.783	1,2	457.328	1,5
Goiás	160.395	1,6	255.284	1,5	511.919	1,7
Maranhão	359.040	3,6	499.308	2,9	874.337	2,9
Mato Grosso	60.417	0,6	118.025	0,7	246.612	0,8
Minas Gerais	2.039.735	20,5	3.594.471	20,8	5.888.174	19,2
Pará	275.237	2,8	445.356	2,6	983.507	3,2
Paraíba	376.226	3,8	490.784	2,8	961.106	3,1
Paraná	126.722	1,3	327.136	1,9	685.711	2,2
Pernambuco	841.539	8,5	1.178.150	6,8	2.154.835	7,0
Piauí	202.222	2,0	334.328	1,9	609.003	2,0
Rio de Janeiro	782.724	7,9	926.035	5,3	1.559.371	5,1
Rio Grande do Norte	233.979	2,4	274.317	1,6	537.135	1,8
Rio Grande do Sul	434.813	4,4	1.149.070	6,6	2.182.713	7,1
Santa Catarina	159.802	1,6	320.289	1,8	668.743	2,2
São Paulo	837.354	8,4	2.282.279	13,2	4.592.188	15,0
Sergipe	176.243	1,8	356.264	2,1	477.064	1,6
Território do Acre	---	---	---	---	92.379	0,3
Brasil	9.930.478	100	17.318.556	100	30.632.605	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872, 1900 e 1920/IBGE.

(10,7 pontos percentuais no período), Espírito Santo (9,8 pp), Paraná (8,8 pp), e no Norte, o Amazonas (8,8 pp), onde inclusive a população indígena e cabocla apresentaram redução proporcional de 15,5 pp., de 63,9% em 1872 para 48,4% em 1890.

Vale indicar que esse processo de ‘branqueamento’ do Sul e Sudeste do país não contou apenas com estrangeiros, mas como migrantes brasileiros brancos vindos principalmente do Nordeste, uma vez que os ex-escravos possuíam menos recursos financeiros e condições em geral para imigrar.

TABELA 8: RAÇA/COR POR PROVÍNCIA/ESTADOS

Províncias/estados	Raça/cor															
	Branco				Pardo				Preto				Cabodo			
	1872		1890		1872		1890		1872		1890		1872		1890	
	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Alagoas	2,3	25,5	2,5	31,1	5,5	60,4	4,5	40,4	2,2	12,3	2,5	10,1	1,6	1,8	7,3	18,4
Amazonas	0,3	19,5	0,7	28,2	0,2	13,3	0,6	20,3	0,1	3,4	0,2	3,0	9,5	63,9	5,5	48,4
Bahia	8,6	23,5	7,8	25,6	16,7	45,9	19,1	46,2	18,9	26,9	18,7	20,4	12,9	3,6	11,6	7,8
Ceará	7,1	37,3	5,7	44,5	9,4	49,5	5,2	29,7	2,2	5,9	3,3	8,6	13,6	7,3	10,6	17,1
Distrito Federal (RJ)	4,0	55,2	5,2	62,7	1,5	20,3	2,4	21,6	3,4	24,1	3,1	12,3	0,2	0,3	1,3	3,3
Espírito Santo	0,7	32,4	0,9	42,1	0,7	33,3	1,0	35,4	1,2	27,6	1,0	16,1	1,4	6,7	0,7	6,4
Goiás	1,1	26,1	1,2	33,5	2,4	56,4	2,1	42,2	1,2	14,8	1,4	13,0	1,1	2,7	2,0	11,3
Maranhão	2,7	28,8	2,2	31,7	4,4	46,7	3,5	38,1	3,9	21,4	3,1	15,2	2,8	3,0	5,0	15,0
Mato Grosso	0,5	28,5	0,4	29,8	0,6	39,4	0,8	41,4	0,6	18,0	0,6	13,9	2,2	14,1	1,1	14,9
Minas Gerais	22,0	40,8	20,5	40,6	18,5	34,5	24,0	34,9	24,0	23,1	27,8	18,3	8,4	1,6	15,2	6,2
Pará	2,5	33,7	2,0	39,2	2,8	38,3	2,4	3,1	1,7	11,9	1,1	6,8	11,5	16,2	5,1	19,9
Paraíba	3,8	38,5	3,4	46,9	4,9	50,0	3,5	35,3	1,7	9,0	1,5	7,1	2,5	2,6	3,8	10,7
Paraná	1,8	55,0	2,5	63,8	0,9	27,4	1,0	18,7	0,7	10,4	0,6	5,2	2,3	7,2	2,4	12,4
Pernambuco	7,7	34,6	6,7	41,1	10,9	49,1	8,8	39,6	6,4	14,9	5,7	11,5	3,1	1,4	6,1	7,7
Piauí	1,1	21,5	1,2	28,3	3,1	57,6	2,1	36,3	1,5	14,3	1,9	15,2	3,5	6,7	4,2	20,2
Rio de Janeiro	8,0	38,7	6,0	43,0	5,2	25,4	5,3	28,1	13,9	34,8	11,2	26,8	2,0	1,0	1,5	2,2
Rio Grande do Norte	2,7	43,8	1,9	4,1	2,4	38,7	2,2	37,5	1,5	12,8	1,1	9,0	2,9	4,7	1,9	9,4
Rio Grande do Sul	6,8	59,4	10,0	70,2	1,9	16,4	3,1	15,8	4,1	18,3	3,7	8,7	6,6	5,9	3,7	5,4
Santa Catarina	3,3	78,8	3,8	84,8	0,4	10,4	0,4	7,2	0,7	9,0	0,6	4,8	0,7	1,8	0,7	3,3
São Paulo	11,5	51,8	13,9	63,1	5,2	23,5	4,7	15,7	8,6	20,1	8,6	13,0	10,2	4,7	8,8	8,2
Sergipe	1,3	28,2	1,5	29,7	2,4	51,6	3,3	49,0	1,7	18,4	2,2	14,8	0,8	1,8	1,6	6,5
Território do Acre	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	
Brasil	100	38,1	100	44,0	100	38,3	100	32,4	100	19,7	100	14,6	100	3,9	100	9,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872 e 1900/IBGE.

Obs: "est" indica o cálculo percentual para o total do respectivo estado. A informação de cor/raça não foi coletada no Censo Demográfico de 1920.

Os esforços do governo federal propiciou que outros 2,5 milhões de europeus imigrassem para o país entre 1890 e 1914, 40% destes com passagens de navio subsidiadas pelo Estado (MERRICK & GRAHAM, 1979). O país chegou a ter 7,1% de sua população composta por estrangeiros em 1900.

Conforme se observa na Tabela 9, a população de estrangeiros saltou de 388 mil em 1872 para os quase 1,6 milhões captados pelo Censo Demográfico de 1920. Mais da metade destes (829.851) concentravam-se em apenas um estado, São Paulo. Em 1920, 5,1% dos residentes no país eram estrangeiros, mas em alguns estados essa concentração era bem maior, como no Ceará (20,7%), São Paulo (18,1%), Mato Grosso (10,3%) e Paraná (9,2%).

TABELA 9: PRESENÇA DE ESTRANGEIROS POR PROVÍNCIA/ESTADOS

Províncias/estados	Estrangeiros							
	Nº de pessoas				Proporção			
	1872	1890	1900	1920	1872	1890	1900	1920
Alagoas	3.718	556	3.408	693	1,1	0,1	0,5	0,1
Amazonas	2.199	3.277	3.245	16.986	3,8	2,2	1,3	4,7
Bahia	22.397	26.776	29.387	10.600	1,6	1,4	1,4	0,3
Ceará	1.592	534	4.683	239.129	0,2	0,1	0,6	20,7
Distrito Federal (RJ)	84.283	124.352	188.258	901	30,7	23,8	27,2	0,1
Espírito Santo	4.191	3.074	32.936	18.754	5,1	2,31	5,7	4,1
Goiás	367	62	1.849	1.694	0,2	0,0	0,7	0,3
Maranhão	5.247	606	12.022	1.586	1,5	0,1	2,4	0,2
Mato Grosso	958	12.205	25.321	2,8	1,0	10,3	10,3	10,3
Minas Gerais	46.900	46.787	141.647	85.705	2,2	1,5	3,9	1,5
Pará	6.529	4.039	4.464	22.083	2,4	1,2	1,0	2,2
Paraíba	843	180	2.578	602	0,2	0,0	0,5	0,1
Paraná	3.627	5.153	45.134	62.753	2,9	2,1	13,8	9,2
Pernambuco	13.444	2.690	10.822	11.698	1,6	0,3	0,9	0,5
Piauí	653	19	1.628	326	0,3	0,0	0,5	0,1
Rio de Janeiro	99.899	16.140	57.706	50.831	12,2	1,8	6,2	3,3
Rio Grande do Norte	997	152	829	327	0,4	0,1	0,3	0,1
Rio Grande do Sul	41.725	34.765	140.854	151.025	9,3	3,9	12,3	6,9
Santa Catarina	15.974	6.198	32.146	31.243	10,0	2,2	10,0	4,7
São Paulo	29.622	75.030	529.187	829.851	3,5	54	23,2	18,1
Sergipe	2.583	197	1.818	397	1,1	0,1	0,5	0,1
Território do Acre				3.506				3,8
Brasil	388.459	351.545	1.256.806	1.565.961	3,8	2,5	7,3	5,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920/IBGE.

No aspecto da educação, a sociedade brasileira evoluiu lentamente neste período. Vê-se na Tabela 10 que, em 1872, apenas 15,8% dos brasileiros eram alfabetizados, com a capital federal tendo a melhor taxa do país (36,2%). Ao passo que Ceará, Minas Gerais e Paraíba apresentavam os piores índices, apenas 11%. Em 1920 essa proporção cresceu para 24,5% no país, com o mesmo Distrito Federal apresentando significativa melhora, 61,3%. Enquanto o Piauí apresentava o pior resultado, com apenas 12% de sua população alfabetizada.

O acesso à escola foi outro aspecto que não evoluiu muito no período. Em 1872, apenas 13,9% da população em idade escolar do

país tinha acesso, de fato. Rio de Janeiro, capital federal e Rio de Janeiro, estado, apresentavam os melhores resultados, 24,3%. Em 1920, a proporção de crianças e jovens na escola no Brasil ampliou-se somente 4,1 pp, para 18%. A capital federal (39,6%) e São Paulo (28,3%) apresentavam os melhores índices. Já o Piauí apresentava o pior nível de acesso à escola do país, tanto em 1872 (7,9%), como em 1920 (7,2%), regredindo 0,7 pp. neste período.

TABELA 10: ASPECTOS EDUCACIONAIS POR PROVÍNCIA/ESTADOS

Províncias/estados	Estrangeiros				
	Nº de pessoas			Proporção	
	1872	1900	1920	1872	1920
Alagoas	12,0	20,0	14,8	12,1	7,9
Amazonas	13,2	32,1	26,6	12,5	12,8
Bahia	18,1	22,8	18,4	13,2	11,0
Ceará	11,0	21,8	18,6	8,4	12,3
Distrito Federal (RJ)	36,2	51,9	61,3	24,3	39,6
Espírito Santo	11,8	26,9	23,6	16,7	17,7
Goiás	14,1	21,8	15,3	10,2	10,3
Maranhão	19,1	25,4	15,8	18,8	12,7
Mato Grosso	18,1	27,0	29,1	9,5	16,8
Mina Gerais	11,0	25,6	20,7	13,3	16,2
Pará	22,0	30,0	29,3	15,4	11,5
Paraíba	11,0	16,8	13,2	10,5	8,8
Paraná	25,1	23,9	28,2	17,1	17,0
Pernambuco	17,5	19,3	17,8	12,7	13,2
Piauí	13,7	17,3	12,0	7,9	7,2
Rio de Janeiro	14,7	23,1	24,7	24,3	19,0
Rio Grande do Norte	17,0	20,4	17,9	11,0	16,0
Rio Grande do Sul	21,9	32,6	38,8	20,4	22,5
Santa Catarina	13,7	25,7	29,5	14,3	20,4
São Paulo	16,9	24,7	29,8	14,2	28,3
Sergipe	16,5	24,7	16,7	14,1	14,8
Território do Acre	-	-	29,8	-	-
Brasil	15,8	25,5	24,5	13,9	18,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872, 1900 e 1920/IBGE.

Dos 30,6 milhões de habitantes do Brasil em 1920, 8,8 milhões (28,7%) foram identificados como trabalhadores pelo Censo de 1920, proporção similar à de 1872 (29,7%). A Tabela 11 permite notar que o setor agropecuário ganhou participação no mercado de trabalho ao longo deste período, uma vez que contemplava 48,6% dos trabalhadores em 1872, e passou a abarcar 73,4% dos ocupados do país em 1920. Ainda incipiente na época, o setor industrial empregava outros 13,5% dos trabalhadores, uma proporção muito próxima dos que atuavam no setor de serviços, 13,1%.

Os estados mais dependentes do emprego agropecuário eram a Paraíba e o Espírito Santo onde, respectivamente, 86,6% e 85,8% de seus trabalhadores atuavam. Com um mercado de trabalho de oportunidades mais diversificadas, os estados de São Paulo (66,6%) e Rio Grande do Sul (69,4%) apresentavam as menores proporções de trabalhadores no primeiro setor. No entanto, ambos contaram como as maiores proporções de trabalhadores no setor de serviços e comércio, sendo o Rio Grande do Sul com 16,4% de seus trabalhadores neste setor, e São Paulo com 16,1%. Com 17,3% de seus trabalhadores no setor industrial, São Paulo também se destaca neste aspecto, junto com Sergipe (17,1%) e Piauí (17,7%).

A capital federal, ou Distrito Federal, então maior centro urbano do país, era naturalmente uma exceção a essa lógica, pois apenas 7,6% de seus trabalhadores atuavam no setor agropecuário. A maioria atuava no comércio e serviços (54,3%) ou na indústria (38,1%).

O setor agropecuário correspondia a 46,3% do valor adicionado total do PIB nacional em 1920. Já os setores de serviços e industrial representavam 36% e 17,7% respectivamente. Cerca de 61,6% do PIB agropecuário do país estava concentrado em apenas três estados: São Paulo, com 25,4%, Minas Gerais, com 22,4% e Rio Grande do Sul, com 13,8%. Todavia, o peso deste setor na economia dos estados era maior em Goiás (74,5% do valor adicionado total), Espírito Santo (72,6%), Minas Gerais (69,9%) e no território do Acre (65,6%).

TABELA 11: TRABALHADORES POR SETOR ECONÔMICO E ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1920

Estado	Total de trabalhadores com profissões declaradas		Produção de matéria prima						Transformação e emprego de matéria prima						Administração e profissões liberais					
			Exploração do solo			Extração mineral			Indústria		Transportes		Comércio		Administração pública		Administração privada		Profissionais liberais	
	Nº	%	% est	%	%	% est	%	% est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est		
Alagoas	271.402	34,1	3,5	81,1	1,8	05	2,5	10,9	2,0	1,8	14,7	3,2	1,7	1,2	241	0,3	1,6	1,0		
Amazonas	125.749	1,4	1,5	777	0,6	04	0,8	7,9	1,7	3,4	1,7	6,9	1,6	2,3	0,7	0,2	0,9	1,2		
Bahia	1.005.290	11,4	11,8	749	15,2	141	11,7	13,8	9,8	2,5	10,0	5,0	5,7	1,1	6,2	0,2	8,4	1,4		
Ceará	354.162	4,0	4,4	79,4	54,1	141	3,4	11,6	1,4	1,0	2,8	4,0	2,9	1,5	2,0	0,2	2,7	1,3		
Distrito Federal (RJ)	404.883	4,6	0,5	7,3	1,7	03	13,0	38,1	17,4	10,9	17,7	21,8	27,1	12,4	24,4	2,4	16,2	6,7		
Espírito Santo	155.225	1,8	2,1	85,4	0,8	04	0,7	5,6	1,4	2,3	14,1	3,7	14,1	1,3	0,8	0,2	14,1	1,2		
Goiás	145.399	1,7	1,8	80,9	1,9	10	1,5	12,3	0,4	0,6	1,0	3,3	0,7	1,0	0,4	0,1	0,8	0,9		
Maranhão	261.582	3,0	3,3	79,5	0,6	0,2	2,7	12,5	1,8	1,7	2,0	3,8	1,8	1,3	1,0	0,1	1,5	0,9		
Mato Grosso	74.955	0,9	0,8	71,1	0,7	07	0,8	12,8	0,9	2,9	0,8	5,6	1,8	4,6	0,9	0,5	0,8	1,9		
Minas Gerais	1537.125	17,5	19,6	81,2	26,5	13	12,5	9,7	9,6	1,6	11,5	3,7	8,3	1,0	6,0	0,2	12,9	1,4		
Pará	320.469	3,6	3,8	74,9	0,7	0,2	2,9	10,6	4,7	3,7	4,0	6,2	3,9	2,3	3,0	0,4	3,5	1,8		
Paraná	238.908	2,7	3,2	86,3	1,0	0,3	1,3	8,4	1,0	14,1	1,5	3,2	1,9	1,5	0,9	0,2	1,5	1,0		
Paraná	201.262	2,3	2,4	77,5	1,0	04	1,6	9,6	2,3	2,9	2,0	5,0	2,8	2,6	1,0	0,2	2,2	1,8		
Pernambuco	606.088	6,9	7,4	78,4	2,8	03	5,9	11,6	5,9	2,5	5,8	4,8	3,4	1,0	3,8	0,3	5,0	1,4		
Piauí	164.505	1,9	1,9	75,2	1,2	0,6	2,4	17,7	0,8	1,3	14,1	3,2	0,9	14,1	0,6	0,1	0,9	0,9		
Rio de Janeiro	463.245	5,3	5,3	73,3	2,5	04	4,9	12,6	6,5	3,6	5,3	5*	4,9	2,0	10,5	0,9	4,5	1,6		
Rio Grande do Norte	139.599	1,6	1,8	80,9	24,1	141	14,1	9,7	14,1	2,0	1,0	3,6	1,2	1,5	0,5	0,1	0,8	1,0		
Rio Grande do Sul	595.740	6,8	6,4	68,3	9,0	141	7,4	14,2	7,2	34,1	8,0	6,1	11,1	3,5	7,9	0,5	9,1	2,6		
Santa Catarina	205.186	2,3	2,6	81,1	1,7	0,6	1,5	8,7	1,8	2,2	1,6	3,9	1,9	14,7	141	0,2	1,9	1,6		
São Paulo	1325.123	15,1	13,6	65,3	22,3	13	19,3	17,3	20,3	3,9	17,6	6,6	13,8	1,9	25,3	0,8	22,7	2,9		
Sergipe	142.222	1,6	1,6	73,2	0,9	05	2,0	17,1	1,6	2,9	14,1	3,	1,0	1,3	0,6	0,2	0,9	14,1		
Território do Acre	38.145	0,4	05	82,4	0,0	0,0	0,2	5,4	0,3	2,2	0,5	6,4	0,5	2,2	0,3	0,3	0,2	14,1		
BRASIL	8.786.375	100	100	72,6	100	08	100	135	100	29	100	5,7	100	21	100	0,5	100	1,9		

Fonte: elaboração própria a partir de Anuário Estatístico do Brasil, 1936/IBGE.

Obs: "est" indica o cálculo percentual para o total do respectivo estado.

O PIB do setor industrial se concentrava em São Paulo (33,3%), Distrito Federal (21,2%) e Rio Grande do Sul (11,4%), e possuía maior peso local também no Distrito Federal (30,7%) e São Paulo (24,7%), mas também no Paraná (24,8%).

O setor de serviços possuía relevância para a economia do país em 1920. Mas 57,4% de seu valor adicionado estava na região Sudeste. Mesmo assim, a Tabela 12 permite identificar que o setor era o mais economicamente relevante para oito unidades federativas do país, sendo cinco no Nordeste, uma no Norte, outra no Centro-Oeste, além do Distrito Federal.

A Tabela 13 apresenta o PIB por grandes setores e tipologia municipal. Nela, pode-se observar que, em 1920, os centros urbanos eram responsáveis por quase metade dos valores adicionados dos setores industrial (44,9%) e de serviços (45,6%). Mas, dentro de sua economia, o setor de serviços contemplava quase dois terços do valor

TABELA 12 : PIB MUNICIPAL AGREGADO PELOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO E SETORES ECONÔMICOS - 1920

Estado	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	% est	%	% est	%	% est
Alagoas	1,4	43,3	1,5	17,2	1,7	39,5
Amazonas	1,2	45,7	0,2	3,6	1,7	50,8
Bahia	6,5	44,7	3,2	8,5	8,8	46,8
Ceará	1,3	37,3	0,7	7,7	2,4	55,0
Distrito Federal (RJ)	0,1	0,2	21,2	30,7	23,5	69,1
Espírito Santo	2,7	72,6	0,5	4,8	1,1	22,6
Goiás	1,9	74,5	0,1	2,1	0,7	23,3
Maranhão	0,9	35,7	0,7	10,2	1,8	54,1
Mato Grosso	0,7	46,5	0,2	5,6	0,9	48,0
Minas Gerais	22,4	67,9	7,3	8,4	10,0	23,6
Pará	2,1	37,5	1,3	8,8	3,9	53,7
Paraíba	1,3	48,1	0,8	12,0	1,4	39,9
Paraná	3,2	51,4	4,0	24,8	1,9	23,7
Pernambuco	4,0	42,1	4,3	17,2	5,0	40,8
Piauí	1,0	56,0	0,3	5,7	0,9	38,3
Rio de Janeiro	6,0	49,0	5,4	16,9	5,4	34,1
Rio Grande do Norte	0,6	36,9	0,5	13,4	1,0	49,7
Rio Grande do Sul	13,8	57,8	11,4	18,3	7,4	23,9
Santa Catarina	2,0	49,6	2,0	19,4	1,6	30,9
São Paulo	25,4	49,2	33,3	24,7	17,4	26,1
Sergipe	0,9	42,7	1,0	17,7	1,1	39,5
Território do Acre	0,7	65,6	0,0	0,3	0,5	34,1
Brasil	100	46,3	100	17,7	100	36,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IpeaData.

Obs: "est" indica o cálculo percentual para o total do respectivo estado.

TABELA 13: PIB MUNICIPAL SETORIAL AGREGADO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL EM 1920

Tipologia municipal	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	tipol	%	tipol	%	tipol
Centros urbanos	1,2	2,2	44,9	32,0	45,6	65,8
Subúrbios	21,2	48,6	24,6	21,6	16,8	29,8
Polos do interior	29,9	60,6	15,8	12,2	17,3	27,2
Pequenos municípios	47,1	69,0	14,6	8,1	20,4	22,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IpeaData e Censo Demográfico 1920/IBGE.

adicionado total desta categoria municipal, ao passo que a indústria contemplava um terço restante.

Cidades limítrofes aos grandes centros urbanos, os subúrbios representavam entre um sexto e um quarto do PIB dos três grandes setores ao nível nacional, uma contribuição equilibrada e condizente com sua posição geográfica de município elo entre a cidade e o campo. Em 1920 os negócios agrários ainda predominavam nos subúrbios, com parcela de 48,6% de seu PIB, mas os valores das atividades de serviços (29,8%) e industrial (21,6%) já representavam sua relevância, bem como a influência dos centros urbanos vizinhos.

As cidades polo do interior, junto com os subúrbios e pequenos municípios, passaram a contemplar 7,2% da população do país em 1920 e contemplavam aproximadamente um sexto do valor adicionado nacional dos setores industrial e de serviços, praticamente um terço do setor agropecuário. Dentro da estrutura econômica destas cidades, 60,6% do valor adicionado tinha origem no setor agropecuário.

Os pequenos municípios, geralmente caracterizados territorialmente como com pequenos centros urbanos, a chamada 'cidade', e vastas áreas rurais pouco povoadas, demonstravam em 1920 sua grande relevância para a economia nacional, pois quase 50% do PIB do setor agropecuário nacional vinha dessas cidades. Dentro de sua estrutura, quase 70% de sua economia era impulsionada por esse setor.

AGRARISMO NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1920 A 1940)

Em 1920, o café ainda era o carro chefe das exportações brasileiras. Evoluindo da mão de obra escrava para a de colonos europeus e de ex-escravos, em geral subempregados, o produto gerou grandes riquezas aos então barões do café e também desenvolvimento ao país, com construção de ferrovias, desenvolvimento de cidades e geração

de superávit na balança comercial do país. Esse desenvolvimento, no entanto, ficou mais restrito geograficamente à região Sudeste, especialmente no interior dos estados paulista, fluminense e mineiro.

Mas a partir do final da década de 1920, com a crise internacional de 1929, a demanda internacional pelo produto brasileiro caiu drasticamente, e o governo do país não conseguiu manter sua política de subsídio ao setor, quando comprava dos cafeicultores o excedente de produção não exportado. Em consequência, findava no país o ciclo do café e, a partir da década de 1930, o setor agropecuário começa a ver sua relevância para a economia nacional se reduzir.

Independentemente de tal situação, a proporção de ocupados na população cresceu entre 1920 e 1940, partindo de 28,7% no primeiro ano, para 34% no segundo. O setor agropecuário, exposto na Tabela 14, ainda continuou sendo o que mais empregava em 1940, contemplando 67,4% dos trabalhadores, mas com um pequeno decréscimo em relação a 1920 (72,6%).

A Tabela 14 também permite verificar que dois estados se destacaram na ampliação de sua participação no total de ocupados do país em 1940: São Paulo, que ao concentrar 18,7% dos trabalhadores do país aumentou esse índice em 3,6 pp em relação a 1920, e Rio Grande do Sul (com 8%), apresentou crescimento de 1,2 pp. Minas Gerais perdeu o posto, que possuía em 1920, de maior empregador do país. Empregando 2,1 milhões de trabalhadores em 1940, apresentou um decréscimo na participação nacional neste quesito (15,4%) de 2,1 pp.

Percebe-se que o setor agropecuário foi o que mais colaborou para esse incremento nos estados paulista e gaúcho, pois ambos apresentaram maior crescimento na participação total dos ocupados neste setor, com São Paulo contemplando 16,2% dos trabalhadores (incremento de 2,6 pp. em relação à 1920) e com o Rio Grande do Sul abrangendo outros 8% (1,6 pp.). O estado de Minas Gerais, no entanto, continuou sendo o maior empregador do setor, com 1,6 milhões de trabalhadores (17,5%).

Ao olhar o peso do setor agropecuário no mercado de trabalho de cada estado nesta época, nota-se que em geral este foi reduzido. Apenas Bahia (75,5%), Goiás (81,1%) e Piauí (78,2%) empregaram proporcionalmente mais neste setor em 1940 do que em 1920. Em 1940, Paraíba (84,5%), Goiás (81,1%) e Espírito Santo (80,9%) eram os estados onde o mercado de trabalho mais dependia deste setor. Ao passo que, em decorrência do colapso da atividade extrativista do látex da seringueira, os estados nortistas foram os que apresentaram as mais significativas reduções de empregados no setor. No Amazonas, por exemplo, a concentração caiu de 77,7% em 1920 para 46,2% em 1940.

TABELA 14: TRABALHADORES OCUPADOS EM 1920 E 1940

Estados	Total de trabalhadores com profissões declaradas		Produção de matéria prima				Transformação e emprego de matéria prima						Administração e profissões liberais					
			Exploração do solo		Extração mineral		Indústria		Transportes		Comércio		Administração pública		Administração privada		Profissionais liberais	
	Nº	%	% est	%	%	% est	%	% est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Alagoas	27.1402	3,1	3,5	81,1	1,8	0,5	2,5	10,9	2,0	1,8	1,7	32,2	1,7	1,2	24,1	0,3	1,6	1,0
Amazonas	125.749	1,4	1,5	7,77	0,6	0,4	0,8	7,9	1,7	3,4	1,7	6,9	1,5	2,3	0,7	0,2	0,9	1,2
Bahia	1.005.290	11,4	11,8	74,9	15,2	1,1	11,7	13,8	9,8	2,5	10,0	5,0	5,7	1,41	6,2	0,2	3,4	1,4
Ceará	354.162	4,0	4,4	79,4	9,1	1,1	3,4	11,6	1,4	1,0	2,8	4,0	2,9	1,5	2,0	0,2	2,7	1,3
Distrito Federal (RJ)	404.883	4,6	0,5	7,3	1,7	0,3	13,0	38,1	17,4	10,9	177	21,8	27,1	12,4	24,4	2,4	16,2	6,7
Espírito Santo	155.225	1,8	2,1	85,4	0,8	0,4	0,7	5,6	1,4	2,3	1,41	3,7	1,1	1,3	0,8	0,2	1,1	1,2
Goiás	145.399	1,7	1,3	80,9	1,9	1,0	1,5	12,3	0,4	0,6	1,0	3,3	0,7	1,0	0,4	0,1	0,8	0,9
Maranhão	261.582	3,0	3,3	79,5	0,6	0,2	2,7	12,5	1,8	1,7	2,0	3,8	1,8	1,3	1,0	0,1	1,5	0,9
Mato Grosso	74.955	0,9	0,8	71,1	0,7	0,7	0,8	12,8	0,9	2,9	0,8	5,6	1,8	4,6	0,9	0,5	0,8	1,9
Minas Gerais	1537.125	17,5	19,6	81,2	26,5	1,3	12,5	9,7	9,6	1,6	11,5	3,7	8,3	1,0	6,0	0,2	12,9	1,4
Pará	320.469	3,6	3,8	74,9	0,7	0,2	2,9	10,6	4,7	3,7	4,0	6,2	3,9	2,3	3,0	0,4	3,5	1,8
Paraíba	238.908	2,7	3,2	86,3	14,0	0,3	1,3	6,4	1,0	1,1	1,5	3,2	1,9	1,5	0,9	0,2	1,5	1,0
Paraná	201.262	2,3	2,4	77,5	1,0	0,4	1,6	9,6	2,3	2,9	2,0	5,0	2,8	2,61	1,0	0,2	2,2	1,8
Pernambuco	606.088	6,9	7,4	78,1	2,8	0,3	5,9	11,6	5,9	2,5	5,8	4,8	3,4	1,0	3,8	0,3	5,0	1,4
Piauí	164.505	1,9	1,9	75,2	1,2	0,6	2,4	17,7	0,8	1,3	1,41	3,2	0,9	1,41	0,6	0,1	0,9	0,9
Rio de Janeiro	463.245	5,3	5,3	73,3	2,5	0,4	4,9	12,6	6,5	3,6	5,3	5,7	4,9	2,0	10,5	0,9	4,5	1,5
Rio Grande do Norte	139.599	1,6	1,8	80,9	2,1	1,41	1,1	9,7	1,1	2,0	1,40	3,6	1,2	1,5	0,5	0,1	0,8	1,0
Rio Grande do Sul	595.740	6,8	6,4	68,3	9,0	1,1	7,1	14,2	7,2	3,1	8,0	6,7	11,1	3,5	7,9	0,5	9,1	2,6
Santa Catarina	205.186	2,3	2,6	81,1	14,7	0,6	1,5	8,7	1,8	2,2	1,6	3,9	1,9	1,7	14,1	0,2	1,9	1,5
São Paulo	1.325.123	19,1	13,6	65,3	22,3	1,3	19,3	17,3	20,3	3,9	17,6	6,6	13,8	1,9	25,3	0,8	22,7	2,9
Sergipe	142.222	1,66	1,6	73,2	0,9	0,5	2,0	17,1	1,6	2,9	1,41	3,7	1,0	1,3	0,6	0,2	0,9	1,1
Território do Acre	38.145	0,4	0,5	82,4	0,0	0,0	0,2	5,4	0,3	2,2	0,5	6,4	0,5	2,2	0,3	0,3	0,2	1,1
BRASIL	8.186.375	100	100	72,6	100	0,8	100	13,5	100	2,9	100	5,7	100	2,1	100	0,5	100	1,9

Fonte: elaboração própria a partir dos Anuários Estatísticos do Brasil dos anos de 1936 e 1946/IBGE.
Obs: a quantificação dos trabalhadores com profissões indefinidas foram desconsideradas.

Os cálculos do PIB não foram realizados para os estados da federação em 1940, desta forma os dados apresentados na Tabela 15 referem-se ao ano de 1939. Vale esclarecer que a capital federal, Rio de Janeiro, está agregada nessa divulgação ao estado do Rio de Janeiro. Isto posto, pode-se perceber na referida tabela que, diferentemente de 1920, o valor adicionado do setor de comércio e serviços (52,7% do PIB total dos três setores) havia ultrapassado o da agropecuária (28,5%) em 1939, enquanto o industrial permaneceu no mesmo patamar (18,8%) do anteriormente analisado (17,7%).

Mais de 50% do PIB agropecuário ainda estava centralizado em apenas três estados, São Paulo (25,4%), Minas Gerais (22,4%) e Rio Grande do Sul (13,8%). Todavia, o setor que era o principal motor da economia em 14 estados em 1920, em 1939 o é em apenas sete. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se os com menor participação deste setor em seu PIB total, o primeiro com 6,7% e o segundo com 22,7%.

Apesar de permanecer estável na participação nacional, o PIB industrial tornou-se mais concentrado nos estados de São Paulo (36,4% do PIB industrial do país) e no Rio de Janeiro (26,9%), ou seja, 63,3% do valor adicionado total produzido pela indústria nacional em 1939 vinha de apenas dois estados, da região Sudeste. Os mesmos dois, em consequência, eram os estados onde o setor industrial possuía mais peso na economia local, 24,9% no Rio de Janeiro e 22% em São Paulo.

Principal setor econômico de oito estados em 1920, os serviços assumiram esse papel em 13 dos 20 estados representados na Tabela 15 no ano de 1939. Um terço de seu valor adicionado vinha de São Paulo e 26,4% do Rio de Janeiro. O setor também tomou o posto da agropecuária como o de maior peso na economia destes dois estados, 68,4% no estado do Rio de Janeiro e 55,3% no de São Paulo.

TABELA 15: PIB ESTADUAL POR GRANDE SETOR - 1939

Estado	PIB Agropecuário			PIB Industrial			PIB dos Serviços		
	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est
Alagoas	156.976	1,2	37,1	91.911	1,0	21,7	174.266	0,7	41,2
Amazonas	208.391	1,6	40,7	85.199	1,0	16,7	217.833	0,9	42,6
Bahia	804.787	6,0	38,7	218.970	2,5	10,5	1.055.835	4,3	50,8
Ceará	422.357	3,2	43,2	83.152	0,9	8,5	471.497	1,9	48,3
Espírito Santo	297.572	2,2	52,6	33.443	0,4	3,9	234.782	1,0	41,5
Goias	386.070	2,9	69,3	31.736	0,4	5,7	139.345	0,6	25,0
Maranhão	329.991	2,5	56,6	63.473	0,7	10,9	189.509	0,8	32,5
Mato Grosso	212.145	1,6	47,8	54.600	0,6	12,3	177.110	0,7	39,9
Minas Gerais	2.035.457	15,3	42,5	707.189	8,0	14,8	2.051.040	8,3	42,8
Pará	228.525	1,7	31,2	119.780	1,4	16,4	382.999	1,6	52,4
Paraíba	264.812	2,0	42,5	79.171	0,9	12,7	278.462	1,1	44,7
Paraná	654.522	4,9	47,4	183.826	2,1	13,7	536.676	2,2	38,9
Pernambuco	598.102	4,5	29,0	408.820	4,7	19,9	1.052.422	4,3	51,1
Piauí	235.578	1,8	58,3	23.888	0,3	5,9	144.919	0,6	35,8
Rio de Janeiro	635.412	4,8	6,7	2.366.813	26,9	24,9	6.497.673	26,4	68,4
Rio Grande do Norte	150.947	1,1	40,7	42.429	0,5	11,4	177.451	0,7	47,9
Rio Grande do Sul	1.809.548	13,6	37,5	762.358	8,7	15,8	2.254.654	9,2	46,7
Santa Catarina	489.015	3,7	46,0	178.589	2,0	16,8	394.488	1,6	37,1
São Paulo	3.291.834	24,7	2,7	3.196.852	36,4	22,0	8.040.702	32,7	55,3
Sergipe	103.399	0,8	34,9	50.619	0,6	17,1	141.847	0,6	47,9
BRASIL	13.315.440	100	28,5	8.787.817	100	18,8	24.613.509	100	52,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IpeaData.

Os centros urbanos concentravam mais da metade dos PIBs industrial e de serviços do país. Quase três quartos de seu valor adicionado produzido era proveniente deste setor. O setor industrial, inclusive, reduziu sua participação de um terço para um quarto da economia destes municípios entre 1920 e 1939.

A economia dos subúrbios começava a caminhar definitivamente mais alinhada com a dos centros urbanos em 1939, com a presença do setor de serviços crescendo de 29,8% em 1920 para 50,7% em 1939, e do setor agropecuário regredindo de 48,6% no primeiro ano para 25% no segundo.

A economia dos polos do interior caminhou no mesmo sentido dos subúrbios, de forma mais suave, no entanto, pois se pode observar na Tabela 16 a anterior preponderância do setor agropecuário (60,6% de seu PIB em 1920) que cedeu lugar para a de serviços em 1940 (45,7%). Todavia, o setor primário ainda possuía grande rele-

vância para esses municípios em 1939, sendo responsável por 39,6% de seu PIB.

Em virtude do aumento da participação dos setores de serviços e industrial nas grandes cidades, a participação nacional do PIB das pequenas cidades nestes setores caiu significativamente. Contudo, sua participação no PIB agropecuário nacional cresceu de 47,7% em 1920 para 52,2% em 1939. O setor continuou solidamente como principal base da economia das pequenas cidades (60,2%), mesmo com o aumento da relevância do setor de serviços nas mesmas, que foi de 22,9% em 1920 para 31,2% em 1939.

TABELA 16: PIB MUNICIPAL SETORIAL AGREGADO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL EM 1939

Tipologia municipal	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	%tipol	%	%tipol	%	%tipol
Centros urbanos	2,1	1,3	53,1	25,4	54,7	73,3
Subúrbios	18,6	25,0	23,8	24,3	17,8	50,7
Polos do interior	27,1	39,6	13,3	14,7	14,7	45,7
Pequenos municípios	52,2	60,2	9,8	8,6	12,7	31,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IpeaData e do Anuário Estatístico do Brasil dos anos de 1946/IBGE. Obs: a quantificação dos trabalhadores com profissões indefinidas foram desconsideradas.

PASSAGEM DA SOCIEDADE AGRÁRIA PARA A URBANA E INDUSTRIAL (1920 A 1960)

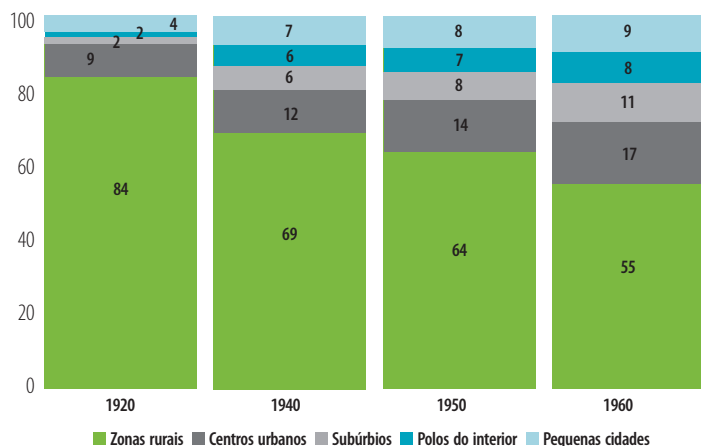
Após a crise econômica de 1929, e do conseqüente fim do ciclo cafeeiro no Brasil, o então novo e autoritário governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, impôs um Estado brasileiro mais ativo na economia nacional, implantando políticas econômicas desenvolvimentistas. Neste período foi empreendido um ordenado processo de industrialização no país, que estruturaria o setor para o período áureo industrial vindouro das décadas de 1960 a 1980. Para essa estruturação, o governo investiu principalmente em empresas estatais nos setores de siderurgia, mecânica pesada, hidroelétrico, químico e de mineração.

Toda essa estruturação ocorreu para subsidiar de insumos a crescente indústria nacional, que, em quase sua totalidade, estava localizada nos centros urbanos e nos seus respectivos subúrbios, gerando muito mais emprego nessas regiões e atraindo a população do campo para elas.

A representação do Gráfico 3 permite perceber uma maior concentração urbana no país a partir da década de 1940, quando sua participação na população total cresce de 16% em 1920 para 31,2%, e mais ainda quando essa cresce a 45%, quase metade do país, em 1960. Pode-se dizer que, a partir de 1940, as quatro categorias urbanas de cidade se apresentavam estruturadas.

Todas apresentaram crescimento proporcional significativo, com os centros urbanos dobrando de tamanho populacional, os subúrbios e polos do interior quintuplicando e as pequenas cidades aumentando sua participação na população do país em 2,5 vezes, ao passo que a população rural tem sua participação reduzida de 84% para 55%.

GRÁFICO 4: PROPORÇÃO DE HABITANTES POR SITUAÇÃO DE LOCALIDADE



Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1920, 1940, 1950 e 1960/IBGE.

Nota-se na Tabela 17 que a população do país partiu de 31 para 71 milhões de habitantes entre 1920 e 1960, um crescimento

TABELA 17: POPULAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1920 E 1960

Províncias/estados	População					
	1920		1960		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	92.379	0,3	160.208	0,2	67.829	73,4
Alagoas	978.748	3,2	1.271.062	1,8	292.314	29,9
Amapá	-	-	68.889	0,1	-	-
Amazonas	363.166	1,2	721.215	1,0	358.049	98,6
Bahia	3.331.465	10,9	5.990.605	8,4	2.659.140	79,8
Ceará	1.319.228	4,3	3.337.856	4,7	2.018.628	153,0
Distrito Federal	1.157.873	3,8	141.742	0,2	-1.016.131	-87,8
Espírito Santo	457.328	1,5	1.418.348	2,0	961.020	210,1
Goiás	511.919	1,7	1.954.862	2,8	1.442.943	281,9
Maranhão	874.337	2,9	2.492.139	3,5	1.617.802	185,0
Mato Grosso	246.612	0,8	910.262	1,3	663.650	269,1
Minas Gerais	5.888.174	19,2	9.960.040	14,0	4.071.866	69,2
Pará	983.507	3,2	1.550.935	2,2	567.428	57,7
Paraíba	961.106	3,1	2.018.023	2,8	1.056.917	110,0
Paraná	685.711	2,2	4.296.375	6,1	3.610.664	526,6
Pernambuco	2.154.835	7,0	4.138.289	5,8	1.983.454	92,0
Piauí	609.003	2,0	1.263.368	1,8	654.365	107,4
Rio de Janeiro	1.559.371	5,1	6.709.891	9,5	5.150.520	330,3
Rio Grande do Norte	537.135	1,8	1.157.258	1,6	620.123	115,5
Rio Grande do Sul	2.182.713	7,1	5.448.823	7,7	3.266.110	149,6
Rondônia	-	-	70.783	0,1	-	-
Roraima	-	-	29.489	0,0	-	-
Santa Catarina	668.743	2,2	2.146.909	3,0	1.478.166	221,0
São Paulo	4.592.188	15,0	12.974.699	18,3	8.382.511	182,5
Sergipe	477.064	1,6	760.273	1,1	283.209	59,4
BRASIL	30.632.605	100	70.992.343	100	40.359.738	132

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1920 e 1960/IBGE.

* A população do Distrito Federal de 1960 refere-se ao primeiro ano da nova capital, Brasília.

de 132%. Contudo, o processo de concentração populacional acentuou-se pouco mais nas regiões Sudeste e Sul, especialmente em São Paulo, que passou a contar com 18,3% da população do país. A região Centro-Oeste também apresentou um grande crescimento proporcional de sua população. Dentre os estados que proporcionalmente mais cresceram estão Paraná (526,6%), Rio de Janeiro (330,3%), Goiás (281,9%). Mato Grosso (269,1%) e Espírito Santo (210,1%).

Em termos de número de habitantes, os estados que mais cresceram foram São Paulo (8,4 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (5,2 milhões), Minas Gerais (4,1 milhões), Paraná (3,6 milhões) e Rio Grande do Sul (3,3 milhões).

O processo sistematizado do governo brasileiro de branqueamento de sua população, ocorrido principalmente no período entre a abolição da escravatura e a década de 1920, deixa traços perceptíveis na estrutura étnica brasileira até os dias atuais. E como não poderia deixar de ser, é perceptível na década de 1960, quando a população de cor branca passou a ser a maioria no país (60,8%). A população classificada como de cor preta, que na década de 1920 representava 14,6% da população, reduziu-se para 8,6%. Os de cor definida como parda também apresentaram redução na participação total, partindo de 32,4% da população total em 1920 para 29,7% em 1960.

A Tabela 18 mostra que, no aspecto da cor da população, havia grande heterogeneidade entre os estados brasileiros. Enquanto, por exemplo, Santa Catarina (95,4% da população de cor branca), Rio Grande do Sul (90,6%), Paraná (87%) e São Paulo (84%) eram praticamente totalmente brancos, os estados do Norte do país possuíam pelo menos dois terços de sua população de cor parda, em geral caboclos, miscigenação entre brancos e indígenas locais. No estado do Amapá, 95,7% foram classificados como de cor parda. No século XX, a Bahia sempre foi o estado com maior concentração negra do país, cerca de 18% de seus habitantes foram identificados como de cor preta em 1960.

Pelos anos 1920 e 1930, havia um representativo incômodo de parte da sociedade com a imigração e europeização do país, a principal justificativa exposta era o receio de perder seus empregos. Mas, por trás deste argumento, também estava o receio elitista em relação à crescente organização das classes trabalhadoras urbanas, então expostas às propagandas anarquistas e socialistas e aos líderes sindicais, que eram em maioria, imigrantes.

TABELA 18: PROPORÇÃO DE COR/RAÇA POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1960

Estado	Raça/cor									
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Ignorado	
	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Acre	0,1	21,5	0,1	3,7	0,0	0,0	0,8	74,8	0,1	0,0
Alagoas	1,1	38,4	0,8	4,1	0,0	0,0	3,4	57,5	0,1	0,0
Amapá	0,0	2,4	0,0	1,8	0,0	0,0	0,5	95,7	0,0	0,0
Amazonas	0,4	20,9	0,2	1,9	0,1	0,1	2,8	76,8	3,9	0,3
Bahia	4,4	30,2	18,5	18,0	0,2	0,0	15,5	51,8	4,1	0,0
Ceará	3,7	49,1	4,7	8,9	0,2	0,0	6,5	42,0	0,6	0,0
Distrito Federal	0,1	86,0	0,0	3,5	0,0	0,2	0,0	10,4	0,0	0,0
Espírito Santo	1,5	57,0	1,8	10,0	0,0	0,0	1,7	32,9	0,8	0,0
Goiás	2,6	56,1	2,4	7,4	0,1	0,0	3,9	36,4	0,8	0,0
Maranhão	1,7	29,3	5,2	12,9	0,1	0,0	6,7	57,4	15,3	0,4
Mato Grosso	1,0	53,4	1,2	9,0	2,7	1,6	1,4	35,7	2,9	0,2
Minas Gerais	13,8	57,3	20,8	12,3	1,4	0,1	14,9	30,3	1,4	0,0
Pará	0,9	25,0	1,0	3,6	0,4	0,1	5,4	71,2	0,0	0,0
Paraíba	2,6	54,5	2,5	7,5	0,1	0,0	3,7	37,9	0,3	0,0
Paraná	8,4	87,0	1,8	26	19,8	2,4	1,5	7,9	8,0	0,1
Pernambuco	4,3	42,3	6,4	8,9	0,1	0,0	10,2	48,7	1,9	0,0
Piauí	0,9	29,3	1,3	6,3	0,0	0,0	3,9	64,4	0,1	0,0
Rio de Janeiro	9,7	67,3	12,1	11,9	0,9	0,1	6,1	20,5	16,1	0,2
Rio Grande do Norte	1,0	36,6	1,7	9,1	0,0	0,0	3,0	54,2	0,4	0,0
Rio Grande do Sul	11,0	90,6	3,8	4,5	0,3	0,0	1,2	4,9	1,4	0,0
Rondônia	0,0	19,0	0,0	5,7	0,0	0,0	0,1	75,4	0,0	0,0
Roraima	0,0	39,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,1	60,6	0,0	0,0
Santa Catarina	4,9	95,4	0,9	2,6	0,2	0,0	0,2	2,0	0,0	0,0
São Paulo	25,2	84,0	10,9	5,1	73,3	2,8	4,8	7,8	43,9	0,2
Sergipe	0,8	37,9	1,8	11,9	0,0	0,0	2,1	50,1	0,0	0,0
BRASIL	100	60,8	100	8,6	100	0,7	100	29,7	100	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1960/IBGE.

Esse sentimento transformou-se, em grande parte, em xenofobia e contou com a mobilização política de parte da classe média, especialmente em São Paulo, onde se iniciou o movimento integralista, de perfil fascista. No primeiro ano da Era Vargas, inclusive, o governo federal impôs restrições tanto à vinda de novos imigrantes ao país, como em sua atuação no mercado de trabalho.

TABELA 19: PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1920 E 1960

Estado	Estrangeiros	
	1920	1960
	% est	% est
Acre	3,80	2,46
Alagoas	0,07	0,11
Amapá	---	0,07
Amazonas	4,68	0,62
Bahia	0,32	0,10
Ceará	20,67	0,01
Distrito Federal	0,07	1,56
Espírito Santo	4,11	0,51
Goiás	0,33	0,17
Maranhão	0,18	0,04
Mato Grosso	10,28	1,94
Minas Gerais	1,46	0,34
Pará	2,25	0,59
Paraíba	0,06	0,01
Paraná	9,16	2,63
Pernambuco	0,54	0,18
Piauí	0,05	0,05
Rio de Janeiro	3,27	5,13
Rio Grande do Norte	0,06	0,03
Rio Grande do Sul	6,93	1,09
Rondônia	---	2,37
Roraima	---	1,22
Santa Catarina	4,68	0,65
São Paulo	18,09	6,13
Sergipe	0,08	0,03
Brasil	5,12	2,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1920 e 1960/IBGE.

Em consequência, pode-se observar na Tabela 19 que a proporção de estrangeiros no país caiu de 5,1% em 1920 para 2% em 1960. O estado de São Paulo, onde a população estrangeira representava 18,1% da população em 1920, passou a contar com 6,1%

em 1960. Essa redução no número de estrangeiros também ocorreu fortemente em outros estados, como Ceará, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

A proporção de alfabetizados no Brasil cresceu significativamente entre 1920 e 1960, partindo de 24,5% da população para 53,6%. Mas isto ocorreu de forma muito desigual país afora. Enquanto unidades federativas apresentavam grande percentual de pessoas alfabetizadas, como o Distrito Federal (85,6%), Rio Grande do Sul (69,6%) e São Paulo (69,5%) por exemplo, outras apresentavam realidades bem distintas, como Alagoas (26,2% de pessoas alfabetizadas), Maranhão (31,9%) e Paraíba (32,2%).

TABELA 20: PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1920 E 1960

Estado	Alfabetização	
	1920	1960
	% est	% est
Acre	29,8	55,2
Alagoas	14,8	26,2
Amapá	---	52,9
Amazonas	26,6	48,5
Bahia	18,4	36,0
Ceará	18,6	35,3
Distrito Federal	61,3	85,6
Espírito Santo	23,6	54,3
Goiás	15,3	46,6
Maranhão	15,8	31,9
Mato Grosso	29,1	52,9
Minas Gerais	20,7	50,4
Pará	29,3	53,5
Paraíba	13,2	32,2
Paraná	28,2	59,1
Pernambuco	17,8	37,9
Piauí	12,0	34,2
Rio de Janeiro	24,7	73,7

continua

Rio Grande do Norte	17,9	35,3
Rio Grande do Sul	38,8	69,6
Rondônia	---	68,5
Roraima	---	51,1
Santa Catarina	29,5	68,4
São Paulo	29,8	69,5
Sergipe	16,7	38,1
Brasil	24,5	53,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1920 e 1960/IBGE.

Em 1960, 31,9% dos brasileiros trabalhavam, proporção pouco inferior à 1940 (34%). O emprego no setor agropecuário ainda preponderava no país, contemplando 54,3% do total de trabalhadores. Mas o setor de serviços, que em 1920 empregava 13,1% dos brasileiros, aumentou esta proporção para 33% em 1960. A proporção de trabalhadores no setor industrial reduziu-se levemente no período, 12,6% em 1960, ante 13,5% em 1920.

Como pode-se perceber nos dados da Tabela 21, as maiores parcelas de trabalhadores agropecuários do Brasil continuavam a atuar nos estados de São Paulo (19,9%), Minas Gerais (13,9%) e Bahia (9,2%). No entanto, São Paulo assumiu a liderança nesta concentração, que anteriormente era de Minas Gerais. Ao observar a economia interestadual, percebe-se que o setor chega a ser responsável por mais de 70% do mercado de trabalho em diversos estados nordestinos e no Centro-Oeste.

A maioria dos trabalhadores industriais, em 1960, também se concentrava em apenas três estados. Entretanto, a proporção dos que atuavam no mercado de trabalho paulista (37,2%) é muito superior aos do fluminense (13,8%) e mineiro (11,7%). Conseqüentemente, os estados com maior participação de trabalhadores no seu setor industrial eram São Paulo (23,5%), Rio de Janeiro (19,4%), além do Distrito Federal (18%).

A maioria dos trabalhadores de serviços se concentrava nos mesmos três estados citados do setor industrial, mas em proporções naturalmente diferentes. Enquanto São Paulo concentrava um quarto dos trabalhadores do país no setor, o Rio de Janeiro contabilizava 17,7% e Minas Gerais 12,3%. No entanto, as unidades federativas onde o setor de serviços mais demandava proporcionalmente trabalhadores eram o Distrito Federal (81,6%) e Rondônia (88,8%), este último devido aos incentivos fiscais para empresas e investimentos do governo federal, especificamente neste período, para ampliação da infraestrutura e ocupação da Amazônia.

TABELA 21: TRABALHADORES POR SETOR ECONÔMICO E ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1960

Estado	Trabalhadores							
	Total		Agropecuário		Industrial		Serviços	
	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Acre	56.862	0,3	0,2	47,3	0,2	10,0	0,3	42,7
Alagoas	406.847	1,8	2,5	76,7	0,5	3,8	14,1	19,5
Amapá	27.612	0,1	0,2	70,9	0,1	6,2	0,1	22,9
Amazonas	231.426	1,0	1,2	65,6	0,5	6,5	0,9	27,9
Bahia	2.082.440	9,2	11,9	70,3	54,1	6,9	6,3	22,7
Ceará	1.036.463	4,6	5,5	65,8	4,7	12,9	3,0	21,3
Distrito Federal	19.032	0,1	0,0	0,4	0,1	18,0	0,2	81,6
Espírito Santo	340.860	1,5	1,6	58,7	0,7	6,1	1,8	35,2
Goiás	611.207	21,7	3,7	73,4	1,3	6,1	1,7	20,5
Maranhão	722.279	3,2	4,8	82,5	0,7	2,9	1,4	14,7
Mato Grosso	259.974	1,1	1,6	76,5	0,5	5,4	0,6	18,1
Minas Gerais	3.140.743	13,9	15,3	59,9	11,7	10,7	12,3	29,4
Pará	489.293	2,2	2,2	56,4	1,3	7,7	2,4	35,9
Paraíba	603.173	21,7	3,6	72,8	1,5	7,0	1,8	20,2
Paraná	1.337.698	5,9	7,3	67,5	3,7	7,9	4,4	24,6
Pernambuco	1.354.858	6,0	6,6	59,5	5,2	10,9	5,4	29,6
Piauí	380.249	1,7	2,3	75,9	0,4	2,9	14,1	21,3
Rio de Janeiro	2.036.421	9,0	2,6	15,5	13,8	19,4	17,7	65,1
Rio Grande do Norte	331.500	1,5	1,7	64,4	0,9	8,0	1,2	27,6
Rio Grande do Sul	1.671.459	7,4	7,4	54,6	6,5	11,0	7,7	34,3
Rondônia	7.644	0,0	0,0	5,1	0,0	6,1	0,1	88,8
Roraima	15.756	0,1	0,1	39,6	0,1	9,4	0,1	51,0
Santa Catarina	629.771	2,8	3,2	62,3	2,2	10,2	2,3	27,5
São Paulo	4.508.235	19,9	12,6	34,3	37,2	23,5	25,4	42,1
Sergipe	311.688	1,4	1,6	64,3	1,0	9,6	1,1	26,1
BRASIL	22.613.490	100,0	100,0	54,3	100,0	126	100,0	330

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1960/IBGE.

A análise do PIB estadual por grande setor entre 1920 e 1960 possui dois períodos de diferentes movimentos. O primeiro, entre 1920 e 1939, demonstrou uma grande perda de participação no PIB total do setor primário, ao passo que o setor terciário tornou-se responsável por mais da metade do mesmo em 1939. Já a evolução do quadro de 1939 para 1960 demonstra certa estabilidade, com um pequeno aumento da relevância do setor industrial em detrimento aos outros dois, especialmente ao terciário, que reduziu sua participação para 50,8%.

Por meio da Tabela 22, pode-se verificar que, no setor agropecuário, o estado do Paraná adquiriu maior relevância nacional ao corresponder a 12,8% da economia nacional do setor, ante 4,9% que representava 21 anos antes. Os outros três estados mais representativos no setor continuavam sendo São Paulo (23%), Minas Gerais (13,9%) e Rio Grande do Sul (11,3%). No aspecto da economia dos estados, o setor ainda preponderava em oito deles em 1960, ante sete em 1940 e 14 em 1920. Mas no Rio de Janeiro e em São Paulo sua importância na economia local continuava a regredir, representando apenas 7,4% da economia fluminense e 18,3% da paulista.

O pequeno crescimento proporcional do PIB industrial neste período, que foi de 17,7% da economia nacional em 1920 para 21,6% em 1960, demonstrou uma concentração muito específica no estado de São Paulo, que representava 33,3% do PIB industrial do país em 1920 e passou a 54,3% deste em 1960. Consequentemente, o setor também ganhou relevância dentro da economia do estado, passando a ser o segundo mais importante, após o setor de serviços, com 33,7% do PIB total estadual, a maior participação do setor industrial na economia de um estado no país.

O setor econômico de serviços, que era o principal em oito estados em 1920, o passou a ser em 13 em 1940 e 1960. Mas não apresentou significativas mudanças entre 1940 e 1960. São Paulo (32,8%)

e Rio de Janeiro (23,8%) foram responsáveis por 56,6% do PIB de serviços nacional. O novo Distrito Federal e o Rio de Janeiro eram os estados onde o setor de serviços mais detinha peso na economia local, com 88,9% do PIB total do primeiro e 71,1% do segundo.

TABELA 22: PIB ESTADUAL POR GRANDE SETOR - 1960

Estado	PIB Agropecuário			PIB Industrial			PIB dos Serviços		
	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est
Alaçogas	544.822	1,4	49,7	151.477	0,5	13,8	400.604	0,6	36,5
Amazonas	384.774	1,0	33,2	219.503	0,7	19,0	553.874	0,8	47,8
Bahia	2.294.601	6,1	39,8	699.271	2,4	12,1	2.774.279	4,0	48,1
Ceará	1.092.925	2,9	40,9	212.523	0,7	8,0	1.365.571	2,0	51,1
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	5.592	0,0	11,1	4.811	0,1	88,9
Espírito Santo	594.796	1,6	41,8	75.834	0,3	5,3	753.622	1,1	52,9
Goiás	1.098.112	2,9	57,1	110.377	0,4	5,7	714.642	0,9	37,2
Maranhão	751.002	2,0	50,0	149.536	0,5	10,0	600.841	0,9	40,0
Mato Grosso	659.737	1,8	48,0	101.098	0,3	7,4	613.848	0,9	44,7
Minas Gerais	5.211.804	13,9	38,4	1.753.174	6,0	12,9	6.619.267	9,6	48,7
Pará	376.972	1,0	20,1	336.843	1,1	18,0	1.160.605	1,7	61,9
Paraíba	1.096.701	2,9	56,8	173.769	0,6	9,0	661.833	1,0	34,3
Paraná	4.796.799	12,8	54,9	831.053	2,8	9,5	3.102.092	4,5	35,5
Pernambuco	1.428.814	3,8	30,2	745.779	2,5	15,8	2.556.193	3,7	54,0
Piauí	262.426	0,7	47,1	31.631	0,1	5,7	263.576	0,4	47,3
Rio de Janeiro	1.718.172	4,6	7,4	497.8859	17,0	21,5	16.505.933	23,8	71,1
Rio Grande do Norte	567.852	1,5	47,0	121.443	0,4	10,1	518.348	0,7	42,9
Rio Grande do Sul	4.250.536	11,3	35,6	198.1795	6,7	16,6	5.719.808	8,3	47,9
Santa Catarina	1.547.238	4,1	43,9	670.564	2,3	19,0	1.306.699	1,9	37,1
São Paulo	8.627.810	23,0	18,3	15.938.558	54,3	33,7	22.706.598	32,8	48,0
Sergipe	284.551	0,8	42,7	72.010	0,2	10,8	309.149	0,4	46,4
BRASIL	37.590.443	100	27,6	29.360.689	100	21,6	69.252.194	100	50,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IpeaData.

Devido a indisponibilidade de informações do PIB municipal no ano de 1960, optou-se por utilizar a informação de um ano anterior, 1959.

Neste período, entre 1920 e 1959, os centros urbanos apresentaram estabilidade na contribuição de seus setores industrial e de serviços para a economia do país, sendo responsáveis por cerca de metade do PIB nacional de ambos os setores. Dentro de sua economia, o setor industrial apresentou leve ganho de participação neste período, partindo de 32% em 1920 para 36,2% em 1959. O setor de serviços apresentou pequena retração, indo de 65,8% no primeiro ano para 63,3% no segundo, conforme pode-se observar na Tabela 23.

TABELA 23: PIB MUNICIPAL SETORIAL AGREGADO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL – 1959*

Tipologia municipal	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	%tipol	%	%tipol	%	%tipol
Centros urbanos	1,1	0,4	47,0	36,2	54,3	63,3
Subúrbios	22,9	16,4	32,6	45,0	18,5	38,6
Polos do interior	19,2	21,9	12,5	27,5	15,3	50,7
Pequenos municípios	56,8	53,5	7,9	14,2	11,8	32,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IpeaData e Censo Demográfico 1960/IBGE.

* Informação não disponível para o ano de 1960.

A contribuição dos subúrbios para o PIB nacional evoluiu mais no setor industrial neste período, partindo de 24,6% em 1920 para 32,6% em 1959. Contudo o setor de serviços permaneceu como o mais relevante até 1960 (38,6%). Sua contribuição para o PIB agropecuário nacional permaneceu razoavelmente estável entre 1920 e 1959, chegando a 22,9% do PIB agropecuário nacional em 1959. Mas no interior de sua economia ocorreu uma transformação radical. Em 1920, seu principal motor econômico era o setor primário, responsável por 48,6% de seu PIB total, mas esta presença cairia para apenas 16,4% em 1959. Em seu lugar cresceram o setor industrial, onde a participação cresceu de 21,6% para 45% no período e o setor de serviços, que passou de 29,8% em 1920 para 38,6% em 1959.

As cidades polos do interior acabaram perdendo um pouco de peso na economia nacional em todos os três setores da economia neste período, mas internamente também passaram por uma radical transformação. O setor primário também deixou de ser seu carro chefe, pois a participação deste setor no PIB destes municípios reduziu-se de 60,6% em 1920 para 21,9% em 1959. Ao passo que o setor de serviços tomou a dianteira, indo de 27,2% para 50,7% neste período. O setor industrial também cresceu, evoluindo de 12,2% em 1920 para 27,5% do PIB total do setor em 1959.

A principal contribuição dos pequenos municípios para o PIB nacional ficou muito nítida neste período, com o setor agropecuário se consolidando e crescendo. A participação desta tipologia municipal

no PIB nacional do setor cresceu de 47,7% em 1920 para 56,8% em 1959. Já seu peso nacional nos demais setores regrediu demasiadamente. No entanto, em sua economia ambos cresceram, o industrial passou de 8,1% em 1920 para 14,2% em 1960 e o de serviços de 22,9% para 32,3% no mesmo período. Em consequência o peso da agropecuária regrediu, indo de 69% no primeiro ano para 53,5% no segundo.

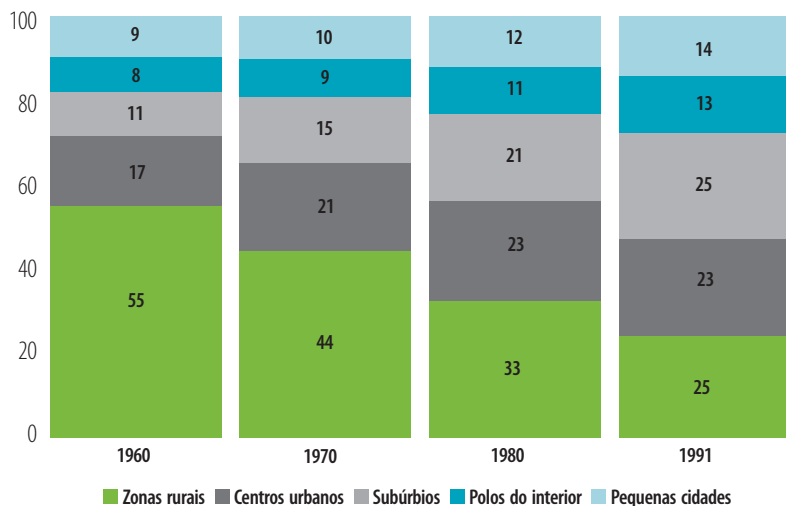
ASCENÇÃO DA SOCIEDADE URBANA E INDUSTRIAL (1960 A 1991)

Após a estruturação e início do desenvolvimento do setor industrial, com maior relevância econômica para o país, ocorrida entre as décadas de 1930 e 1960, o setor efetivamente deslanchou entre 1960 e 1980, sendo que no início dos anos 1990 inicia-se um processo de desindustrialização nacional devido a abertura econômica de caráter neoliberal. Baseado em um modelo de produção para substituição de importações, o setor industrial iniciou, a partir de 1968, um processo de exportação de manufaturados bem sucedido.

Além da iniciativa de construção de usinas hidrelétricas em diferentes regiões do país, o governo federal optou por priorizar o modelo de transporte rodoviário neste período em detrimento dos demais, com a construção de grandes rodovias interligando o território nacional, como a transamazônica, que objetivava o desenvolvimento da região Norte do país. Nesta região, ademais, e com o mesmo objetivo, foi criada a Zona Franca de Manaus, em 1967. Todo este movimento propiciou a expansão econômica do meio urbano de todos os perfis de cidades do país, motivadas pelo setor industrial.

O golpe militar de 1964, contudo, impediu as tentativas do governo João Goulart de implementar as reformas de base, como as agrária, habitacional e financeira e, na década de 1970 o país já via seu endividamento externo crescer, o que culminaria na crise econômica

GRÁFICO 5: PROPORÇÃO DE HABITANTES POR SITUAÇÃO DE LOCALIDADE – 1960-1991



Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991/IBGE.

da década de 1980, com a crescente inflação, baixo crescimento do PIB e aumento da desigualdade social.

Ademais, todo este processo, neste período, gerou uma intensa imigração das zonas rurais do país para o meio urbano, sejam eles os grandes centros, subúrbios, polos do interior ou pequenas cidades. Pode-se constatar no Gráfico 4 que, em 1960 cerca de 55% da população brasileira ainda vivia no meio rural, situação essa que permaneceu a realidade para apenas 24,5% da população em 1991.

Grande parte desta população se dirigiu para as cidades com perfil de centros urbanos do país neste período. Em 1960, os moradores destas regiões representavam 16,8% do total do país, e passaram a corresponder a 23,1% em 1991.

Mas foram os subúrbios que mais cresceram do ponto de vista da população neste período, passando a ser, ainda que de forma equilibrada à proporção dos moradores do campo e dos grandes centros, o perfil de cidade onde mais brasileiros residiam (24,7%) em 1991.

A população dos polos do interior e das pequenas cidades cresceu em proporções muito similares entre 1960 e 1991, indo de pouco menos de um décimo da população do país cada, no primeiro ano deste período, para cerca de um sétimo, cada, no segundo.

A Tabela 24 mostra que a população brasileira dobrou entre os anos de 1960 e 1991, partindo de 71 milhões de pessoas no primeiro ano para 147 milhões no segundo.

TABELA 24: POPULAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1960 E 1991

Províncias/estados	População					
	1960		1991		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	160.208	0,2	417.099	0,3	256.891	160,3
Alagoas	1.271.062	1,8	2.512.666	1,7	1.241.604	97,7
Amapá	68.889	0	289.040	0,2	220.151	319,6
Amazonas	721.215	1,0	2.102.777	1,4	1.381.562	191,6
Bahia	5.990.605	8,4	11.867.348	8,1	5.876.743	98,1
Ceará	3.337.856	4,7	6.366.114	4,3	3.028.258	90,7
Distrito Federal	141.742	0,2	1.601.093	1,1	1.459.351	1.029,6
Espírito Santo	1.418.348	2,0	2.600.618	1,8	1.182.270	83,4
Goiás	1.954.862	2,8	4.017.506	2,7	2.062.644	105,5
Maranhão	2.492.139	3,5	4.929.680	3,4	2.437.541	97,8
Mato Grosso	910.262	1,3	2.026.071	1,4	1.115.809	122,6
Mato Grosso do Sul	-	-	1.780.373	1,2	-	-
Minas Gerais	9.960.040	14,0	15.743.535	10,7	5.783.495	58,1
Pará	1.550.935	2,2	4.949.207	3,4	3.398.272	219,1
Paraíba	2018023	2,8	3.201.328	2,2	1.183.305	58,6
Paraná	4.296.375	6,1	8.448.623	5,8	4.152.248	96,6
Pernambuco	4138289	5,8	7.127.947	4,9	2.989.658	72,2
Piauí	1.263.368	1,8	2.582.074	1,8	1.318.706	104,4
Rio de Janeiro	6.709.891	9,5	12.807.195	8,7	6.097.304	90,9
Rio Grande do Norte	1.157.258	1,6	2.415.078	1,6	1.257.820	108,7
Rio Grande do Sul	5448823	7,7	9.138.458	6,2	3.689.635	67,7
Rondônia	70.783	0	1.133.249	0,8	1.062.466	1.501,0
Roraima	29.489	0	217.583	0,1	188.094	637,8
Santa Catarina	2.146.909	3,0	4.542.032	3,1	2.395.123	111,
São Paulo	12.974.699	18,3	31.588.824	21,5	18.614.125	1435
Sergipe	760.273	1,1	1.491.876	1,0	731.603	96,2
Tocantins	-	-	918.393	0,6	-	-
BRASIL	70.992.343	100	146.815.787	100	75.823.444	106,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1960 e 1991/IBGE.

Além do crescimento populacional atípico, mas compreensível, do Distrito Federal (1.029% no período), devido a comparar a população do primeiro ano de formação desta unidade federativa, nota-se a continuidade de uma maior concentração populacional no estado de São Paulo (crescimento populacional de 143,5% no período). Percebe-se também o resultado do esforço do governo militar brasileiro em povoar a região Norte do país, pois todos os estados da região cresceram à proporções superiores à 150% entre 1960 e 1991. O mesmo resultado se vê na região Centro-Oeste, onde, além do Distrito Federal, a população goiana cresceu 105,5% e a mato-grossense 122,6%, mesmo com o desmembramento deste do estado do Mato Grosso do Sul, com cerca de 1,8 milhões de habitantes em 1991.

A Tabela 25 permite concluir que a população de cor branca reduziu-se de 60,8% do país em 1960 para 51,6% em 1991, ao passo que a identificada como de cor parda, cresceu de 29,7% no primeiro ano para 42,4% no segundo, indicando uma maior miscigenação racial no país. A proporção da população identificada como de cor preta reduziu-se de 8,6% para 5% no período, confirmando a tese. No entanto, se pode falar, em 1991, em um equilíbrio populacional no país entre brancos (51,6%) e negros (pretos e pardos), com 47,4%.

Todavia, devido também a forte cultura europeia especialmente na região Sul, alguns estados ainda permaneciam essencialmente 'brancos' neste ano, como Santa Catarina (89,8%), Rio Grande do Sul (86,9%) e Paraná (75,9%), além de São Paulo (72,5%), este último também por concentrar a maior parte da elite econômica do país, que era e ainda é essencialmente branca, e pelo contingente de estrangeiros investindo e residindo no estado com a maior economia do país.

Os mesmos estados que possuíam mais escravos no país em 1872, ainda são os que concentram a maior parcela de sua população com a cor preta declarada, sendo estes o Rio de Janeiro (10,2% de sua população), Bahia (10,1%) e Minas Gerais (6,7%).

TABELA 25: PROPORÇÃO DE COR/RAÇA POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1991

Unidades da Federação	Raça/cor											
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		Ignorado	
	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Acre	0,1	22,8	0,41	2,6	0,0	0,1	0,5	73,4	18,6	1,1	0,0	0,0
Alagoas	0,9	28,0	1,2	3,4	0,2	0,1	2,7	68,1	1,9	0,2	0,7	0,2
Amapá	0,1	21,6	0,2	4,1	0,0	0,1	0,3	73,1	44,1	1,1	0,0	0,0
Amazonas	0,5	17,3	0,6	2,0	0,5	0,2	2,6	76,8	23,1	3,2	2,4	0,6
Bahia	3,2	20,2	18,4	10,1	1,8	0,1	13,1	69,0	5,4	0,1	9,8	0,4
Ceará	2,5	29,3	2,6	2,9	0,8	0,1	6,9	67,4	0,9	0,0	2,5	0,2
Distrito Federal	1,0	46,9	0,6	2,9	0,8	0,3	1,3	49,5	0,5	0,1	1,0	0,3
Espírito Santo	1,8	47,9	2,0	5,7	0,4	0,1	1,9	46,1	0,8	0,1	0,5	0,1
Goias	2,5	47,5	14,7	3,2	0,8	0,1	3,2	49,0	0,7	0,1	1,1	0,1
Maranhão	1,3	20,6	3,8	5,6	0,5	0,1	5,8	73,1	5,3	0,3	2,9	0,3
Mato Grosso	1,1	40,6	41,1	3,9	0,9	0,3	1,8	54,4	5,6	0,8	0,0	0,0
Mato Grosso do Sul	1,2	52,7	0,5	2,2	2,4	0,8	1,2	42,2	4,1	1,8	0,7	0,2
Minas Gerais	10,7	51,4	14,4	6,7	24,1	0,1	10,5	41,6	2,1	0,0	6,3	0,2
Pará	1,4	21,4	2,2	3,2	4,0	0,1	5,9	74,7	5,5	0,3	4,1	0,4
Paraíba	1,5	36,4	1,4	3,3	0,2	0,0	3,1	59,9	1,3	0,1	1,7	0,3
Paraná	8,5	75,9	2,6	2,3	12,3	0,9	2,8	20,8	3,7	0,1	1,0	0,1
Pernambuco	3,1	33,0	3,2	3,3	0,7	0,1	7,2	63,4	3,6	0,1	1,8	0,1
Piauí	0,7	21,9	2,0	5,8	0,1	0,0	3,0	72,4	0,1	0,0	0,6	0,1
Rio de Janeiro	9,3	54,8	17,8	10,2	2,6	0,1	7,0	34,1	3,0	0,1	15,5	0,6
Rio Grande do Norte	1,1	35,4	1,0	3,1	0,2	0,0	2,4	61,3	0,1	0,0	0,7	0,2
Rio Grande do Sul	10,5	86,9	5,4	4,3	0,8	0,1	1,2	8,4	4,9	0,2	3,0	0,2
Rondônia	0,6	39,1	0,5	3,5	0,4	0,2	1,0	56,0	1,4	0,4	15,8	0,8
Roraima	0,1	20,8	0,1	3,6	0,1	0,2	0,2	62,7	8,0	10,8	0,8	1,9
Santa Catarina	5,4	89,8	13	2,1	0,7	0,1	0,6	77,1	4,7	0,1	4,1	0,1
São Paulo	30,3	72,5	15,7	3,7	69,6	1,4	11,0	21,8	4,5	0,0	39,2	0,7
Serqipe	0,5	26,5	0,8	4,2	0,2	0,1	1,7	69,1	0,2	0,0	0,5	0,2
Tocantins	0,3	24,3	0,8	6,1	0,1	0,1	1,0	68,7	1,7	0,6	0,4	0,2
BRASIL	100,0	51,8	100,0	5,0	100,0	0,4	100,0	42,4	100,0	0,2	100,0	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1991/IBGE.

Devido principalmente à forte imigração japonesa para o estado, São Paulo é o que mais concentra a população classificada como de cor amarela no país (69,6%).

A população indígena do país foi pela primeira vez pesquisada pelos censos demográficos, de forma isolada de outros perfis étnicos, em 1991, que identificou cerca de 300 mil indígenas, algo como 0,2% da população nacional. Isso demonstra o quão reduzida foi sua população no Brasil ao longo dos últimos séculos, e mais recente-

mente no século XX. Estima-se que por volta do ano de 1500 haviam cerca de 5 milhões de indígenas no país, número que reduziu-se para aproximadamente 600 mil no século XIX e que chegou a cerca de 150 mil na década de 1970. A partir de 1980, uma maior conscientização nacional e consequentes programas de proteção do governo fizeram com que sua população voltasse a crescer.

A população de estrangeiros no país caiu praticamente pela metade entre 1960 (1,4 milhões pessoas) e 1991 (770 mil). Consequentemente, a Tabela 26 demonstra a redução na proporção de estrangeiros no país de 2% da população total para 1,4% neste período. Dois terços deles residiam em apenas dois estados, São Paulo (54%) e Rio de Janeiro (21,3%) e, em ambos, eles representavam a maior proporção de não brasileiros na composição de uma população estadual, sendo 4% no Rio de Janeiro e 2,9% em São Paulo.

TABELA 26: PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1960 E 1991

Estados da federação	Estrangeiros	
	1960	1991
	% est	% est
Acre	2,46	0,9
Alagoas	0,11	0,1
Amapá	0,07	0,5
Amazonas	0,62	0,9
Bahia	0,1	0,3
Ceará	0,01	0,1
Distrito Federal	1,56	0,8
Espírito Santo	0,51	0,3
Goiás	0,17	0,3
Maranhão	0,04	0,1
Mato Grosso	1,94	0,4
Mato Grosso do Sul	---	1,4
Minas Gerais	0,34	0,4
Pará	0,59	0,4
Paraíba	0,01	0,1

continua

Paraná	2,63	1,2
Pernambuco	0,18	0,3
Piauí	0,05	0,0
Rio de Janeiro	5,13	4,0
Rio Grande do Norte	0,03	0,1
Rio Grande do Sul	1,09	1,3
Rondônia	2,37	0,6
Roraima	1,22	1,5
Santa Catarina	0,65	0,6
São Paulo	6,13	2,9
Sergipe	0,03	0,1
Tocantins	---	0,1
Brasil	2,0	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1960 e 1991/IBGE.

A proporção de brasileiros alfabetizados, como mostra a Tabela 27, evoluiu consideravelmente entre 1960 (53,6%) e 1991 (75,8%), mas ainda assim poderia ser considerado baixo se comparado a outros países de porte econômico similar neste último ano. Estados como Alagoas (50,2%), Maranhão (52,6%) e Piauí (52,7%) apresentavam os piores resultados do país em 1991, enquanto Rio de Janeiro (87,5%), Rio Grande do Sul (87,2%), Santa Catarina (87%), São Paulo (87%) e Distrito Federal (86,8%) apresentavam os melhores.

Os estados que mais apresentaram evolução neste aspecto entre 1960 e 1991 foram Goiás (crescimento de 32,4 pp.) e Minas Gerais (28,2 pp.). Já os com menor crescimento foram Distrito Federal (1,2 pp.), que apresentava uma alta taxa em 1960, Acre (3,4 pp.) e Rondônia (7,2 pp.).

O mercado de trabalho no período de 1960 a 1991 é marcado pela transição da preponderância do setor agrário, que em 1960 empregava 54,3% dos trabalhadores do país e em 1991 passou a empregar 22,7%, para o setor de serviços, que em 1960 empregava 33% e em 1991, 53,7%. Todavia, os empregos mais qualificados estavam no então pujante setor industrial, que, ante 12,6% do total de trabalhadores em 1960, passou a empregar 23,6% em 1991.

TABELA 27: PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1960 E 1991

Estados da federação	Alfabetização	
	1960	1991
	% est	% est
Acre	55,2	58,6
Alagoas	26,2	50,2
Amapá	52,9	72,9
Amazonas	48,5	67,3
Bahia	36	59,7
Ceará	35,3	58,6
Distrito Federal	85,6	86,8
Espírito Santo	54,3	79,7
Goiás	46,6	79,0
Maranhão	31,9	52,6
Mato Grosso	52,9	76,8
Mato Grosso do Sul	---	79,9
Minas Gerais	50,4	78,6
Pará	53,5	67,2
Paraíba	32,2	54,5
Paraná	59,1	83,1
Pernambuco	37,9	62,1
Piauí	34,2	52,7
Rio de Janeiro	73,7	87,5
Rio Grande do Norte	35,3	60,5
Rio Grande do Sul	69,6	87,2
Rondônia	68,5	75,7
Roraima	51,1	72,4
Santa Catarina	68,4	87,0
São Paulo	69,5	87,0
Sergipe	38,1	59,5
Tocantins	---	63,1
Brasil	53,6	75,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1960 e 1991/IBGE.

Pode-se perceber, ao olhar a Tabela 28, que a região Sudeste concentrava mais da metade dos empregos industriais do país, com destaque para São Paulo (34,1%). Este estado, junto com Santa Catarina

TABELA 28: TRABALHADORES POR SETOR ECONÔMICO E ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1991

Unidade da Federação	Trabalhadores							
	Total		Agropecuário		Industrial		Serviços	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	136.039	0,2	0,4	33,4	0,1	12,3	0,2	54,3
Alagoas	792.453	1,4	2,6	40,7	0,9	14,7	1,2	44,6
Amapá	83.000	0,2	0,1	12,4	0,1	23,4	0,2	64,2
Amazonas	611.911	1,1	1,4	28,8	1,1	22,7	1,0	48,5
Bahia	3.843.524	7,0	12,2	39,8	4,4	15,1	5,8	45,1
Ceará	2.162.350	3,9	5,7	33,4	3,0	18,3	3,5	48,3
Distrito Federal	665.350	1,2	0,1	2,2	0,7	14,0	1,9	83,8
Espírito Santo	1.011.923	1,8	2,2	27,0	1,6	20,6	1,8	52,4
Goiás	1.581.849	2,9	2,9	22,7	2,4	19,7	3,1	57,6
Maranhão	1.509.419	2,7	6,5	53,7	1,3	11,1	1,8	35,2
Mato Grosso	771.435	1,4	1,7	27,2	1,3	22,7	1,3	50,1
Mato Grosso do Sul	695.778	1,3	1,4	25,0	0,9	16,5	1,4	58,5
Minas Gerais	6.104.397	11,0	12,6	25,9	10,7	22,9	10,5	51,1
Pará	1.528.985	2,8	4,2	34,5	2,2	18,4	2,4	47,1
Paraíba	1.044.589	1,9	2,9	35,4	1,2	15,5	1,7	49,1
Paraná	3.485.605	6,3	8,0	29,0	5,6	20,8	5,9	50,2
Pernambuco	2.334.997	4,2	5,3	28,8	3,3	18,7	4,1	52,5
Piauí	840.350	1,5	3,1	46,8	0,7	11,6	1,2	41,6
Rio de Janeiro	4.987.719	9,0	1,5	3,9	9,3	24,2	12,1	71,9
Rio Grande do Norte	784.127	1,4	1,7	27,3	1,2	19,3	1,4	53,4
Rio Grande do Sul	3.991.350	7,2	7,5	23,7	7,7	25,2	6,9	51,1
Rondônia	414.453	0,7	1,3	38,4	0,5	14,7	0,7	46,9
Roraima	76.470	0,1	0,1	16,6	0,2	34,8	0,1	48,7
Santa Catarina	1.897.421	3,4	4,0	26,3	4,4	30,2	2,8	43,5
São Paulo	13.149.096	23,8	8,4	8,0	34,1	33,9	25,7	58,1
Sergipe	492.183	0,9	1,2	30,8	0,7	17,7	0,9	51,5
Tocantins	296.521	0,5	1,0	44,2	0,3	12,7	0,4	43,1
BRASIL	59.293.294	100,0	100,0	22,7	100,0	23,6	100,0	53,7

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 1991/IBGE.

e Roraima eram os que possuíam maior peso do emprego industrial em seu mercado de trabalho, com 33,9%, 30,2% e 34,8% do total de seus trabalhadores respectivamente.

No setor agrário, os estados de Minas Gerais (12,6%) e Bahia (12,2%) eram os que mais empregavam pessoas. No entanto, o setor ainda era o maior empregador nos estados do Maranhão (53,7% de seus ocupados), Piauí (46,8%) e Tocantins (44,2%).

O setor de serviços se tornou o maior empregador em todos os demais estados, com destaque para o Distrito Federal (83,8%) e Rio de Janeiro (71,9%). Mas em outros 13 estados mais da metade dos trabalhadores atuavam neste setor. Metade dos ocupados do país atuavam na região Sudeste, com destaque para São Paulo (25,7%).

A participação do PIB do setor de serviços no PIB total oscilou positivamente entre 1960 e 1991, indo de 50,8% a 54,5%. O PIB do setor industrial cresceu expressivamente neste período, passando de 21,6% da economia nacional em 1960 para 38,2% em 1991. Em consequência, a participação do setor agropecuário despencou, pois refletia 27,6% do PIB nacional em 1960 e passou a representar apenas 7,3% em 1991.

Contudo, o setor manteve sua relevância principalmente em estados do Centro-Oeste e Norte brasileiros, como Pará (30,2% do PIB estadual) e Mato Grosso do Sul (28,5%). Os estados de São Paulo, com 22,2% do PIB agropecuário brasileiro, Minas Gerais, com 13,5% e Rio Grande do Sul, com 11,6%, eram os mais representativos neste aspecto no país.

Em 1960, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro representavam juntos 71,3% do PIB industrial do país. Em 1991, a proporção de ambos reduziu-se para 52,1%. Apesar de manter-se relevante – e do setor ainda se concentrar fortemente na região Sudeste –, essa redução mostra o desenvolvimento do setor industrial também país afora, como no Amazonas, por exemplo, onde 57,1% da economia local era movimentada pelo setor, em decorrência do estabelecimento da Zona Franca

de Manaus, ou em Sergipe (41,3%), ou no Paraná (47,3%). Cerca de 45,1% da economia paulista era oriunda do setor industrial também.

A Tabela 29 também mostra que o PIB do setor de serviços ainda era muito concentrado em São Paulo (32,2%) e no Rio de Janeiro (14,5%). Mas no interior da economia dos estados, possuía grande relevância no PIB do Distrito Federal (95,3%) e nos estados nortistas, à exceção do citado Amazonas, com proporções em geral superiores a 70%.

TABELA 29: PIB ESTADUAL POR GRANDE SETOR – 1991

Estado	PIB Agropecuário			PIB Industrial			PIB dos Serviços		
	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est
Acre	67.787	0,1	5,2	234.169	0,1	17,9	1.004.494	0,2	76,9
Alagoas	736.028	1,1	11,3	1.876.723	0,5	28,9	3.888.455	0,8	59,8
Amapá	60.588	0,1	4,2	135.194	0,0	9,3	1.256.544	0,2	86,5
Amazonas	603.570	0,9	4,1	8.330.616	2,4	57,1	5.658.130	1,1	38,8
Bahia	4.224.823	6,3	10,6	13.904.882	3,9	34,7	21.906.551	4,3	54,7
Ceará	1.871.923	28	11,0	5.791.090	1,6	34,0	9.388.087	1,9	55,5
Distrito Federal	343.946	05	0,9	1.493.474	0,4	3,9	36.911.509	7,3	95,3
Espírito Santo	918.965	14	6,4	5.806.197	1,6	40,5	7.601.644	1,5	53,1
Goiás	2.212.393	33	13,6	4.121.782	1,2	25,3	9.957.733	2,0	61,1
Maranhão	1.304.926	1,9	17,4	1.444.017	0,4	19,3	4.738.209	0,9	63,3
Mato Grosso	909.294	1,3	11,2	1.443.061	0,4	17,8	5.760.516	1,1	71,0
Mato Grosso do Sul	2.458.144	3,6	28,5	1.379.621	0,4	16,0	4.780.477	0,9	55,5
Minas Gerais	9.091.751	13,5	10,6	33.370.983	9,5	39,0	43.087.150	8,6	50,4
Pará	5.526.209	8,2	30,2	4.542.698	1,3	24,9	8.206.653	1,8	44,9
Paraíba	856.654	1,3	11,5	1.969.544	0,6	26,5	4.595.314	0,9	61,9
Paraná	4.438.214	6,6	8,2	25.523.976	7,2	47,3	24.047.581	4,8	44,5
Pernambuco	2.049.446	3,0	7,8	8.532.350	2,4	32,7	15.543.751	3,1	59,5
Piauí	447.701	0,7	11,3	799.002	0,2	20,1	2.121.681	0,5	68,6
Rio de Janeiro	947.626	1,4	0,8	38.947.068	11,0	34,4	73.197.553	14,5	64,7
Rio Grande do Norte	583.814	0,9	8,4	2.433.710	0,7	34,9	3.953.939	0,8	56,7
Rio Grande do Sul	7.798.498	11,6	11,3	28.104.667	8,0	40,6	33.275.237	6,6	48,1
Rondônia	577.688	0,9	15,8	733.751	0,2	20,0	2.353.317	0,5	64,2
Roraima	31.135	0,0	37	109.203	00	13,1	694.926	0,1	83,2
Santa Catarina	3.608.242	5,4	11,7	14.147.930	4,0	45,7	13.211.159	2,6	4227
São Paulo	14.982.345	22,2	4,7	145.139.352	41,1	45,1	162.030.083	32,2	50,3
Sergipe	488.057	0,7	8,6	2.353.471	0,7	41,3	2.852.441	0,8	50,1
Tocantins	300.201	0,4	18,7	90.567	0,0	5,7	1.211.034	0,2	75,6
BRASIL	67.439.968	100	7,3	352.759.097	100	38,2	503.834.165	100	54,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IpeaData.

Ao analisar a Tabela 30 em comparação com a Tabela 23 – referente ao ano de 1959 –, percebe-se que, neste período, a produção industrial concentrou-se em grande parte nas cidades suburbanas (48,3% do PIB industrial nacional). Conseqüentemente, o setor ganhou peso na economia dessas cidades, correspondendo a 58,6% do PIB total do bloco. A participação suburbana também cresceu no setor de serviços, partindo de 18,5% do PIB de serviços nacional, para 25,9% em 1985. Apesar disto, devido ao crescimento do setor industrial, o PIB de serviços, assim como cada vez mais o agropecuário, perderam peso no PIB total dos subúrbios.

Com o desenvolvimento dos subúrbios, a participação dos centros urbanos na economia nacional reduziu-se nos três setores entre 1959 e 1985, com destaque para o industrial, que regrediu de 47% para 31,1%. A participação de ambos na economia dessas cidades, no entanto, permaneceu estável no período – 63,6% nos serviços e 36,2% no setor industrial em 1985.

Os polos do interior mantiveram sua influência na economia nacional equilibrada entre 1959 e 1985. O destaque em sua estrutura da economia, todavia, foi o aumento da importância da indústria, responsável por 40,2% de sua economia, em detrimento dos setores agropecuário (15,2%) e do setor de serviços (44,7%), que ainda assim permaneceu como o mais relevante para essas cidades.

Os pequenos municípios também apresentaram aumento do setor industrial em sua economia (14,2% para 21% no período). Mas o setor agropecuário, apesar de ter conseqüentemente diminuído sua participação no PIB total destes municípios, cresceu em sua contribuição para o PIB agropecuário nacional, partindo a 59,6% deste em 1985.

Devido à reconhecida inconsistência na informação por municípios do Censo Demográfico 1960, a melhor solução encontrada para análise foi apresentar os dados do censo seguinte (1970), ano que – apesar de não contemplar o exato início da consolidação da

sociedade urbana e industrial –, ainda contempla um período distante temporalmente o suficiente de 1991, com fortes traços característicos do início da consolidação do fenômeno estudado.

TABELA 30: PIB MUNICIPAL SETORIAL AGREGADO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL – 1985*

Tipologia municipal	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	%tipol	%	%tipol	%	%tipol
Centros urbanos	0,8	0,3	31,1	36,2	49,6	63,6
Subúrbios	20,8	6,6	48,3	58,6	25,9	34,7
Polos do interior	18,9	15,2	13,1	40,2	13,2	44,7
Pequenos municípios	59,6	4,1	7,5	21,0	11,2	34,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IpeaData e do Censo Demográfico de 1991/IBGE.

* Dados de 1991 não disponíveis, sendo 1985 o ano mais próximo com informação.

A Tabela 31 apresenta algumas características populacionais e dos municípios por tipologia municipal, permitindo uma comparação, quando da existência da mesma informação para ambos os anos, entre 1970 e 1991. No caso da temática do mercado de trabalho, ela está dividida em dois eixos, o primeiro (posição na ocupação) é uma pergunta única de cada censo e, devido à diferença dos mesmos, possui respostas distintas. No entanto, sua totalização entre as classes é de 100% para que se possa fazer uma melhor comparação. O grupo de estatísticas indicado como “dados gerais” possui itens que, por sua vez, também possuem o perfil de posição na ocupação, mas que na época não eram vistos da mesma forma, e portanto foram levantados em diferentes questões. A análise se centrará no período mais recente (1991), e destacará 1970 quando entender relevante.

Isto posto, pode-se observar na temática de mercado de trabalho que a proporção de brasileiros ocupados aumentou para todos os perfis municipais, com destaque para os centros urbanos (40,2%). A taxa de desemprego entre 1970 e 1991 mais do que dobrou, sendo que a maior no período mais recente era a dos centros urbanos (7%) e a menor a dos pequenos municípios (3,6%). O percentual dos trabalhadores

na ocupação de empregados domésticos reduziu-se no período para os centros urbanos (10,8% para 7,6%), mas elevou-se nas demais tipologias. Os centros urbanos (54,7%) e os subúrbios (51,4%) apresentavam as maiores proporções de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ao passo que nas cidades pequenas (21,1%) o menor.

A proporção de pessoas empregadas no setor privado aumentou em todas as tipologias. As maiores proporções se davam justamente nas que apresentavam maior presença do setor industrial, os subúrbios (61,4% dos ocupados) e centros urbanos (59,4%). A maior proporção de funcionários públicos se encontravam nos centros urbanos (17,7%). Seu crescimento nas pequenas cidades foi, no entanto, proporcionalmente considerável – de 4,7% em 1970, para 10,8% em 1991. Os pequenos municípios também apresentavam a maior proporção de trabalhadores por conta própria (34,1%), ao passo que os centros urbanos a menor (18,1%). No aspecto da concentração de empregadores, os polos do interior (4,5%) e os centros urbanos (4,4%) se destacavam. Os centros urbanos, no entanto, apresentavam uma baixíssima proporção de trabalhadores não remunerados (0,4%), ao passo que os pequenos municípios a mais alta (8,6%).

No aspecto etário, os pequenos municípios possuíam as maiores proporções de crianças e adolescentes até 15 anos (40,6%) e de pessoas com 60 anos ou mais (7,8%) dentro de sua estrutura etária; os centros urbanos apresentavam maiores concentrações de jovens e adultos de 16 a 59 anos (59,9%), frente a 51,6% nos pequenos municípios por exemplo.

A população do país como um todo aumentou expressivamente sua propriedade de bens neste período. Os que mais possuíam residiam nos centros urbanos, seguido dos moradores dos subúrbios, polos do interior e pequenas cidades. Essas últimas, contudo, foram as que proporcionalmente mais cresceram neste aspecto entre 1970 e 1991. O item geladeira, por exemplo, era presente em apenas 7,1% dos lares destas cidades em 1970. Em 1991, a proporção subiu para 61,6%.

TABELA 31: PERFIL SOCIOECONÔMICO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL – 1970 E 1991

Estatísticas	Tipologia	Centros Urbanos		Subúrbios		Polos do interior		Pequenos municípios	
		1970	1991	1970	1991	1970	1991	1970	1991
Mercado de trabalho (posição na ocupação)	Empregados setor privado	64,2	59,4	54,0	61,4	45,2	53,2	29,2	43,1
	Funcionários públicos	17,0	17,7	9,3	11,6	9,0	1,2	4,7	10,8
	Conta Própria	15,2	18,1	23,0	21,3	30,5	26,2	37,6	34,1
	Parceiros/meeiros	0,1	*	3,7	*	4,7	*	11,3	*
	Empregadores	1,9	4,4	1,3	35,1	1,7	4,5	1,4	3,3
	Não remunerados	1,5	0,4	8,8	2,3	8,9	3,4	15,9	8,6
Mercado de Trabalho (dados gerais)	Empregados domésticos	10,8	7,6	5,5	68,1	5,9	7,6	2,5	4,9
	Empregados com CTPS	*	54,7	*	51,4	*	38,2	*	21,1
	Empregados sem CTPS	*	21,1	*	20,4	*	26,8	*	32,8
	Proporção de ocupados	34,0	40,2	30,0	38,2	30,1	37,2	30,1	35,0
	Taxa de desemprego	3,3	7,0	2,7	5,9	2,0	4,7	0,8	3,6
Faixa etária	Ate 15 anos	37,6	32,6	44,3	36,1	45,2	37,8	47,9	40,6
	De 16 a 29 anos	26,7	27,2	24,5	26,4	24,5	25,7	23,5	24,6
	De 30 a 59 anos	29,7	32,7	26,0	30,9	25,1	29,2	23,6	27,0
	Com 60 anos ou mais	6,0	7,5	5,1	6,7	5,2	7,3	5,0	7,8
Propriedade de bens	Com geladeira	55,8	88,5	28,4	83,5	20,3	75,9	7,1	61,6
	Com televisão	56,8	88,0	27,7	78,9	16,7	67,6	4,2	44,9
	Com automóvel	19,0	32,3	9,5	25,3	7,9	20,1	3,8	12,0
Acesso a estrutura sanitária e elétrica	Com energia elétrica	85,6	96,5	55,3	92,7	42,3	84,4	18,6	67,6
	Com agua encanada	61,5	89,2	36,7	81,2	30,0	67,7	11,9	46,3
	Com esgoto coletado	53,1	69,4	28,2	50,4	23,0	39,4	6,7	16,3
	Com lixo coletado	*	82,1	*	66,2	*	56,3	*	29,3
Violência	Taxa de homicídios	*	29,5	*	19,3	*	16,4	*	18,4
	Taxa de suicídios	*	4,2	*	9,1	*	5,0	*	13,0
Comércio exterior	Importações (em bilhões Cr\$)	*	23,5	*	30,4	*	4,3	*	1,2
	Exportações (em bilhões Cr\$)	*	12,2	*	25,3	*	10,9	*	4,5
Contas dos municípios	DCL (em Cr\$)	*	*	*	733.859	*	300.212	*	489.366
	RCL (em Cr)	*	*	*	875.249	*	353.143	*	532.519

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos 1970 e 1991/IBGE, Datasus e MDIC.

Um fator relevante para o maior consumo de bens, além do aspecto do aumento do poder aquisitivo, era o acesso à energia elétrica, que apresentou uma significativa evolução proporcional nas pequenas cidades (49 pp.), nos polos do interior (42,1 pp.) e subúrbios (37,4

pp.). O maior acesso, todavia, se dava nos centros urbanos, onde 96,5% das residências o possuíam, ao passo que nas pequenas cidades esse percentual ainda era de 67,6%.

No aspecto sanitário, em geral, as melhores estruturas se apresentavam nos centros urbanos e, em uma escala depreciativa de acesso, apareciam na sequência os subúrbios, polos do interior e pequenas cidades. Mas a discrepância era muito grande entre os extremos em todos os aspectos. No de água canalizada, por exemplo, enquanto 89,2% da população dos centros urbanos possuíam o acesso, apenas 46,3% dos residentes o possuíam nas pequenas cidades. A coleta de esgoto atendia 69,4% das residências dos centros urbanos e apenas a 16,3% das moradias das pequenas cidades. Na coleta do lixo, enquanto a primeira apresentava índice de 82,1%, a segunda possuía apenas 29,3% de seu lixo coletado.

A violência também se apresentava de diferentes formas de acordo com o perfil das cidades. Em 1991, ela era maior nos centros urbanos, que apresentavam taxa de homicídios média de 29,5 mortes por 100 mil habitantes, do que nos subúrbios (19,3), nos pequenos municípios (18,4) ou nos polos do interior (16,4). As taxas de suicídio, todavia, eram muito maiores nos pequenos municípios (13 mortes por 100 mil habitantes) do que nos centros urbanos (4,2).

Como pode-se também observar na Tabela 31, o comércio exterior dos subúrbios apresentava, em 1991, maior volume do que o dos centros urbanos. Ademais, ambos dispndiam mais recursos importando do que exportando produtos. Realidade essa inversa dos polos do interior e pequenas cidades.

Os aspectos das contas municipais não pôde ser observado para os centros urbanos, devido à inconsistência dos dados. Nas demais tipologias, no entanto, pode-se observar que as receitas eram sempre superiores às despesas. A proporção Despesa Corrente Líquida/Re-

ceita Corrente Líquida (DCL/RCL) era de 84,4% para os subúrbios, 85% para os polos do interior e 91,9% dos pequenos municípios.

TRANSIÇÃO DE SOCIEDADE NA PREPONDERÂNCIA DO SETOR DE SERVIÇOS (1991 A 2010)

A década perdida, como é conhecida a década de 1980 no aspecto econômico, e seus ineficazes planos econômicos Cruzado e Bresser, seguidos pelo equivocado Plano Collor no início da década de 1990, acabaram por propiciar um processo de desindustrialização precoce no Brasil. Em consequência – e ao contrário do que ocorreu em países economicamente desenvolvidos –, esse setor não atingiu o seu ápice, fazendo com que a população brasileira não tivesse acesso aos benefícios sociais e materiais que o setor industrial proporcionaria. A economia de muitos municípios migrou da preponderância do setor agrário diretamente para o setor de serviços, com grande parte das novas ocupações vinculadas ao perfil de prestação de serviços para a renda dos ricos.

Os países desenvolvidos também passaram pelo fenômeno de desindustrialização, todavia de forma não precoce e com consequentes diferenças significativas, pois em muitos destes houve possibilidade de se investir na capacidade produtiva intelectual da população via educação e pesquisa, gerando, por exemplo, empregos mais qualificados no setor de tecnologia.

A estabilidade monetária só seria alcançada no governo Itamar Franco, em 1994, com avanços sociais e econômicos nas duas gestões seguintes, entre 1995 e 2002, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas a ausência de investimento em produção de energia, que culminou na crise do apagão entre 2001 e 2002, escancarou a falta de planejamento para o crescimento econômico do país, dificultando o desenvolvimento econômico ao final de seu último mandato.

A partir do governo Lula, em 2002, que implementou reformas e mudanças significativas, produzindo transformações sociais e econômicas no Brasil, o país viveu seu período mais próspero economicamente desde meados da década de 1960 até meados da década de 1970, com a triplicação do PIB per capita nacional, melhora das classificações de investimento no Brasil e de diversos indicadores socioeconômicos e com redução da pobreza e desigualdade. Em 2010, último ano deste governo, o PIB brasileiro cresceu 7,5%.

No aspecto populacional, ao observar sua dinâmica durante todo o período de 1872 a 2010 sob a perspectiva de uma tipologia municipal campo-cidade, conclui-se que tal período foi marcado pela transformação de uma sociedade essencialmente rural, em 1872, quando correspondia a 94,1% da população do país, para uma essencialmente urbana, correspondendo a 84,4% dos brasileiros em 2010.

O Gráfico 5 permite verificar que essa mudança ficou perceptível a partir da década de 1940, quando pode-se observar claramente, além da população rural, o meio urbano sendo representado por quatro distintos tipos de cidade: os subúrbios, os centros urbanos, os polos do interior e as pequenas cidades.

Os subúrbios correspondiam a 1.080 municípios do país em 2010. Em termos populacionais, a parte urbana dos municípios suburbanos concentrava, em 2010, quase um terço (29%) da população brasileira, com um crescimento acentuado no período de maior desenvolvimento da indústria nacional, aqui acompanhado pelos levantamentos censitários de 1960 a 1991.

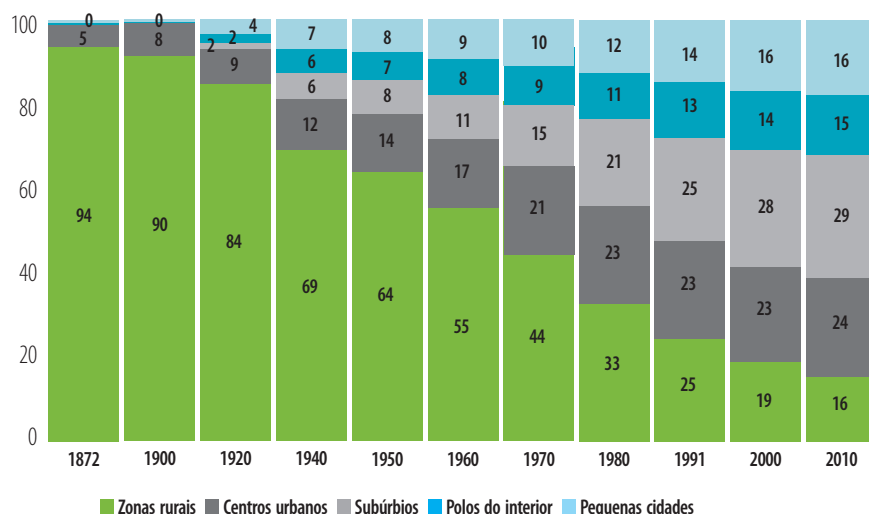
Muito marcada por este desenvolvimento industrial – e também, fortemente, pelo setor de serviços, especialmente a partir da década de 1990 –, os centros urbanos (27 cidades) foram relevantes no aspecto econômico e populacional desde o período do Império, marcadamente pela cidade da Corte e posteriormente Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), e com as demais capitais estaduais a

partir das décadas seguintes. Em 2010, seus habitantes urbanos correspondiam a 23,6% da população do país.

Com uma economia inicialmente fundada na agropecuária, que posteriormente tornou-se preponderantemente de serviços e industrial, ainda que mais relacionadas às matérias primas do campo e à economia das pequenas cidades de seu entorno, os polos do interior mais do que dobraram sua representação populacional urbana desde a década de 1940, partindo de 6,2% da população do país neste ano para 14,6%, em 2010. Esse perfil de cidade, em 2010, totalizava 325 municípios.

As pequenas cidades ainda são o esteio da economia agrária do Brasil. São em maior número do país (4.133 municípios) e a proporção de sua população urbana saltou de 7,2% da população brasileira em 1940 para 17,1% em 2010.

GRÁFICO 6: PROPORÇÃO DE HABITANTES POR SITUAÇÃO DE LOCALIDADE – 1991-2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1872 a 2010/IBGE.

A Tabela 32 permite concluir que a população brasileira cresceu 30% entre 1991 a 2010, chegando a quase 191 milhões neste

TABELA 32: POPULAÇÃO POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1991 E 2010

Províncias/estados	População					
	1991		2010		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	417.099	0,3	733.558	0,4	316.459	75,9
Alagoas	2.512.666	1,7	31.20.495	1,8	607.829	24,2
Amapá	289.040	0	669.525	0,4	380.485	131,6
Amazonas	2.102.777	1,4	3.483.986	1,8	1.381.209	65,7
Bahia	11.867.348	8,1	14.016.906	7,3	2.149.558	18,1
Ceará	6.366.114	4,3	8.452.381	4,4	2.086.2607	32,8
Distrito Federal	1.601.093	1,1	2.570.160	1,3	969.067	60,5
Espírito Santo	2.600.618	1,8	3.514.951	1,8	914.333	35,2
Goiás	4.017.506	2,7	6.003.788	3,1	1.986.282	49,4
Maranhão	4.929.680	3,4	6.574.789	3,4	1.645.109	33,4
Mato Grosso	2.026.071	1,4	3.035.122	1,8	1.009.051	49,8
Mato Grosso do Sul	1.780.373	1,2	2.449.024	1,3	-	-
Minas Gerais	15.743.535	10,7	19.597.330	10,3	385.3795	24,5
Pará	4.949.207	3,4	7.581.052	4,0	263.1845	53,2
Paraíba	3.201.328	2,2	3.766.529	2,0	565.201	17,7
Paraná	8.448.623	5,8	10.444.526	5,5	1.995.903	23,6
Pernambuco	7.127.947	4,9	8.796.448	4,8	1.668.501	23,4
Piauí	2.582.074	1,8	3.118.360	1,8	536.286	20,8
Rio de Janeiro	12.807.195	8,7	15.989.929	8,4	31.82.734	24,9
Rio Grande do Norte	2.415.078	1,8	3.168.027	1,7	752.949	31,2
Rio Grande do Sul	9.138.458	6,2	10.693.929	5,6	1.555.471	17,0
Rondônia	1.133.249	0,8	1.562.408	0,8	429.159	37,9
Roraima	217.583	0,1	450.478	0,2	232.895	107,0
Santa Catarina	4.542.032	3,1	6.248.436	3,3	1.706.404	37,6
São Paulo	31.588.824	21,5	41.262.199	21,6	9.673.375	30,8
Sergipe	1.491.876	1,0	2.068.017	1,1	576.141	38,6
Tocantins	918.393	0,6	1.383.445	0,7	-	-
BRASIL	46.815.787	100	190.755.798	100	43.940.011	29,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2010/IBGE.

último ano. Cerca de 42% destes residiam na região Sudeste, 21,6% apenas no estado de São Paulo. A região registrou 17,6 milhões de novos habitantes no período, o maior contingente entre as regiões.

TABELA 33: PROPORÇÃO DE COR/RAÇA POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 2010

Unidades da Federação	Raça/cor											
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		Ignorado	
	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est	%	%est
Acre	0,2	233	0,3	2,0	0,7	2,0	0,6	66,9	1,9	2,1	0,4	0,0
Alagoas	1,1	31,0	1,4	6,8	14,7	1,1	2,3	60,8	14,7	0,4	0,0	0,0
Amapá	0,2	23,8	0,4	8,4	0,3	1,1	0,5	65,7	0,9	1,1	0,0	0,0
Amazonas	0,8	21,2	1,0	4,1	1,5	0,9	2,9	69,0	20,3	4,8	0,2	0,0
Bahia	3,4	22,0	16,6	17,0	7,7	1,2	10,1	59,5	6,9	0,4	14,9	0,0
Ceará	3,0	31,6	2,1	4,6	4,9	1,2	6,4	62,3	2,4	0,2	0,4	0,0
Distrito Federal	1,2	41,8	1,4	7,6	20	14,7	1,5	48,0	0,9	0,3	2,4	0,0
Espírito Santo	1,6	42,1	2,0	8,3	1,1	0,6	2,1	48,1	1,2	0,3	0,3	0,0
Goias	2,1	41,4	2,7	6,5	4,8	14,7	3,0	50,3	1,0	0,1	1,0	0,0
Maranhão	1,6	21,9	4,4	9,6	3,5	1,41	5,3	66,9	4,2	0,5	0,3	0,0
Mato Grosso	1,2	37,2	1,6	7,4	1,7	1,2	1,9	52,8	5,3	1,4	3,3	0,0
Mato Grosso do Sul	1,3	46,8	0,8	4,9	1,4	1,2	1,3	44,1	8,8	2,9	0,3	0,0
Minas Gerais	9,7	45,1	126	9,2	8,9	1,0	10,5	44,6	3,8	0,2	6,9	0,0
Pará	1,8	21,6	3,1	7,0	3,3	0,9	6,4	69,9	46	0,5	3,0	0,0
Paraíba	1,6	39,7	1,5	2,0	2,2	1,2	2,4	52,9	2,4	0,5	1,3	0,0
Paraná	8,1	10,1	23	3,1	5,9	1,2	3,2	25,4	3,1	0,2	0,9	0,0
Pernambuco	3,0	36,5	3,9	6,4	4,0	1,0	2,9	55,9	8,5	0,6	1,0	0,0
Piauí	0,8	24,2	2,0	9,3	3,1	2,1	2,4	64,3	0,4	0,1	0,0	0,0
Rio de Janeiro	8,4	47,4	13,5	12,1	5,8	0,8	7,6	39,6	1,9	0,1	9,4	0,0
Rio Grande do Norte	1,4	40,8	1,2	3,2	1,6	1,1	2,0	52,8	0,3	0,1	1,0	0,0
Rio Grande do Sul	9,8	83,2	4,1	2,9	14,7	0,3	1,4	10,6	40	0,3	0,3	0,0
Rondônia	0,8	35,0	0,7	6,8	1,1	1,4	1,1	55,8	1,7	0,9	3,2	0,1
Roraima	0,1	20,9	0,2	6,0	0,2	1,0	0,3	60,9	6,1	11,2	0,0	0,0
Santa Catarina	5,8	83,9	1,2	2,9	1,2	0,4	1,0	12,6	2,0	0,3	1,6	0,0
São Paulo	29,0	63,7	15,6	5,4	2,1	1,4	14,6	29,4	5,9	0,1	44,2	0,0
Sergipe	0,6	21,1	1,3	8,9	1,3	1,3	1,5	61,8	0,6	0,3	1,0	0,0
Tocantins	0,4	24,5	0,9	9,1	1,3	2,0	1,1	63,6	1,6	0,9	0,0	0,0
TOTAL	100,0	47,5	100,0	7,5	100,0	1,1	100,0	43,4	100,0	0,4	100,0	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 2010/IBGE.

No entanto, a região Sudeste deixa de figurar entre as que apresentam maior proporção de crescimento populacional neste período, característica que continua a cargo da região Centro-Oeste, com crescimentos próximos ou superiores a 50% apenas nestes 19 anos; mas principalmente à cargo da região Norte, onde estados mais populosos, como Pará e Amazonas, cresceram respectivamente 53,2% e 65,7%, e a estados menos populosos, como Roraima e Amapá, que cresceram proporcionalmente 107% e 131,6% respectivamente.

À luz do que vinha ocorrendo no período de 1960 a 1991, a proporção de pessoas identificadas como de cor branca reduziu-se entre 1991 (51,6%) e 2010 (47,5%), e pela primeira vez desde o século XIX, a população negra (classificadas como de cor parda e preta) voltou a ser maioria (50,9%) no país em 2010. Isto decorreu da miscigenação, mas também do aumento na autodeclaração no Censo por parte da população negra, algo muito provavelmente decorrente de maior conscientização e autovalorização racial, bem como do avanço de políticas afirmativas de cor e raça. Vale atentar, no entanto, que na região norte há uma histórica miscigenação entre brancos e indígenas, os caboclos, que também são classificados como pardos no censo demográfico.

A população classificada como de cor branca continua a se concentrar nas regiões Sul e Sudeste do país. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul eles representam, respectivamente, 83,9% e 83,2% da população local. Em São Paulo, são 63,7%. Os estados que possuem mais negros (cor preta e parda somadas) em sua composição de raça/cor são Pará (77%), Maranhão (76,5%) e Bahia (76,4%).

Após seu quase extermínio ao longo dos últimos séculos, a população indígena voltou a crescer após a década de 1980, por conta de políticas protetivas. Em consequência, sua população cresceu de 294.131 em 1991 para 821.501 em 2010, ou 179,2%.

A proporção de pessoas alfabetizadas cresceu de 75,8% em 1991 para 89,5% no país em 2010. Os mais altos índices continuavam a ser os das regiões Sul e Sudeste, todos estes superiores a 90%, à exceção do maior do país, o do Distrito Federal (95,1%). Os mais baixos índices eram, na média, os da região Nordeste, com destaque negativo para Alagoas (75,5%), Piauí (77,5%), Maranhão (78%) e Paraíba (78,9%).

A proporção de estrangeiros no país cresceu entre 1991 (1,4%) e 2010 (2,1%), aumentando em praticamente todos os estados da federação. Em 2010 correspondiam a quase 600 mil pessoas, sendo que

TABELA 34: PROPORÇÃO DE ESTRANGEIROS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1991 E 2010

Estados da federação	Estrangeiros	
	1991	2010
	% est	% est
Acre	0,9	2,0
Alagoas	0,1	0,4
Amapá	0,5	0,5
Amazonas	0,9	2,7
Bahia	0,3	1,5
Ceará	0,1	1,4
Distrito Federal	0,8	0,7
Espírito Santo	0,3	0,8
Goiás	0,3	0,5
Maranhão	0,1	0,3
Mato Grosso	0,4	0,5
Mato Grosso do Sul	1,4	2,3
Minas Gerais	0,4	1,7
Pará	0,4	0,5
Paraíba	0,1	0,6
Paraná	1,2	2,8
Pernambuco	0,3	1,0
Piauí	0,0	0,2
Rio de Janeiro	4,0	4,2
Rio Grande do Norte	0,1	1,0
Rio Grande do Sul	1,3	8,4
Rondônia	0,6	0,7
Roraima	1,5	1,6
Santa Catarina	0,6	1,6
São Paulo	2,9	3,1
Sergipe	0,1	0,3
Tocantins	0,1	0,2
Brasil	1,4	2,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2010/IBGE.

TABELA 35: PROPORÇÃO DE ALFABETIZADOS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO – 1991 E 2010

Estados da federação	Alfabetização	
	1991	2010
	% est	% est
Acre	58,6	81,4
Alagoas	50,2	75,5
Amapá	72,9	88,6
Amazonas	67,3	86,3
Bahia	59,7	83,1
Ceará	58,6	82,0
Distrito Federal	86,8	95,1
Espírito Santo	79,7	91,1
Goiás	79,0	91,5
Maranhão	52,6	78,0
Mato Grosso	76,8	90,4
Mato Grosso do Sul	79,9	91,7
Minas Gerais	78,6	91,5
Pará	67,2	85,0
Paraíba	54,5	78,9
Paraná	83,1	93,3
Pernambuco	62,1	82,1
Piauí	52,7	77,5
Rio de Janeiro	87,5	94,7
Rio Grande do Norte	60,5	81,3
Rio Grande do Sul	87,2	94,3
Rondônia	75,7	89,7
Roraima	72,4	86,9
Santa Catarina	87,0	94,9
São Paulo	87,0	94,7
Sergipe	59,5	81,4
Tocantins	63,1	85,8
Brasil	75,8	89,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2010/IBGE.

61,4% residiam em somente dois estados: São Paulo (45%) e Rio de Janeiro (16,3%). Quanto à proporção de estrangeiros na população dos estados, o Rio Grande do Sul apresentava não só a maior entre estes (8,4%), como também o maior crescimento proporcional no período, uma vez que os não brasileiros correspondiam a apenas 1,3% da população do estado em 1991.

As principais nacionalidades estrangeiras neste estado em 2010 eram uruguaios (47,6% dos estrangeiros), argentinos (13,9%), portugueses (4%), italianos (3,6%) e alemães (3,2%). No Brasil, no mesmo ano, as nacionalidades estrangeiras mais presentes eram portuguesas (23,3%), japonesas (8,3%), paraguaios (6,6%), bolivianos (6,6%) e italianos (6,3%).

O mercado de trabalho do período de 1991 a 2010 ficou marcado pela retomada do crescimento dos empregos do setor de serviços, em geral mais precários, em detrimento do industrial, com melhor renda média e direitos trabalhistas, e do emprego agropecuário. O setor de serviços, que em 1991 empregava 53,7% dos trabalhadores, passou a empregar dois terços destes (66,4%). O industrial reduziu-se de 23,6% para 19,4%, e o agropecuário de 22,7% para 14,2% neste período.

Os estados onde o emprego agropecuário possuía mais peso em seu mercado de trabalho eram Maranhão (31,8%), Piauí (29,4%), Pará (26,1%), Alagoas (26%) e Bahia (26%). Já o emprego industrial era mais presente em Santa Catarina (28%), São Paulo (22,8%), Rio Grande do Sul (22,1%) e Paraná (22%). Os de serviços estavam proporcionalmente mais presentes no Distrito Federal (87,6%), Rio de Janeiro (80,3%), Amapá (76,1%), São Paulo (72,8%) e Roraima (72,7%). Em 2010, o setor se tornou preponderante nos empregos do mercado de trabalho de todos os estados do país.

O período de 1991 a 2010 também é marcado pelo aumento da dependência do PIB nacional pelo setor de serviços. Em 1991 o setor correspondia a 54,5% deste. Em 2010 esta proporção aumentou

TABELA 36: TRABALHADORES POR SETOR ECONÔMICO E ESTADO DA FEDERAÇÃO – 2010

Unidade da Federação	Trabalhadores							
	Total		Agropecuário		Industrial		Serviços	
	Nº	%	%	%est	%	%est	%	%est
Acre	279.294	0,3	0,5	20,5	0,2	11,9	0,3	67,6
Alagoas	1.122.011	1,3	2,4	26,0	0,9	13,5	1,2	60,5
Amapá	260.701	0,3	0,2	10,8	0,2	13,1	0,3	76,1
Amazonas	1.323.336	1,5	2,3	20,9	1,4	17,5	1,4	61,6
Bahia	5.841.077	6,8	12,4	26,0	5,1	14,6	6,1	59,5
Ceará	3.361.737	3,9	5,6	20,5	3,8	19,2	3,5	60,3
Distrito Federal	1.287.548	1,5	0,2	1,9	0,8	10,5	2,0	87,6
Espírito Santo	1.694.386	2,0	2,4	17,7	1,9	18,4	1,9	64,0
Goiás	2.959.329	3,4	2,7	11,0	3,7	20,9	3,5	68,1
Maranhão	2.361.389	2,7	6,1	31,8	1,9	13,3	2,3	54,9
Mato Grosso	1.448.275	1,7	2,2	18,4	1,4	15,8	1,7	65,8
Mato Grosso do Sul	1.180.482	1,4	1,5	15,5	1,2	17,1	1,4	66,8
Minas Gerais	9.264.537	10,7	12,2	16,2	11,3	20,5	10,2	63,3
Pará	2.901.866	3,4	6,2	26,1	2,4	14,1	3,0	59,8
Paraíba	1.478.166	1,7	3,0	24,6	1,3	15,2	1,6	60,2
Paraná	5.307.822	6,1	6,4	14,9	7,0	22,0	5,8	63,1
Pernambuco	3.403.868	3,9	5,6	20,0	3,4	16,7	3,8	63,3
Piauí	1.215.274	1,4	2,9	29,4	1,0	14,1	1,2	56,5
Rio de Janeiro	7.151.617	8,3	1,2	2,1	7,5	17,6	10,0	80,3
Rio Grande do Norte	1.238.310	1,4	1,6	16,0	1,3	17,4	1,4	66,6
Rio Grande do Sul	5.533.120	6,4	7,4	16,5	7,3	22,1	5,9	61,4
Rondônia	732.219	0,8	1,4	23,8	0,7	15,4	0,8	60,8
Roraima	181.296	0,2	0,2	16,4	0,1	10,8	0,2	72,7
Santa Catarina	3.408.825	3,9	3,7	13,5	5,7	28,0	3,5	58,5
São Paulo	20.001.270	23,2	7,0	4,3	27,3	22,8	25,4	72,8
Sergipe	832.460	1,0	1,5	22,8	0,8	15,6	0,9	61,7
Tocantins	583.636	0,7	1,0	20,6	0,5	13,8	0,7	65,6
BRASIL	86.353.851	100,0	100,0	14,2	100,0	19,4	100,0	66,4

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico de 2010/IBGE.

TABELA 37: PIB ESTADUAL POR GRANDE SETOR - 2010

Estado	PIB Agropecuário			PIB Industrial			PIB dos Serviços		
	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est	R\$*	%	% est
Acre	784.375	0,5	10,4	1.091.622	0,1	14,4	5.689.253	0,3	75,2
Alagoas	2.911.126	1,8	12,0	4.708.285	0,5	19,3	16.722.860	0,7	68,7
Amapá	196.013	0,1	2,6	583.104	0,1	7,1	6.823.501	0,3	89,8
Amazonas	2.219.359	1,4	4,4	2.1495.795	24	42,7	26.673.488	1,2	52,9
Bahia	10.709.344	6,7	7,9	38.739.895	4,1	27,1	87.954.330	3,9	65,0
Ceará	3495.911	2,2	5,1	15.177.896	1,7	21,9	50.500.602	2,3	73,0
Distrito Federal	327.805	0,2	0,3	9.184.149	1,0	7,6	112.102.317	5,0	92,2
Espírito Santo	2.243.197	1,4	3,2	26.949.550	30	38,6	40.627.650	1,8	58,2
Goiás	10.376.549	6,5	11,1	26.426.091	2,9	28,3	5.6444.852	2,5	60,5
Maranhão	4.537.927	2,8	11,0	6.883.369	0,8	16,7	29.694.263	1,3	72,2
Mato Grosso	8.373.223	5,2	16,8	9.770.833	1,1	19,6	31.634.577	1,4	63,6
Mato Grosso do Sul	7.151.612	4,5	17,2	9.380.763	1,0	22,6	24.966.535	1,1	60,2
Minas Gerais	17.085.913	10,7	5,6	101.270.554	11,2	33,2	186.827.884	8,3	61,2
Pará	8.076.834	5,1	10,7	26.792.382	30	35,5	40.659.020	1,8	53,8
Paraíba	1.384.255	0,9	4,6	5.436.505	0,6	18,2	23.034.454	1,0	77,2
Paraná	17.801.330	11,1	9,2	54.221.391	6,0	28,1	120.909.596	5,4	62,7
Pernambuco	3.962.413	2,5	4,8	18.191.730	2,0	21,9	60.795.504	2,7	73,3
Piauí	1.179.327	0,7	6,0	3.202.753	0,4	16,3	15.289.903	0,7	77,1
Rio de Janeiro	1.534.564	1,0	0,4	113.193.368	12,5	29,8	264.685.227	11,8	69,8
Rio Grande do Norte	1.148.622	0,7	3,6	7.683.076	0,8	23,9	23.317.797	1,0	72,5
Rio Grande do Sul	17.162.698	10,7	8,3	57.499.409	6,4	27,9	131.145.686	5,9	63,7
Rondônia	2.295.537	1,4	11,0	4.779.254	0,5	22,8	13.884.339	0,6	66,2
Roraima	148.648	0,1	2,4	818.733	0,1	13,5	5.100.37	0,2	84,1
Santa Catarina	8.942.402	5,6	6,9	42.611.872	4,7	32,7	78.919.216	3,5	60,5
São Paulo	22631449	14,2	2,1	290.102478	32,1	27,1	759.062.098	33,9	70,8
Sergipe	1.511.775	0,9	6,4	6.858.592	0,8	29,0	15.318.353	0,7	64,7
Tocantins	1.739.792	1,1	11,7	3.104.548	0,3	21,0	9.966.357	0,4	67,3
BRASIL	159.932.000	100,0	4,8	90.4158.000	100,0	27,4	2.238.750.000	100,0	67,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IpeaData.

para 67,8%. Já o PIB industrial apresentou expressiva redução neste espaço de tempo, indo de 38,2% para 27,4%. O PIB agropecuário também apresentou redução, passando de 7,3% do PIB total em 1991 para 4,8% em 2010.

No setor agropecuário, os estados que em 1991 já apresentavam as maiores contribuições para o PIB agropecuário nacional, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul permaneceram com relevância, embora com participação reduzida, uma vez que juntos eram

responsáveis por 47,3% do PIB agropecuário nacional em 1991 e o foram por 35,6% em 2010. Este cenário demonstrou o crescimento do setor em estados como o Paraná (11,1%) e em outros das regiões Centro-Oeste e Norte, e apesar de apresentarem menores proporções de contribuição ao PIB, possuem perfil de relevância e viram estas crescerem neste período.

Com a retração do setor industrial neste período, especialmente em São Paulo, que em 1991 contribuía com 41,1% do PIB de serviços nacional e em 2010 passou a contribuir com 32,1%, outros estados demonstraram um pequeno aumento de sua relevância neste cenário, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Pará.

Pode-se também observar na Tabela 37 que, em 2010, o setor dos serviços era o principal componente do PIB de todas as unidades federativas do país. A região Sudeste era responsável por 55,8% do PIB nacional deste setor. A participação do setor nas economias estaduais no entanto era mais significativo em muitos estados do Norte e Nordeste do país, além de, naturalmente, no Distrito Federal, onde representava 92,2% do PIB distrital total.

A Tabela 38 permite ver que o setor de serviços tornou-se, em 2010, o principal componente do PIB de todas as tipologias municipais urbanas. Em especial nos centros urbanos, onde, com o forte declínio do setor industrial (36,2% em 1991 a 18,1% em 2010), passou a ser responsável por 81,8% do PIB total desta tipologia. Em consequência 39,8% do PIB de serviços nacional vieram dos centros urbanos.

Os subúrbios mantiveram-se em 2010 como os principais responsáveis (44%) pelo PIB industrial nacional. O setor, que em 1991 era responsável por 58,6% da economia suburbana, o passou a ser por 34,1% em 2010, uma redução massiva. Ao mesmo tempo o setor de serviços aumentou fortemente sua participação na economia destes municípios, de 25,9% em 1991 para 63,2% em 2010. Os subúrbios ainda mantiveram certa relevância na contribuição para o PIB agropecuário total nacional, sendo responsáveis por 19,9% deste.

Em 2010, as cidades polos do interior apresentaram maior peso no PIB industrial nacional (21%) do que em 1991 (13,1%), ainda que este tivesse perdido participação em sua economia no período (40,2% para 35,4%). Em consequência da maior importância do setor de serviços para sua economia, a participação do setor agrícola no PIB destes municípios regrediu de 15,2% no primeiro ano deste período para 4,7% no segundo.

Os pequenos municípios aumentaram sua importância na composição do PIB agropecuário nacional neste período, pois correspondiam a 59,6% do mesmo em 1991 e passaram a representar 63,7% em 2010. No entanto, o setor perdeu relevância na sua economia local, que correspondia a 44,1% desta no primeiro ano do período e a somente 19,9% em 2010. O setor industrial apresentou crescimento, tanto na economia local, como na contribuição para a nacional, nos pequenos municípios neste mesmo intervalo de tempo, partindo de 7,5% para 13,2% da economia industrial nacional e de 21% para 23,4% na participação da economia total destas cidades.

TABELA 38: PIB MUNICIPAL SETORIAL AGREGADO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL - 2010

Tipologia municipal	PIB agropecuário		PIB industrial		PIB dos serviços	
	%	% tipol	%	% tipol	%	% tipol
Centros urbanos	0,8	0,1	21,8	18,1	39,8	81,8
Subúrbios	19,9	2,7	44,0	34,1	33,0	63,2
Polos do interior	15,7	4,7	21,0	35,4	14,3	59,9
Pequenos municípios	63,7	19,9	13,2	23,4	12,9	56,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IpeaData e Censo Demográfico 2010/IBGE.

Na temática Mercado de Trabalho da Tabela 39 pode-se observar que a proporção de ocupados na população cresceu para todos os perfis de cidade entre 1991 e 2010. Assim como em outros critérios que serão observados adiante, essa proporção específica também segue

a lógica de que quanto maior o grau de urbanização das tipologias municipais, maiores serão os resultados, sempre na seguinte sequência: centros urbanos (neste aspecto com 47,8%), subúrbios (46,5%), polos do interior (44,8%) e pequenas cidades (41,9%). A taxa de desemprego, por exemplo, é outro aspecto que segue esta lógica, com o desemprego nos centros urbanos atingindo o maior valor, 8,2% e nas pequenas cidades o menor, 6,6%. O desemprego cresceu em todas as tipologias municipais neste período.

A proporção de empregados domésticos na população regrediu nos centros urbanos e polos do interior entre 1991 e 2010, ficando no mesmo patamar dos subúrbios que, de forma similar às pequenas cidades, viu esta parcela dos empregados domésticos crescer. As pequenas cidades permaneceram apresentando a menor fração destes, 6,2%. A proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada neste período reduziu-se apenas nos centros urbanos (54,7% para 53,2%) e ficou praticamente no mesmo patamar dos subúrbios (53,6%). Essa parcela nos pequenos municípios, contudo, foi muito inferior, 27,6%. A proporção de funcionários públicos reduziu-se consideravelmente em todos os municípios, especialmente nos centros urbanos, onde foi de 17,7% em 1991 para 6,7% do total de ocupados em 2010. A proporção de empregadores também foi reduzida para praticamente metade neste período, para todos os perfis de cidade. A fração de trabalhadores para o próprio consumo foi alta nos pequenos municípios, 10,8%. Os trabalhadores por conta própria cresceram proporcionalmente apenas nos centros urbanos, de 18,1% em 1991 para 19,8% do total de ocupados em 2010.

É fato que a população brasileira vem envelhecendo com o passar dos anos. Neste aspecto, as pequenas cidades continuaram a apresentar a maior proporção de idosos entre a população das tipologias, 11,6%. Também eram estas as que concentravam a maior fração de crianças e adolescentes até 15 anos, 28,7%. Em consequência, os adultos na prin-

TABELA 39: PERFIL SOCIOECONÔMICO POR TIPOLOGIA MUNICIPAL – 1991 E 2010

Estatísticas	Tipologia	Centros Urbanos		Subúrbios		Polos do interior		Pequenos municípios	
		1991	2010	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Mercado de trabalho (posição na ocupação)	Empregados com CTPS	*	53,2	*	53,6	*	43,7	*	27,6
	Empregados sem CTPS	*	16,5	*	17,3	*	20,7	*	27,1
	Empregados	59,4	*	61,4	*	53,2	*	43,1	*
	Funcionários públicos	17,7	6,7	11,6	4,2	12,7	5,4	10,8	5,6
	Conta Própria	18,1	19,8	21,3	19,8	26,2	22,6	34,1	24,6
	Empregadores	4,4	2,4	3,5	2,0	4,5	2,3	3,3	1,4
	Não remunerados	0,4	1,2	2,3	1,3	3,4	1,6	8,6	2,9
	Próprio consumo	*	0,3	*	1,9	*	3,7	*	10,8
Mercado de Trabalho (dados gerais)	Empregados domésticos	7,6	7,1	6,8	7,2	7,6	7,1	4,9	6,2
	Empregados com CTPS	4,7	*	51,4	*	38,2	*	21,1	*
	Empregados sem CTPS	21,1	*	20,4	*	26,8	*	32,8	*
	Proporção de ocupados	40,2	47,8	38,2	46,5	37,2	44,8	35,0	41,9
	Taxa de desemprego	7,0	8,2	5,9	8,0	4,7	7,6	3,6	6,6
Faixa etária	Até 15 anos	32,6	23,2	36,1	25,4	37,8	26,4	40,6	28,7
	De 16 a 29 anos	27,2	25,5	26,4	25,1	25,7	25,2	24,6	24,5
	De 30 a 59 anos	32,7	40,4	30,9	39,4	29,2	37,6	27,0	35,3
	Com 60 anos ou mais	0,5	10,9	6,7	10,1	7,3	10,7	7,8	11,6
Propriedade de bens	Com geladeira	88,5	97,7	83,5	96,6	75,9	9,1	61,6	86,6
	Com televisão	88,0	98,1	78,9	96,8	67,6	95,0	44,9	90,1
	Com automóvel	32,3	45,0	25,3	45,3	20,1	38,4	12,0	27,8
Acesso a estrutura sanitária e elétrica	Com energia elétrica	96,5	99,9	92,7	99,6	84,4	98,7	67,6	96,7
	Com água encanada	89,2	98,47	81,2	96,7	67,7	93,3	46,3	87,6
	Com esgoto coletado	69,4	85,4	50,4	75,4	39,4	68,7	16,3	44,2
	Com lixo coletado	82,1	90,2	66,2	87,8	56,3	82,5	29,3	60,2
Violência	Taxa de homicídios	29,5	39,5	19,3	25,6	16,4	25,2	18,4	24,0
	Taxa de suicídios	4,2	4,8	9,1	10,4	5,0	5,5	13,0	15,3
Comércio exterior	Importação (em bilhões R\$)	23,51	51,9	30,4	101,2	43	21,9	1,2	6,8
	Exportações (em bilhões R\$)	12,2	24,0	25,3	85,3	10,9	66,4	4,5	26,5
Contas dos municípios	DCL (em bilhões R\$)	*	36,2	733.859	51,6	300.212	26,4	489.366	47,1
	RCL (em bilhões R\$)	*	83,4	875.249	104,8	353.143	50,7	532.519	81,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos 1970 e 1991/IBGE, Datasus e MDIC.

principal faixa etária laboral (16 a 59 anos) estavam mais concentrados nos centros urbanos (65,9% da população) e subúrbios (64,5%).

A propriedade de bens seguiu a já citada lógica do grau de urbanização da tipologia das cidades aqui apresentadas. No entanto, dois aspectos chamaram atenção, o fato de que 13,4% dos moradores das pequenas cidades ainda não possuíam geladeira para conservar

seus alimentos, ainda que este aspecto tenha evoluído muito no período (61,6% em 1991 e 86,6% em 2010); e a inversão neste intervalo de tempo da tipologia com maior proporção de automóveis dos centros urbanos para o subúrbios, expondo provavelmente a fragilidade de serviços de transporte nestas últimas.

O acesso à estrutura sanitária e elétrica seguiu a lógica do grau de urbanização das tipologias municipais. Apesar do avanço nestes aspectos entre 1991 e 2010, alguns deles ainda continuavam substancialmente precários, em especial a coleta de esgoto e lixo. Se mesmo a coleta de esgoto de 85,4% para os centros urbanos era um indicador precário, do ponto de vista das mazelas que a não coleta de 14,6% geram, é de se imaginar o quanto a situação também era precária nos demais perfis municipais, especialmente nas pequenas cidades, onde o indicador foi de apenas 44,2% em 2010. Isto sem se referir a outro aspecto igualmente importante e não coletado pelos censos demográficos, o tratamento deste esgoto. Em uma sociedade que produz cada vez mais lixo, a taxa de coleta de lixo era alarmante, seja nos centros urbanos (90,2%) ou nas pequenas cidades (60,2%).

No aspecto da violência, percebe-se que aumentou para todos os perfis de cidade entre 1991 e 2010. A taxa de homicídios de 39,5 mortes por 100 mil habitantes dos centros urbanos destacava-se como a mais alta em relação às demais tipologias em 2010. Neste aspecto as demais cidades encontravam-se no mesmo patamar neste ano. A taxa de suicídio também cresceu para todos os perfis de cidade, com destaque negativo para as pequenas, que apresentavam a mais alta taxa dentre esses em 1991, 13 mortes por 100 mil habitantes, e assim continuaram em 2010, com 15,3.

O volume do comércio exterior dos subúrbios, que era maior do que o dos centros urbanos em 1991, cresceu ainda em maiores proporções entre 1991 e 2010, apresentando, neste último ano, o dobro do volume dos centros urbanos. No entanto, a balança comercial de

ambos é deficitária. A situação dos subúrbios ainda apresentava maior equilíbrio, pois o preço de suas exportações representavam 84,3% do total de importações. Entre os centros urbanos, a proporção era de 46,2% em 2010. Os polos do interior e as pequenas cidades apresentavam superávit em sua balança comercial. O volume deste comércio com o exterior era muito maior nas cidades-polo do que nas pequenas, mas ambos os perfis apresentavam superávit superior a 200%.

As contas municipais dos municípios agregados por tipologia urbana apresentaram Receita Corrente Líquida maior do que Despesa Corrente Líquida (DCL) e resultados economicamente mais saudáveis em 2010 do que em 1991. A proporção DCL/RCL foi de 43,4% para os centros urbanos em 2010. Para as demais tipologias, onde foi possível se comparar os dois anos, 1991 e 2010, observou-se melhor situação nos polos do interior, onde o indicador foi de 83,8% em 1991 para 49,2% em 2010, seguido dos subúrbios, de 85% para 52% e das pequenas cidades de 91,9% para 57,9%.

| CAPÍTULO III

CIDADES NO INÍCIO
DO SÉCULO XXI

CIDADES NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Esta seção aborda a dinâmica dos municípios brasileiros neste início do século XXI, considerando também o comportamento de suas respectivas regiões e unidades federativas. Conforme tratado nos capítulos anteriores, o Brasil registrou diferentes padrões de desenvolvimento das cidades.

Durante o período de predominância da sociedade agrário-exportadora, baseada em produtos agrícolas como cacau, cana-de-açúcar e café, o desenvolvimento nacional teve baixa integração nacional e ficou concentrado em localidades específicas como ilhas isoladas de prosperidade. Entre 1930 e 1970, o processo de industrialização no país teve por característica a integração concentrada na região Sudeste, sobretudo em algumas cidades do estado de São Paulo, cuja capacidade de estimular o conjunto da nação se mostrou exitosa. Ou seja, o resultado final do processo de industrialização brasileiro foi positivo na articulação do mercado interno e na elevação da conexão entre as diversas regiões, especialmente se comparado à sociedade agrária que prevalecia até então.

No primeiro quartil do século XXI, a realidade brasileira aponta para a nova transição, dessa vez, da sociedade industrial para a de serviços, ao mesmo tempo em que ainda dialoga com um setor agrário produtor de commodities. O início do século também foi marcado

por dois distintos momentos no país: (i) o inclusivo, com crescimento econômico e geração de renda (período 2002-2014) e (ii) o regressivo, marcado pela recessão econômica de 2015 a 2016 e seguido por anos de ausência da vitalidade para se recuperar o nível de atividade alcançado em 2014.

Do ponto de vista da organização econômica das cidades, se observa no primeiro quartil do século XXI a ausência de um projeto nacional unificador do país, pelo contrário o cenário é de fragmentação, desconexão entre territórios e muitas vezes marcada por uma visão concorrencial evidenciada pela guerra fiscal entre localidades. São percebidos três movimentos: ascensão dos serviços, desindustrialização e aumento da produção de commodities. A característica é de um arquipélago de ilhas de desenvolvimento, o qual a ascensão do setor de serviços, que passa a representar mais de 70% do PIB nacional, beneficia cidades específicas. Por outro lado, a desindustrialização teve maior impacto nos municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo – justamente as áreas mais industrializadas. Outro aspecto foi à ascensão dos municípios produtores de commodities beneficiados pelo ciclo de valorização das exportações desse segmento principalmente pelo “efeito China” como principal país demandante.

RESGATE HISTÓRICO

Não se pode deixar de analisar a trajetória da econômica brasileira sem pensar em aspectos referente a transição da sociedade agrária exportadora para a sociedade urbana e industrial vivenciada entre 1930 e 1970. A composição da realidade econômica brasileira do século XXI também assiste a uma transição, dessa vez, para uma sociedade baseada nos serviços, ao mesmo tempo em que ainda dialoga com um setor agrário preocupado com a produção de commodities para o mercado externo.

O Brasil do fim do século 21 era uma sociedade agrário-exportadora de produtos agrícolas como cacau, cana-de-açúcar e café. Nos anos iniciais do século 20, a cultura do café era o principal motor na econômica brasileira, tendo como destaque os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1920, o Brasil chegou a representar 70% do mercado mundial de produção de café. Basicamente, o país exportava produtos agrícolas e importava produtos industrializados para o consumo interno. Com a crise de 1929, provocada pelo choque da bolsa de Bolsa York, a demanda pelo café brasileiro caiu drasticamente e o país esforçou-se em produzir bens manufaturados para atender a demanda interna. Assim, a partir de 1930 inaugurou-se o modelo de substituição das importações, dando início ao processo de industrialização e urbanização brasileiro.

Do ponto de vista da evolução do PIB, o período 1930-1970 teve como característica a integração do país em torno do modelo de substituição das importações a partir da crise de 1929. As investidas do Estado brasileiro circularam em torno de políticas desenvolvimentistas voltadas para a industrialização, estruturação do mercado de trabalho formal e urbanização. Nesse período, o padrão de acumulação passou a ser pautado pelo mercado interno com expansão da demanda. Do ponto de vista regional, o processo de industrialização se concentrou no estado de São Paulo, que apesar de centralizador foi capaz de estimular a produção periférica nacional, especialmente à do setor agropecuário e da produção de matérias primas industrializadas.

Conforme apontou a seguir, este processo de industrialização contou com forte peso do Estado¹:

[...] seja incentivando os empresários nacionais e estrangeiros, seja como produtor direto, ou ainda orientando os recursos produtivos da nação.

1. GUERRA, A.; CAZZUNI, D.; COELHO, R. *Atlas da Exclusão Social de Osasco: Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*. São Paulo: DIEESE & SDTI/PMO, 2007.

Este caminho se inicia no primeiro governo Vargas (1930-1945), se aprofunda com o Plano de Metas do governo JK (1956-1960) e continua durante o período da ditadura militar (1964-1985). O canto do cisne do Estado desenvolvimentista brasileiro foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que terminou a tarefa de implantar no Brasil todos os setores industriais característicos da Segunda Revolução Industrial. No final dos anos 70, o Brasil dispunha de siderúrgicas, petroquímicas, empresas de eletricidade, de bens de capital, fábricas de automóveis, enfim, todo conjunto de indústrias que os países centrais dominavam desde o final do século XIX. (GUERRA, A.; CAZZUNI, D.; COELHO, R., 2007, p. 29.)

Sobre a distribuição regional notou-se que o processo de industrialização se deu de forma bastante concentrada da região Sudeste do país, especialmente na cidade de São Paulo. Na década de 1970, a participação da região Sudeste no valor adicionado da indústria circulava em torno de 79% do total produzido no país. Em 1970, quando ocorreu no auge da concentração industrial no país, a cidade de São Paulo detinha quase 60% da produção da indústria de transformação do país. Apesar do processo de desenvolvimento do capitalismo nacional ter se mostrado concentrador e centralizador do capital e da força de trabalho no estado de São Paulo, isso não pode ser traduzido como desestímulo para produção de bens e serviços nas regiões periféricas².

A concentração da industrialização em São Paulo, entre 1930 e 1970, não gerou estagnação ou recessão para as regiões periféricas do país. Ao contrário, sua tese aponta que a elevação da participação de São Paulo no PIB nacional se deu de forma simultânea ao crescimento da periferia nacional, uma vez que as regiões periféricas também apresentaram taxas positivas de crescimento do PIB. Desta maneira, São

2. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Ed. Global/Ed. UNICAMP, 1985.

Paulo liderava o processo de acumulação brasileiro, mas ao mesmo tempo em que centralizava a produção nacional, também estimulava a produção periférica nacional, especialmente a do setor agropecuário e da produção de matérias primas industrializadas³.

O processo de industrialização gerou vários efeitos de inibição e de estímulo para economia nacional, mas aponta que o resultado final foi positivo por ter gerado integração do mercado interno e elevação da articulação entre as diversas regiões brasileiras – especialmente se comparado ao período anterior a 1930, caracterizado pelo modelo primário exportador centralizado apenas em poucas cidades do país⁴.

Sendo assim, o padrão de acumulação desenvolvimentista conseguiu gerar ligações entre o centro e as economias regionais, bem como integrar o território, apesar das grandes disparidades mencionadas. No período abordado, percebeu-se crescimento econômico e diversificação da base produtiva da periferia que passou a ser complementar à indústria de São Paulo. O padrão de acumulação passou a ser pautado pelo mercado interno com expansão da demanda, ao mesmo tempo em que gerou desigualdade de renda⁵.

Por outro lado, os aspectos positivos mencionados na área econômica e do trabalho não se refletiram em uma sociedade mais justa para o conjunto da população brasileira. Ao mesmo tempo em que o Brasil foi um dos países que mais cresceu no cenário mundial, também esteve entre os países com maior desigualdade social, não conseguindo repartir adequadamente a acumulação de suas riquezas. Entre outros aspectos, o período de industrialização brasileiro passou em grande parte por regimes autoritários, comprometendo a luta dos trabalhadores por ampliação de direitos e elevação dos salários. Os governantes da

3° Idem.

4° Ibidem.

5. MIOTO, B., ARUTO, P., MACEDO, F. *Padrões de crescimento e integração da economia regional brasileira no século XX e início do XXI*. Revista NECAT, ano 3, nº 6, jul-dez de 2014.

ditadura militar utilizavam os salários como mecanismo de contenção da inflação, arrojando os rendimentos dos trabalhadores para conter o processo inflacionário instalado. Outro motivo importante que contribuiu para tal situação foi à falta das reformas civilizatórias do capitalismo, tais como a reforma agrária e a reforma tributária⁶.

Os anos 1980 ficaram conhecidos como a década perdida em virtude do fraco desempenho econômico frente aos resultados obtidos no decênio anterior, especialmente pela lembrança do Milagre Econômico (1968-1973) e do estímulo à industrialização pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Em suma, os anos 1980 foram marcados pela estagnação econômica, pela crise da dívida externa e pelos elevados índices de inflação, apontando o fim do modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro.

Entretanto, apesar do baixo desempenho econômico, o período teve sua importância pelo fim do governo autoritário promovido pela ditadura militar e pela convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte e pela promulgação da Constituição Cidadã, de 1988. A Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos dos cidadãos, permitiu o financiamento de políticas públicas e também estabeleceu um novo pacto federativo que assegurou aos municípios o status de entes federativos.

A descentralização da Constituição de 1988 foi estruturada por três diferentes entes federativos, que se organizam em diferentes níveis de poder, pertencendo à soberania nacional exclusivamente à União; e, aos Estados e Municípios, a autonomia: financeira, organizacional e política. Como veremos mais adiante, a Constituição reduziu a predominância do governo federal no centro do poder, como foi característico no período 1930-70, e passou a dividir o poder com estados e municípios no período pós-constituinte de 1988.

6. GUERRA, A.; CAZZUNI, D.; COELHO, R. *Atlas da Exclusão Social de Osasco: Alternativas de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão*. São Paulo: DIEESE & SDTI/PMO, 2007.

Os bons ventos em prol da cidadania trouxeram a transição da ditadura para a democracia, porém não se traduziram em melhor desempenho econômico na década seguinte. A década de 1990 foi marcada pela adoção de políticas neoliberais, que submeteu a economia à globalização e reduziu o papel do Estado como indutor do processo produtivo. As diretrizes que guiaram o período foram às privatizações, a abertura econômica e a desregulamentação financeira e produtiva, cujo pressuposto era redução do papel do Estado.

Os anos 1990 marcados pelas gestões dos Fernandos na presidência da república, Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram de baixo crescimento econômico, financeirização da economia, seguido de uma abertura econômica do país para o mercado externo de maneira desordenada, ocasionando no fechamento de parcela significativa de empresas nacionais. O modelo exportador se tornou sucessíveis aos desequilíbrios causados pela economia mundial. A estabilidade econômica promovida pela contenção da inflação no Plano Real foi um aspecto positivo ofuscado pela desestruturação do mercado de trabalho, com quebra do ciclo de formalização do emprego, aumento da informalidade e precariedade da ocupação laboral, bem como elevação da população em situação de pobreza.

Do ponto de vista regional não houve a existência de um projeto nacional unificador e se observou dois movimentos: desindustrialização e aumento da produção de commodities. A desindustrialização foi consequência da abertura econômica descontrolada e teve maior impacto nos municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo – justamente as áreas mais industrializadas. Outro movimento foi à ascensão dos municípios produtores de commodities beneficiados pelo ciclo de valorização das exportações desse segmento principalmente pelo “efeito China” como principal país demandante. Para Pacheco (1996), o comportamento econômico regional do país foi caracterizado por fragmentação, ao mesmo tempo em que desconcentrou a pro-

dução, o faz com “especialização regressiva”, desvalorização da força de trabalho e uma “integração competitiva”. Segundo Pacheco (1996), esse processo gerou fragmentação com ilhas de desenvolvimento⁷.

O século XXI inicia-se com um processo de desindustrialização, partindo para uma transição para uma sociedade baseada nos serviços (que passa a representar mais de 70% do PIB nacional), sem abandonar a agronegócio voltado para a exportação em localidades específicas do país. Do ponto de vista regional, observou-se no primeiro quartel do século XXI um ritmo precoce da desindustrialização nacional que afetou, especialmente, o estado de São Paulo, centro da produção nacional. Por outro lado, nas regiões Norte e Nordeste percebeu-se um crescimento econômico acima da média nacional, induzido principalmente por fatores da política macroeconômica do governo federal durante as gestões petistas, algumas vezes acompanhados por um ingresso antecipado na sociedade de serviços, sem antes ter passado por uma sociedade urbana-industrial. Na região Centro-Oeste destaca-se o desempenho do setor agropecuário favorecido pelo ciclo de valorização das exportações de commodities para China e outros países demandantes.

Como veremos adiante, no primeiro quartil do século XXI também foi marcado por dois momentos, sendo o primeiro deles caracterizado por crescimento econômico e geração de renda vivenciada entre 2002-2014, enquanto que o segundo deles foi de recessão econômica ocorrida entre 2015 e 2016. Em 2017, houve um pífio crescimento do PIB, insuficiente para se chegar ao valor real antes do período de recessão econômica.

Do ponto de vista político, o século inicia-se com o fim da trajetória neoliberal do governo FHC em 2002, abrindo espaço para os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e de Dilma

7. PACHECO, C.A. *A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

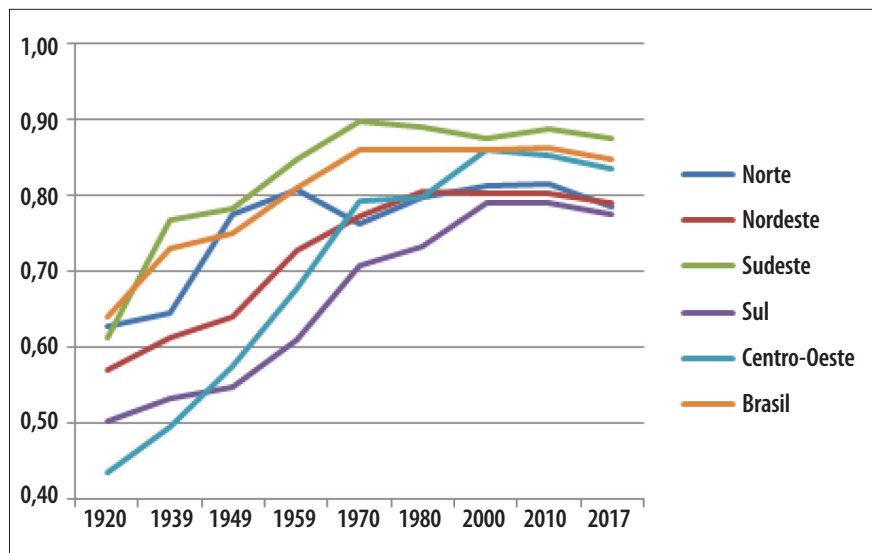
Rousseff (2011-agosto/2016) implementarem políticas desenvolvimentistas e sociais fomentadas pelo Estado. Posteriormente a esse momento, o país passou por um momento de instabilidade política, com o afastamento da presidenta Dilma por meio de um processo de impeachment - momento que ficou conhecido pela literatura progressista como “golpe de Estado” associado a fragilidade da democracia nacional. O impeachment abriu caminho para o retorno dos ideais liberais com a posse de Michel Temer (setembro/2016-2018) e de Jair Bolsonaro (a partir de 2019) na presidência da república.

Em uma análise de longo prazo da economia brasileira, observamos dois movimentos distintos no que se refere à integração e concentração dos municípios ao processo de geração de riquezas nacionais entre 1920 e 2017. O primeiro movimento seguiu uma tendência de concentração da produção de bens e serviços em um conjunto reduzido de municípios do país, resultado do processo de industrialização concentrado no estado de São Paulo. O processo de concentração gerou uma elevação do índice de Gini do PIB (que varia de zero a um, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade) de 0,64 para 0,86 entre 1920 e 1970 (IPEA, 2008). Após a década de 1970, o país estabilizou o processo de concentração na geração de riquezas nas cidades do país. Esse segundo movimento praticamente estagnou o índice de Gini do PIB dos municípios brasileiros em torno de 0,86, entre 1970 e 2017.

Sob o aspecto regional percebem-se algumas diferenças ao analisar as duas trajetórias do índice de Gini. Entre 1920 e 1970, a variação dos PIBs municipais passou de 0,61 para 0,90 na região Sudeste, de 0,43, para 0,79 no Centro-Oeste, de 0,50 para 0,71 no Sul, de 0,57 para 0,77 no Nordeste, e de 0,63 para 0,76 no Norte. Ou seja, a maior concentração foi nos municípios do Sudeste, no auge do processo de industrialização brasileiro⁸.

8. IPEA. *Desigualdade de Renda no Território Brasileiro*. Brasília: IPEA, Comunicado nº 60, agosto de 2008.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE DO PIB MUNICIPAL (COEFICIENTE DE GINI). BRASIL E REGIÕES BRASILEIRAS, 1920-2017

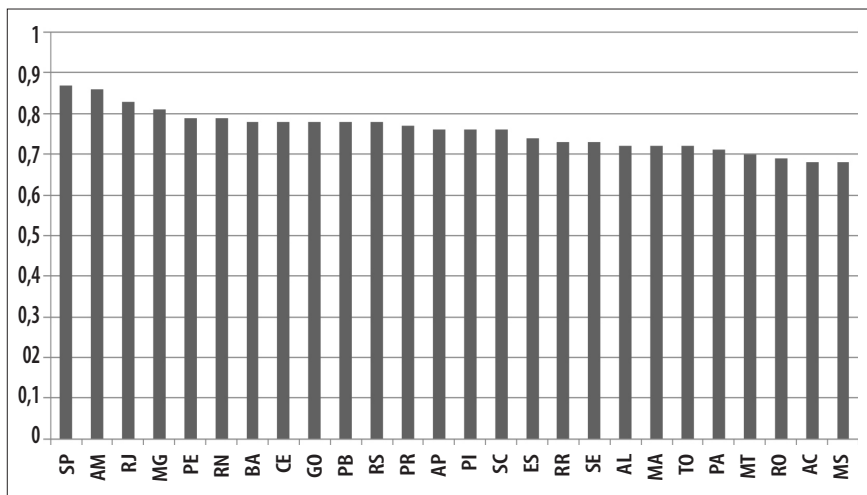


Fonte: IpeaData e IBGE, 1920-2017

Entre 1970 e 2017, o Sudeste, detentor do maior índice de Gini, foi a única região brasileira a passar por leve redução do grau de concentração dos PIBs municipais, que passou de 0,90 para 0,88 no período. As demais regiões passaram por uma elevação da concentração do PIB municipal: Centro-Oeste (de 0,79, para 0,84), Sul (de 0,71 para 0,77), Nordeste (de 0,77 para 0,79) e Norte (de 0,76 para 0,78). As regiões Sul e Norte foram as que apresentaram menor grau de concentração dos PIBs municipais em 2017.

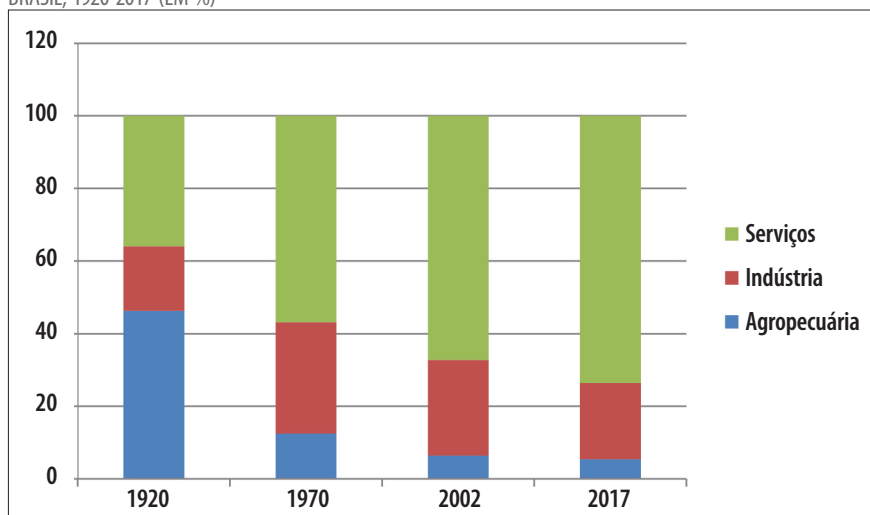
O gráfico a seguir ilustra a fotografia mais recente do grau de concentração de riquezas dos municípios brasileiros em suas respectivas unidades federativas. Em 2017, as unidades federativas de São Paulo e Amazonas foram as que exibiram coeficiente de gini acima da média nacional, indicando que poucas cidades concentravam a grande parte das riquezas geradas, no caso Manaus (AM), pela zona franca, e São Paulo (SP) por ser o polo produtivo do país.

GRÁFICO 2: COEFICIENTE DE GINI DO PIB MUNICIPAL. UNIDADES FEDERATIVAS, 2017



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2017

GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO DO PIB SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA. BRASIL, 1920-2017 (EM %)



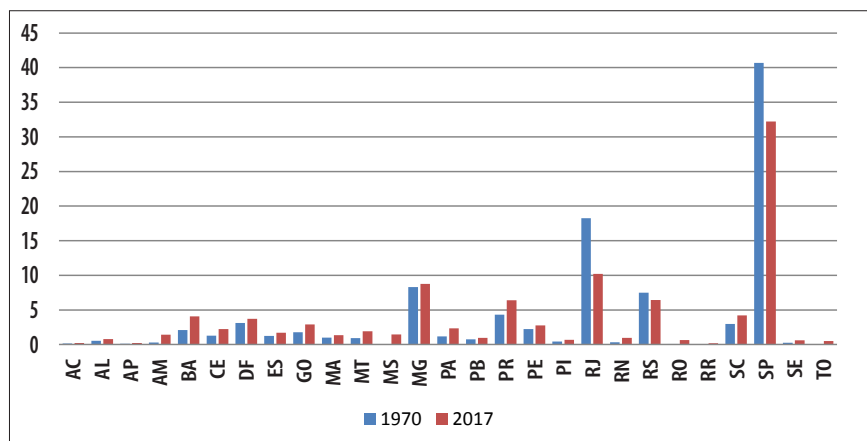
Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 1920-2017

Em 1920, ainda quando o país era uma sociedade agrária, com a economia centrada na produção de café para exportação, a partici-

pação do valor adicionado da agricultura era a quase metade do PIB brasileiro, correspondente a 46,3%. Os municípios de Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Salvador (BA) representavam quase um quarto do PIB brasileiro.

A passagem para uma sociedade urbana-industrial fez com que a participação da agricultura no PIB caísse de 46,3% para 13% em 1970. Enquanto isso, a participação da indústria passou de 17,7% para 31% do PIB. Conforme abordamos anteriormente, o estado de São Paulo e mais especificamente a cidade de São Paulo foram o polo concentrador da produção industrial do país. Em 1970, as cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e São Bernardo do Campo (SP) possuíam 40% do PIB do país.

GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES FEDERATIVAS NO PIB NACIONAL. UFS, 1970 E 2017



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 1920-2017

Após o auge da industrialização em 1970, observou-se queda gradual da participação da indústria, que passou de 31% do valor adicionado, em 1970, para 21%, em 2017. Por outro lado, o setor de serviços aumentou seu peso no PIB e passou a representar nada

menos que 73,5% do total do PIB dos municípios em 2017. Ou seja, o país passou por um processo de desindustrialização e transitou para uma sociedade baseada nos serviços. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Porto Alegre, Manaus, Salvador e Fortaleza eram as cidades detentoras dos dez maiores PIBs municipais do país e representavam quase um terço das riquezas geradas – todas elas com forte base na prestação de serviços.

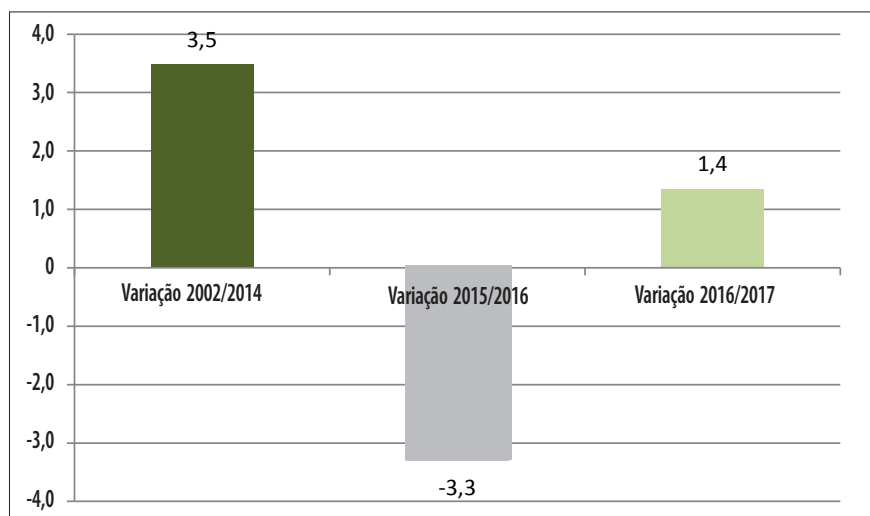
DESEMPENHO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Uma vez feitos alguns apontamentos sobre o comportamento panorâmico da economia nacional e regional entre 1920 e 2017 na seção anterior, optou-se em concentrar o esforço analítico mais detalhado do desempenho do PIB no período recente.

A respeito da ordenação econômica dos municípios, se observa no primeiro quartil do século XXI a ausência de um projeto de desenvolvimento que unifique o país, ao em vez disso verificou-se panorama marcado por fragmentação e desconexão entre localidade, além da concorrência por meio de guerra fiscal entre municípios. São percebidos três aspectos: ascensão dos serviços, desindustrialização e aumento da produção de commodities. Desta maneira, a organização das cidades lembra um arquipélago de ilhas de desenvolvimento, o qual a ascensão do setor de serviços alcança mais de 70% do PIB brasileiro e beneficia cidades específicas. Por sua vez, a desindustrialização teve maior impacto nos municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo – justamente as áreas mais industrializadas. Outra questão foi à ascensão dos municípios produtores de commodities beneficiados pelo ciclo de valorização das exportações, beneficiando, entre outras localidades, parcela significativa do Centro-Oeste.

Ao analisar o comportamento econômico do primeiro quartil do século XXI também se observam dois movimentos distintos: crescimento econômico (2002-2014) e recessão (2015-2016). No período entre 2002 e 2014, o PIB brasileiro obteve um crescimento médio real⁹ de 3,5% ao ano. Em valores nominais, o PIB do Brasil passou de R\$ 1,5 trilhão para R\$ 5,8 trilhões em igual período. Já entre 2015 e 2016 houve queda significativa do PIB nacional, correspondente a -3,3%, sendo o valor nominal do PIB equivalente a R\$ 6,3 trilhões. Entre 2017 houve um aumento de 1,4% do PIB em relação ao ano anterior, porém não suficiente para se chegar ao valor real antes do período de recessão econômica.

GRÁFICO 5: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REAL. BRASIL, 2002-2017



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2017

O período 2002-2014 apresentou-se com crescimento econômico, geração de empregos e avanços sociais fomentados pelo governo federal e em diferente medida pelos demais entes federativos. Neste

9. Para obter o PIB em valores reais utilizou-se o deflator implícito do PIB divulgado pelo IBGE/Sistema de Contas Regionais.

período, ainda permanece a ausência de um projeto nacional que unificasse o país, como foi o caso da industrialização do período 1930-70, mesmo assim observaram-se pequenas alterações no movimento regional. Apesar de não ter ocorrido uma mudança na configuração do processo de desenvolvimento do país, os dados do IBGE apontam algum aumento do PIB em regiões que historicamente haviam ficado à margem do desenvolvimento econômico do país, tais como as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste - que obtiveram crescimento do PIB acima da média nacional.

Ao centrar nosso olhar ainda no período de 2002-2014 observa-se crescimento em todas as regiões do país. Nesse intervalo de tempo houve avanço da taxa de crescimento do PIB acima da média nas regiões Norte (variação do PIB de 4,9% ao ano), Centro-Oeste (4,6% ao ano) e Nordeste (3,9% ao ano), enquanto as regiões Sul (3,0% ao ano) e Sudeste (3,2% ao ano) apresentaram variação abaixo da média brasileira.

Entre 2002 e 2017, no que se refere agora à participação no PIB notou-se leve aumento do peso de todas as grandes regiões do país, exceto o Sudeste. A região Sudeste viu seu peso no PIB nacional cair de 57,4% para 54,9% em igual período.

No período 2002-2014, o crescimento da região Centro-Oeste já havia se desenhado desde os anos 1990 e se deu principalmente pelo setor agropecuário, beneficiado pelas exportações de commodities. Já o crescimento do PIB das regiões Norte e Nordeste acima da média nacional pode ser explicado pelo baixo desempenho e desindustrialização do Sudeste, mas também por fatores da política macroeconômica do governo federal, como a política de valorização do salário mínimo, ações de bancos públicos (BNDES, CAIXA, Banco do Brasil e Banco Nordeste) e investimentos públicos em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Previdência

Social.- neste caso as regiões Norte e Nordeste eram as mais carentes e por isso foram beneficiadas em maior grau por essas iniciativas.

Na região Norte merece destaque o estado de Tocantins pelo dinamismo da agropecuária e dos serviços, bem como Roraima, também pelas atividades do setor de serviços. Na região Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso obteve crescimento elevado, principalmente pela atividade agropecuária centrada no cultivo da soja. No Nordeste, o protagonismo se deu principalmente por conta das unidades federativas do Piauí e Maranhão, com crescimento médio do PIB de 4% e 3,7% ao ano, respectivamente.

Ao mesmo tempo em que estados de menor participação na economia nacional obtiveram elevação real do PIB entre 2002 e 2014, as regiões Sul e Sudeste, que representam mais de 70% das riquezas geradas no país, apresentaram ritmo de crescimento inferior à média nacional, em grande medida pelo baixo desempenho do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Isso pode ser explicado da seguinte maneira:

No Rio de Janeiro, o crescimento em volume em indústrias extrativas, atividade-chave para sua economia, devido à extração de petróleo e gás, foi inferior à média. Além disso, nas indústrias de transformação a variação média ao longo da série foi negativa no Rio de Janeiro; o mesmo ocorreu no Rio Grande do Sul” (IBGE, 2018, p. 5)¹⁰. Por outro lado, observou-se movimento distinto no período 2015-2016, caracterizado pela recessão econômica, desestruturação do mercado de trabalho e instabilidade política. O impacto da recessão ocorreu em parcela significativa dos municípios, afetando principalmente as regiões Norte e Nordeste, que assistiram uma inversão do contexto de crescimento econômico que haviam vivido desde o início dos anos 2000. Em 2017, último dado divulgado pelo IBGE, apenas três unidades da federação haviam recuperado o patamar que havia sido perdido durante a recessão econômica de 2015-2016.

10. IBGE. Produto Interno dos Municípios, 2016. IBGE, *Contas Nacionais* nº 64, 2018.

TABELA 1: VARIAÇÃO DO PIB REAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS. BRASIL, 2002-2017

Brasil, Regiões e UF	Variação média do PIB real (ao ano) %			Participação do PIB %				
	VAR 2002/2014	VAR 2015/2016	VAR 2016/2017	2002	2014	2015	2016	2017
Brasil	3,5	-3,3	1,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,9	-4,6	3,8	4,7	5,3	5,3	5,4	5,6
Rondônia	5,3	-4,2	5,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7
Acre	5,2	-2,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	4,9	-6,8	5,2	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4
Roraima	5,0	0,2	2,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	4,4	-4,0	3,2	1,8	2,2	2,2	2,2	2,4
Amapá	5,3	-4,9	1,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	6,5	-4,1	3,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Nordeste	3,9	-4,6	1,7	13,1	13,9	14,2	14,3	14,5
Maranhão	5,2	-5,6	5,4	1,1	1,3	1,3	1,4	1,4
Piauí	5,3	-6,3	7,8	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	4,1	-4,1	1,5	1,9	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	3,0	-4,0	0,5	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0
Paraíba	4,6	-3,1	0,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	3,6	-2,9	2,1	2,4	2,7	2,6	2,7	2,8
Alagoas	3,4	-1,4	3,4	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8
Sergipe	3,7	-5,2	-1,1	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	3,6	-6,2	0,0	4,0	3,9	4,1	4,1	4,1
Sudeste	3,2	-3,3	0,2	57,4	54,9	54,0	53,2	52,9
Minas Gerais	3,0	-2,0	1,7	8,3	8,9	8,7	8,7	8,8
Espírito Santo	4,3	-5,3	0,5	1,8	2,2	2,0	1,7	1,7
Rio de Janeiro	2,5	-4,4	-1,5	12,4	11,6	11,0	10,2	10,2
São Paulo	3,4	-3,1	0,3	34,9	32,2	32,4	32,5	32,2
-Sul	3,0	-2,4	2,4	16,2	16,4	16,8	17,0	17,0
Paraná	3,3	-2,6	2,0	5,9	6,0	6,3	6,4	6,4
Santa Catarina	3,2	-2,0	4,0	3,7	4,2	4,2	4,1	4,2
Rio Grande do Sul	2,7	-2,4	1,8	6,6	6,2	6,4	6,5	6,4

continua

Centro-Oeste	4,6	-2,6	3,9	8,6	9,4	9,7	10,1	10,0
Mato Grosso do Sul	4,6	-2,7	4,9	1,1	1,4	1,4	1,5	1,5
Mato Grosso	6,2	-6,3	12,2	1,3	1,8	1,8	2,0	1,9
Goiás	4,5	-3,5	2,4	2,6	2,9	2,9	2,9	2,9
Distrito Federal	3,9	0,0	0,3	3,6	3,4	3,6	3,8	3,7

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2017.

Ao concentrar nossa atenção apenas no período de recessão econômica nota-se uma queda de -3,3% do PIB nacional entre 2015 e 2016. Segundo o IBGE (2018), em termos regionais, todas as regiões apresentaram variações negativas do PIB real. Ao analisar as unidades federativas se verificou que apenas Roraima apresentou uma leve variação positiva (0,2%) e o Distrito Federal estagnado (0,0%). Ademais, dez estados apresentaram variações negativas superiores à média brasileira (-3,3%) e outras 15 variações negativas inferiores à média. Os resultados de Roraima e do Distrito Federal foram fortemente influenciados pelos serviços de administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social - estas atividades representaram quase 50% do valor adicionado bruto total dessas localidades¹¹.

De acordo com IBGE (2018), todas as atividades contribuíram com variações em volume negativo entre 2015 e 2016: agropecuária com -5,2%, indústria e serviços com -4,6% e -2,3%, respectivamente. Na agropecuária todas as atividades registraram queda em volume, tendo no resultado de -7,7% da agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita, a maior contribuição. O ano de 2016 foi marcado por problemas climáticos que afetaram as principais regiões produtoras de grãos do país. As atividades industriais apresentaram retração em volume, com exceção da atividade eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação,

11. IBGE. Produto Interno dos Municípios, 2016. IBGE, *Contas Nacionais* nº 64, 2018.

que cresceu 6,5% em função do aumento da geração hidrelétrica em detrimento da geração termelétrica, refletindo na queda em volume do consumo intermediário da atividade, o que explica o aumento em volume do valor adicionado bruto. Nos serviços, com exceção dos serviços da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (0,3%), atividades imobiliárias (0,2%), educação e saúde privadas (0,1%) e serviços domésticos (2,0%), todos os demais segmentos registraram diminuição do PIB em 2016¹².

Em termos regionais, todas as regiões reduziram o PIB em 2016 e apenas o estado de Roraima apresentou leve variação positiva (0,2%) e o Distrito Federal estabilidade (0,0%). Conforme apresentado na tabela a seguir, 10 estados apresentaram variações negativas superiores à média brasileira (-3,3%) e outras 15 variações negativas inferiores à média. Em 2015, apesar de nenhum estado ter apresentado variação positiva, apenas nove tiveram variação em volume do PIB superior à média nacional de -3,5%¹³.

Após dois anos consecutivos de queda, o PIB do Brasil cresceu 1,3% em 2017 na comparação com o ano anterior. Apenas três unidades federativas terminaram 2017 com o PIB acima do nível pré-crise obtido em 2014. Os estados foram: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima – com crescimento do PIB real, entre 2016 e 2017, de 12,6%, 4,9% e 2,5%, respectivamente.

Na comparação de 2017 em relação ao ano anterior, entre os setores, a agropecuária cresceu 14,2%, enquanto a indústria recuou 0,5% e os serviços cresceram 0,8%. Segundo IBGE, dentre as 18 Unidades da Federação com variação em volume do PIB superior à do Brasil, em dez estados o desempenho da agropecuária foi decisivo para o saldo, que em 2016 foi afetada por condições climáticas adversas.

12 Idem.

13 Ibidem.

Assim, os quatro maiores resultados em volume, Mato Grosso, Piauí, Rondônia e Maranhão, tiveram as maiores influências no desempenho da agropecuária, sobretudo nos cultivos de milho, algodão e soja, e na produção de leite em Rondônia. Apenas Mato Grosso e Rondônia apresentaram crescimento em volume na indústria (2,0% e 8,1%, respectivamente), muito influenciado pelo aumento de produção de energia elétrica das usinas Teles Pires em Mato Grosso e Santo Antônio e Jirau em Rondônia. Dentre as Unidades da Federação, apenas três apresentaram variações negativas em volume, em 2017: Rio de Janeiro (-1,6%), Sergipe (-1,1%) e Paraíba (-0,1%)¹⁴.

SITUAÇÃO MUNICIPAL

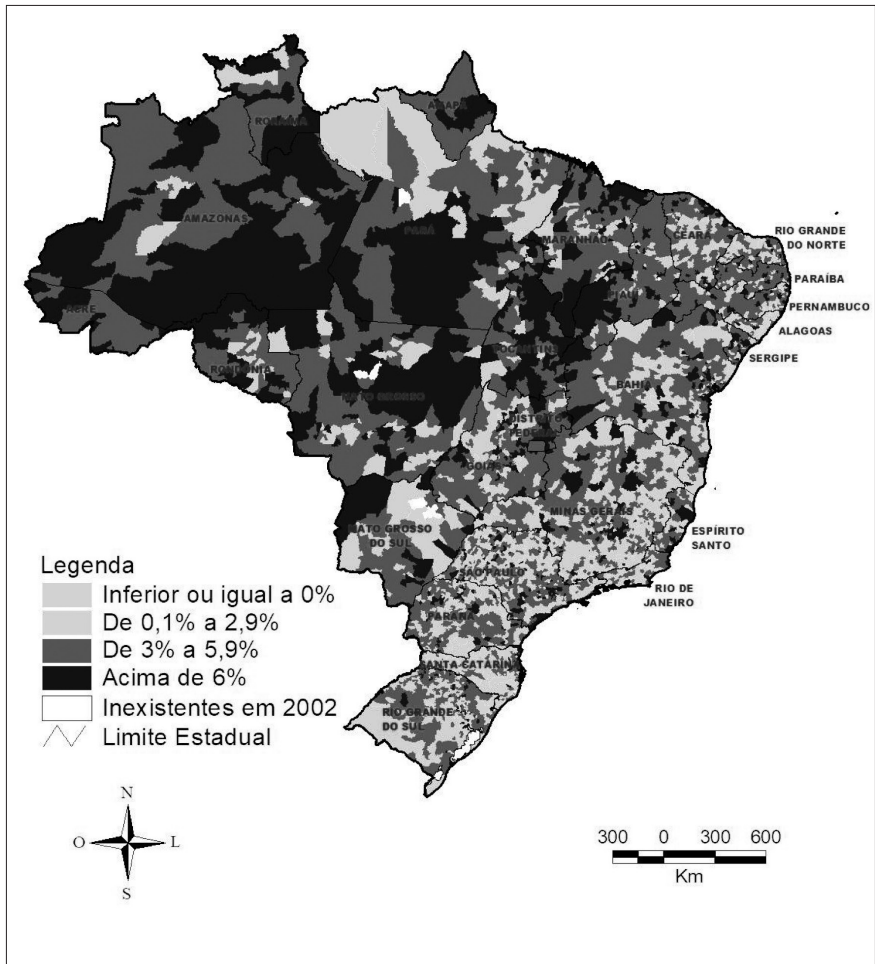
Para analisar a evolução da geração de riquezas nos municípios brasileiros optou-se em dividir a evolução do PIB segundo níveis variação média anual do PIB Real no período de crescimento e também de recessão. Assim, os municípios foram agrupados em cinco categorias: inferior ou igual a 0%, de 0,1% a 2,9%; de 3% a 5,9%; e acima de 6%.

A comparação entre o período de crescimento (2002-2014) e o período recessivo (2015-2016) possibilita averiguar diferenças neste primeiro quartil do século XXI. O período 2002-2014 concentrou o crescimento do PIB em municípios e regiões onde historicamente há menor desenvolvimento econômico e social, o interior do país, algo importante sob vários aspectos, sejam eles a diversidade da economia, o impacto econômico positivo em regiões mais carentes e consequentes pré-condições para redução de desigualdades ou a consolidação de novos polos econômicos nacionais. Os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Piauí, Roraima, Paraíba, Maranhão, Mato Grosso, Sergipe, Rondônia, Ceará contaram com 70% ou mais de seus municípios com crescimento médio do PIB real acima de 3% ao ano.

14. IBGE. Produto Interno dos Municípios, 2017. IBGE, *Contas Nacionais* nº 69, 2019.

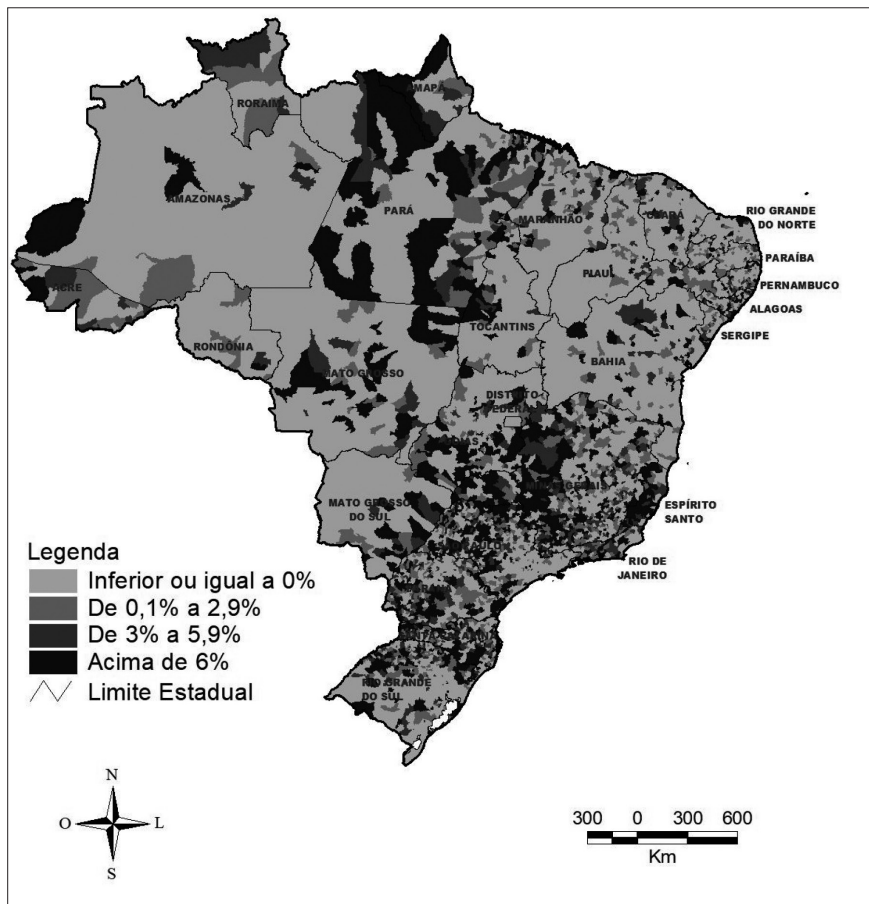
O forte impacto da recessão no país como um todo é facilmente perceptível no entre 2015 e 2016. As unidades federativas que apresentaram proporções de municípios com PIB negativo bem superior à média foram Rondônia, Amazonas, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Tocantins – todas contaram com mais de 70% de seus municípios com variação do PIB negativa.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO VARIAÇÃO DO PIB REAL
BRASIL 2002-2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO VARIAÇÃO DO PIB REAL
BRASIL 2015-2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Explorando um pouco mais a questão, no período 2002-2014, ao distribuir os municípios segundo padrões de evolução do PIB se observou diferenças regionais. Ao focalizar o olhar nos municípios que tiveram maiores níveis de crescimento médio anual, notou-se a partir da tabela a seguir que 13,8% dos municípios brasileiros (766 municípios) apresentaram crescimento superior a 6% entre 2002 e 2014. Pelo menos 37% dos municípios localizados na região Norte se

enquadraram na faixa acima de 6% de crescimento do PIB. Em seguida, as regiões Centro-Oeste e Nordeste se destacaram por terem 23,5% e 13,2% dos seus municípios com crescimento maior que 6% do PIB, respectivamente. As regiões Sudeste e Sul, apesar de possuírem maior participação no PIB brasileiro, obtiveram menos de 10% de seus municípios com crescimento acima de 6% no período 2002-2014.

TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO REGIÕES E FAIXAS DE VARIAÇÃO DO PIB REAL. MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2002-2014

Regiões	Inferior ou igual a 0%		De 0,1% a 2,9%		De 3% a 5,9%		Acima de 6%		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro-Oeste	19	4,1	127	27,4	208	44,9	109	23,5	463	100,0
Nordeste	94	5,2	467	26,1	995	55,5	236	13,2	1792	100,0
Norte	9	2,0	67	14,9	207	46,1	166	37,0	449	100,0
Sudeste	164	9,8	768	46,0	565	33,9	171	10,3	1668	100,0
Sul	122	10,3	501	42,2	481	40,5	84	7,1	1188	100,0
Brasil	408	7,3	1930	34,7	2456	44,2	766	13,8	5560	100,0

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2014.

Os dois anos de crise econômica alteraram drasticamente o ciclo de crescimento do período anterior. No Brasil, a quantidade de cidades teve variação do PIB negativa ou estagnada correspondeu 55,2% (3.072 municípios) em 2015-2016, contra apenas 7,3% (408 municípios) do período 2002-2014. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste tiveram mais de 60% de seus municípios nessa situação. Por outro lado, as cidades das regiões Sul e Sudeste foram afetadas em menor grau pela recessão.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO REGIÕES E FAIXAS DE VARIAÇÃO DO PIB REAL. BRASIL, 2015-2016

Regiões	Inferior ou igual a 0%		De 0,1% a 2,9%		De 3% a 5,9%		Acima de 6%		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Centro-Oeste	303	64,9%	40	8,6%	24	5,1%	100	21,4%	467	100%
Nordeste	1264	70,5%	242	13,5%	132	7,4%	156	8,7%	1794	100%
Norte	276	61,3%	66	14,7%	39	8,7%	69	15,3%	450	100%
Sudeste	681	40,8%	258	15,5%	196	11,8%	533	32,0%	1668	100%
Sul	548	46,0%	198	16,6%	161	13,5%	284	23,8%	1191	100%
Brasil	3072	55,2%	804	14,4%	552	9,9%	1142	20,5%	5570	100%

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2015-2016.

Após o período de recessão econômica, o PIB brasileiro subiu 1,3% em 2017 em relação a 2016. Menos da metade dos municípios do país (2.843 cidades) alcançaram em 2017 o PIB real acima do nível pré-crise obtido em 2014. O Centro-Oeste foi à região com maior percentual de municípios que conseguiram se recuperar após crise de 2015 e 2016, com 61% de seus municípios (285 cidades) nessa situação.

A região Sudeste teve 50,3% dos municípios (839 cidades) que alcançaram o mesmo patamar do PIB que tinham no ano de 2014. Os municípios pertencentes às regiões Nordeste, Norte e Sul tiveram grande dificuldade de se recuperar da recessão, com menos da metade de seus municípios atingindo o mesmo patamar do PIB exibido no momento pré-crise.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS SEGUNDO SITUAÇÃO DO PIB DE 2017 EM RELAÇÃO AO PERÍODO PRÉ-CRISE. BRASIL E REGIÕES, 2017

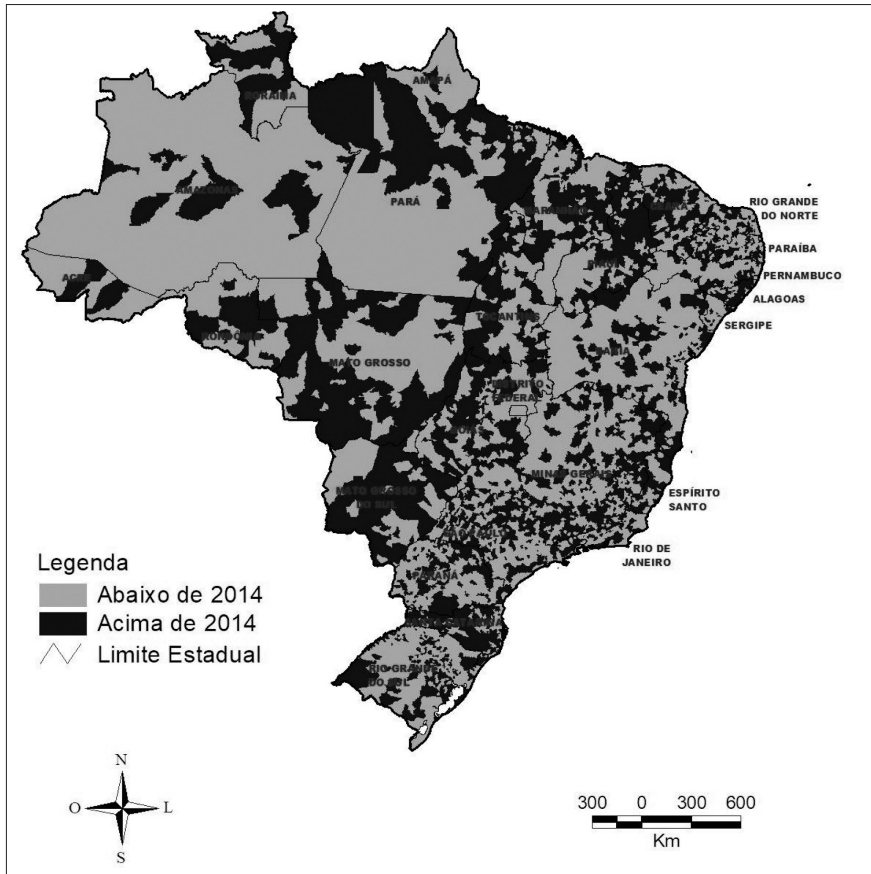
Grandes regiões	Situação dos municípios em 2017					
	Abaixo do patamar pré-crise		Acima do patamar pré-crise		Total	
Centro-Oeste	182	39,0	285	61,0	467	100
Nordeste	946	52,7	848	47,3	1.794	100
Norte	236	52,4	214	47,6	450	100
Sudeste	829	49,7	839	50,3	1.668	100
Sul	650	54,6	541	45,4	1.191	100
Total	2.843	51,0	2.727	49,0	5.570	100

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2014 e 2017.

VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A seguir, apresenta-se uma análise territorial segundo o comportamento do valor adicionado bruto (VAB). Segundo o IBGE, o VAB é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Desta maneira, é a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS SEGUNDO SITUAÇÃO DO PIB DE 2017 EM RELAÇÃO AO PERÍODO PRÉ-CRISE. BRASIL 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Independente do período analisado na série histórica 2002-2017, o setor econômico com maior participação na geração de riquezas no país foi o serviços. Em 2017, o setor deteve 55,9% do PIB, se incluir também os serviços de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social essa proporção sobe para 73,5% do PIB nacional. Entre 2002 e 2014, o setor de serviços aumentou sua participação no valor adicionado total de 50,7% para 54,8%. Já no período de crise (2015-2016) continuou ganhando participação no

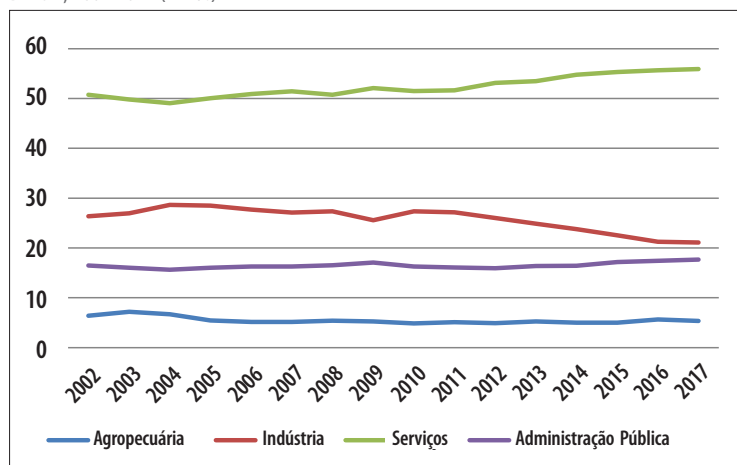
valor adicionado, ampliando de 55,3% para 55,7%. Em 2017, o setor representava quase 56% do PIB brasileiro.

No período de crescimento econômico (2002-2014), o setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social teve sua participação estagnada, circulando em torno de 16,5%. Enquanto, no período de crise (2015-2016) a administração pública teve um leve aumento de sua participação para 17,4% do PIB. Em 2017, a representatividade do setor chegou a 17,7% da totalidade do PIB.

A indústria foi o segundo setor com maior participação na geração de riquezas e no momento de crescimento econômico do país reduziu sua participação de 26,4% para 23,8%. Entretanto, no momento de crise econômica (2015-2016) viu sua participação cair de 22,5% para 21,2%. Em 2017, a indústria manteve-se no patamar de 21% do PIB.

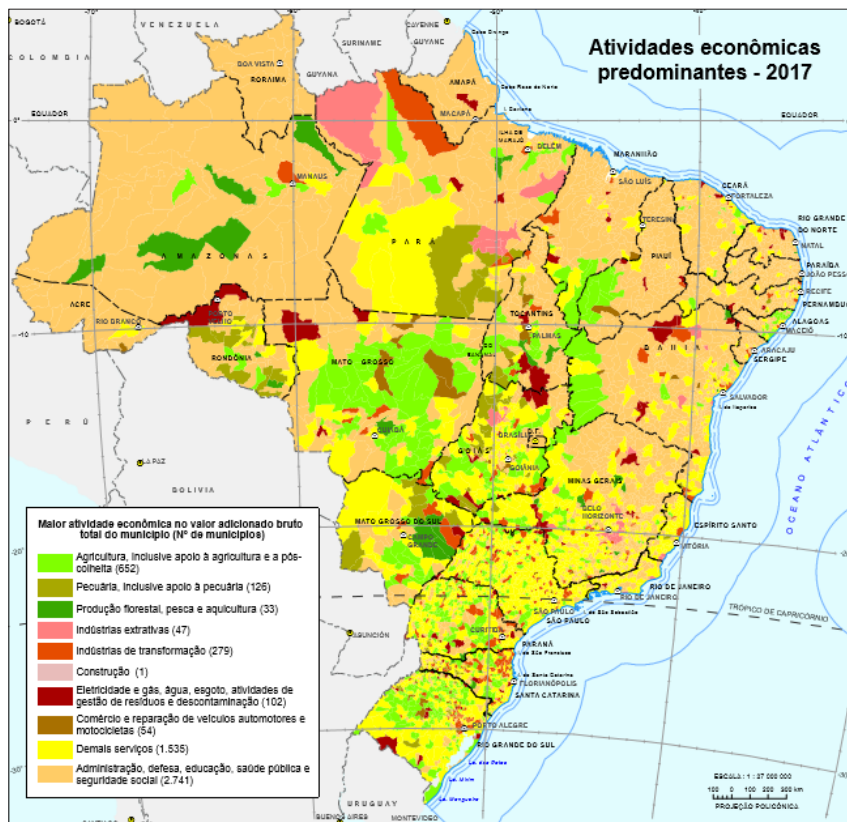
Por fim, a agropecuária vinha reduzindo sua participação no valor adicionado entre 2002 e 2014, passando de 6,4% para 5%. No primeiro ano da crise (2015) manteve sua participação estagnada, mas em 2016 viu sua participação passar por uma discreta elevação para 5,7% aumento. Em 2017, a agricultura representava 5,3% do PIB nacional.

GRÁFICO 6: PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO DO PIB SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA. BRASIL, 2002-2017 (EM %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2017.

MAPA 1: SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA QUE MAIS CONTRIBUIU PARA O PIB. VALOR ADICIONADO BRUTO. BRASIL, 2017



Em 2017, verificaram-se diferentes padrões de interação do território brasileiro ao considerar o principal setor de atividade econômica do município, ou seja, o Valor Adicionado Bruto do setor que mais contribuiu para o PIB. Destaca-se a importância do setor de administração pública, que inclui defesa, educação, saúde pública e seguridade social em 49,2% dos municípios do país. Ou seja, em 2.741 municípios brasileiros a administração pública foi à atividade que mais contribuiu para valor adicionado total do PIB. Os estados do Acre, Roraima, Amapá, Piauí, Paraíba e Distrito Federal exibem

90% ou mais dos seus municípios tendo a administração pública como principal setor de atividade.

Por sua vez, o setor de serviços (exceto administração pública) foi a principal atividade em 28,5% municípios do Brasil, equivalente a 1.530 cidades. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo exibiam mais de 50% de suas cidades com os serviços sendo a atividade que mais gerou valor adicionado em 2017.

O setor industrial foi à atividade mais relevante em 7,7% das cidades brasileiras, igual a 428 municípios. Se considerarmos apenas o as indústrias de transformação nota-se 279 municípios cuja atividade principal foi o segmento, sendo que 78,5% destes estavam concentrados nas regiões Sudeste e Sul. Já o segmento das “indústrias extrativas” e o segmento de “eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” eram a principal atividade em 47 e 102 municípios, respectivamente.

Por fim, a agropecuária foi o principal setor em 14,6% das localidades do país, referente a 811 municípios. Nas Unidades da Federação do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Paraná e Rio Grande do Sul essa proporção ultrapassou 30% dos municípios do estado tendo o setor como mais relevante.

PANORAMA POR CADA SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Ao detalhar um pouco mais a questão setorial, notam-se diferenças regionais relevantes na desagregação da participação do valor adicionado do PIB pelos setores de atividade econômica.

- Setor primário

Segundo IBGE (2019), cerca de $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da agropecuária brasileira era concentrada em 165 municípios. Destes, 58,5% estavam localizados nas regiões Sul e Centro-Oeste, sendo

dedicados majoritariamente para a produção de soja em grão, algodão herbáceo e arroz em grão. Os cinco maiores valores foram, na ordem, São Desidério (BA), Rio Verde (GO), Sapezal (MT), Sorriso (MT) e Três Lagoas (MS), e somaram 2,2% do valor adicionado bruto da Agropecuária em 2017. Entre os 12 maiores valores nota-se que somente dois municípios não eram da região Centro-Oeste: São Desidério (BA) e Formosa do Rio Preto (BA) - sendo relevantes nessas localidades as produções de soja e algodão herbáceo¹⁵.

- Setor secundário

Em 2017, 20 municípios concentravam um quarto de seu valor adicionado bruto do setor industrial, concentração maior que a observada na agropecuária. Com mais 69 municípios chega-se a metade da Indústria. Por outro lado, percebe-se que 2.729 municípios representavam por 1,0% do valor adicionado da indústria. A cidade de São Paulo (SP) está na primeira posição ao concentrar 4,9% do valor adicionado do setor em 2017. Conforme mencionado, a capital paulista vem passando por um processo de desindustrialização, uma vez que chegou a concentrar 8,1% do valor adicionado da indústria do país em 2002. De acordo com IBGE¹⁶:

Entre os 20 municípios de maior participação em 2017, 13 pertenciam à região Sudeste, sendo que oito eram paulistas. Três municípios pertenciam ao Sul, Curitiba (PR), Araucária (PR) e Joinville (SC); apenas dois municípios eram da região Norte, Manaus (AM) e Parauapebas (PA); e o Nordeste e Centro-Oeste tinham um município cada, Camaçari (BA) e Brasília (DF), respectivamente. (IBGE, 2019, p. 13).

Segundo IBGE (2019), a cidade do Rio de Janeiro (RJ), com 2,7%, ocupou a segunda posição, seguido por Manaus (2,1%) devido à produção industrial da Zona Franca. A cidade de Paulínia (SP) e São José

15. Idem.

16. Ibidem.

dos Campos (SP), com 1,5% e 1,3% de participação, respectivamente, se destacaram pelo refino de petróleo. Parauapebas (PA) se destaca pela extração de minério de ferro e sexta posição.

- Setor terciário

O setor terciário¹⁷ também se mostrou bastante concentrado com as cidades de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), e Brasília (DF) somando quase um quarto do valor adicionado do setor. Em 2017, 38 municípios de maior participação acumularam metade do total, dentre os quais 19 eram capitais. De acordo com IBGE (2019)¹⁸:

[...] na região Norte somente as capitais do Amazonas e do Pará estiveram neste grupo e da região Nordeste não apareceram as capitais dos Estados do Piauí, Paraíba e Sergipe entre estes municípios. Todas as capitais pertencentes às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estiveram entre os maiores valores desses serviços em 2017. Destaca-se também que 14 dos 38 municípios deste grupo eram paulistas.

Em igual período, os 2.036 municípios de menor participação somavam apenas 1,0% desses serviços. De forma complementar, os serviços relacionados à administração, educação, saúde e seguridade social pública tornaram-se atividade econômica importante em grande parte dos municípios brasileiros. O setor é predominante especialmente entre os municípios que exibiam PIBs menores, cujo qual a atividade pública torna-se importante para economia e para geração de empregos. Os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste se destacam por elevada participação do segmento, apesar das capitais e municípios da região Sudeste também apresentarem peso setorial substancial¹⁹.

17. Com exceção da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social que será analisado adiante.

18. IBGE. Produto Interno dos Municípios, 2017. IBGE, *Contas Nacionais* nº 69, 2019.

19. Idem.

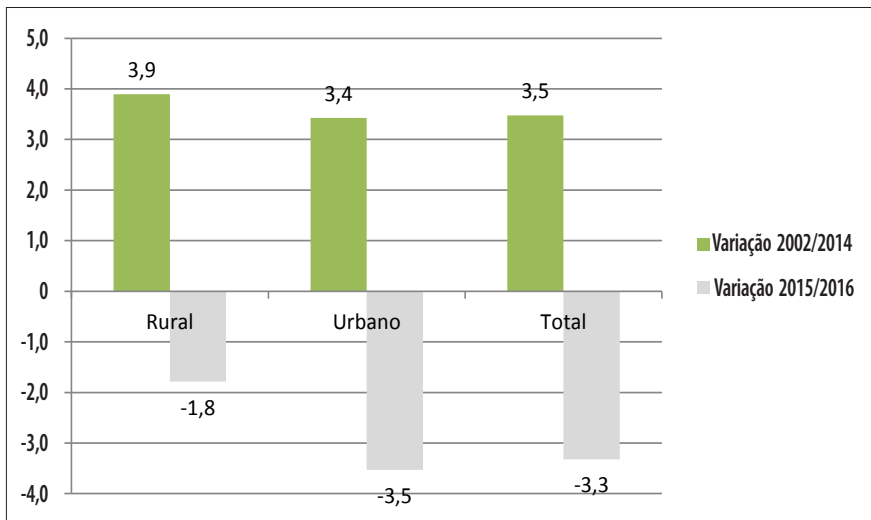
EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL SEGUNDO TIPOLOGIA TERRITORIAL

A seção buscou analisar a variação média o PIB no período de crescimento e crise econômica classificando os municípios segundo as seguintes tipologias: cidades polo e do entorno, rural e urbano, hierarquia urbana e semiárido. Vales ressaltar que os mapas classificando cada município segundo as tipologias utilizadas encontram-se no Anexo I.

- Situação urbana e rural

A maioria dos municípios brasileiros foi considerada rural segundo classificação do IBGE, correspondente a mais de 60% das localidades. Entre o período 2002 e 2014, os municípios rurais tiveram taxas médias de crescimento do PIB levemente maiores que os urbanos – correspondente a 3,9% de crescimento médio anual.

GRÁFICO 7: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REAL SEGUNDO SITUAÇÃO URBANA E RURAL. MUNICÍPIOS DO BRASIL 2002-2014 E 2015-2016 (EM %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

No cenário de recessão predominante entre 2015 e 2016, todas as categorias de municípios foram atingidas, sendo as cidades urbanas tiveram variação negativa do PIB mais acentuadas. Para os rurais, a variação média anual do PIB foi de -1,8%, enquanto a das localidades urbanas foi de -3,5% ao ano.

- Municípios polo e do entorno

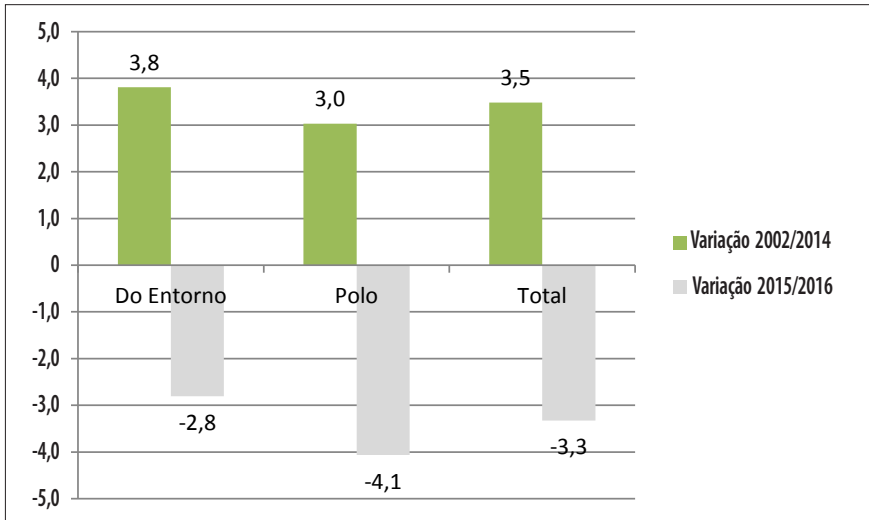
Segundo classificação do IBGE, 558 localidades brasileiras eram consideradas municípios polo (10,5% dos municípios brasileiros), que atraem os moradores das cidades do entorno para a realização de atividades econômicas e sociais, como São Paulo, Goiânia, João Pessoa, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, entre outras. Essas cidades se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno.

Entre 2002 e 2014 o crescimento do PIB foi mais elevado para os municípios do entorno (3,8% ao ano) se comparado aos municípios polo (3% ao ano). No entanto, no período de crise econômica iniciado em 2015, o qual houve queda do PIB para as duas categorias, as cidades polo foram as mais afetadas. Para as cidades polo, a variação média anual do PIB foi de -4,1%, enquanto para os municípios do entorno foi de -2,8%.

- Hierarquia urbana

A hierarquia urbana é uma classificação dos municípios elaborada pelo IBGE que considera a posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE

GRÁFICO 8: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REAL SEGUNDO REGIÃO IMEDIATA. MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2002-2014 E 2015-2016 (EM %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

em 2008, identificou cinco posições no território brasileiro: MetrÓpole, Capital Regional, Centro de Zona, Centro Local, Centro Sub Regional.

A categoria MetrÓpole é hierarquicamente a mais influente e é composta por 117 cidades, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus, Recife, Fortaleza entre outras. No período de crescimento (2002-2014) a variação média anual do PIB dessa categoria foi de 3,1%, enquanto no período de crise econômica foi de -2,9%.

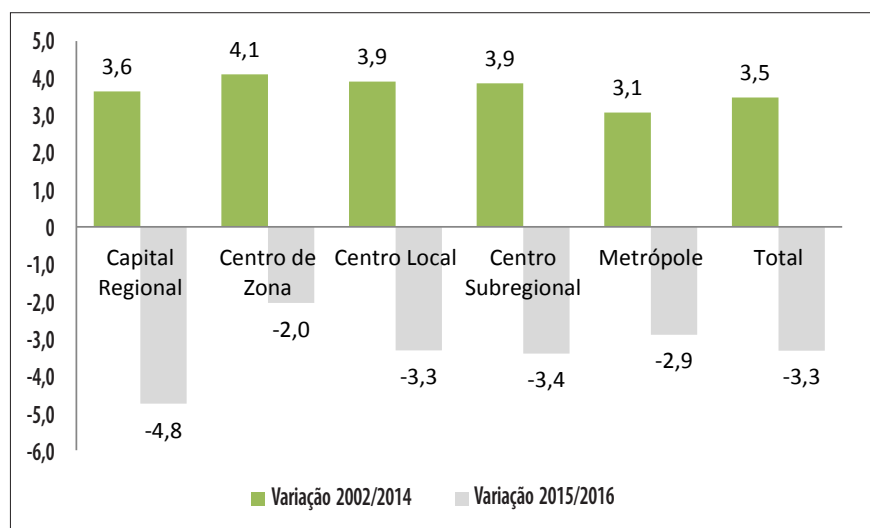
A categoria Capital Regional é hierarquicamente a segunda mais influente e possui 189 municípios. Segundo o IBGE, essas cidades têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. No período 2002-2014 a variação média anual do PIB dessa categoria foi de 3,6%, enquanto no período de crise econômica foi de -4,8%.

As cidades da categoria Centro Sub-regional correspondem a 164 municípios. Estas cidades são centros com atividades de gestão menos complexas se comparado a capital, têm área de atuação mais

reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com capital. As cidades da categoria Centro Sub-regional tiveram crescimento médio anual do PIB de 3,9% entre 2002-2014, e assistiram uma queda de -3,4% do PIB entre 2015 e 2016.

De acordo com o IBGE, as cidades da categoria Centro de Zona são de menor porte e com atuação restrita à sua área de atuação imediata, bem como exercem funções de gestão elementares. Essa categoria é composta de 561 cidades. Entre 2002-2014 foi o grupo de cidades com maior crescimento médio anual (4,1% ao ano), mas entre 2015-2016 foi viu seu PIB cair em -2% ao ano.

GRÁFICO 9: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REAL SEGUNDO HIERARQUIA URBANA. MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2002-2014 E 2015-2016 (EM %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

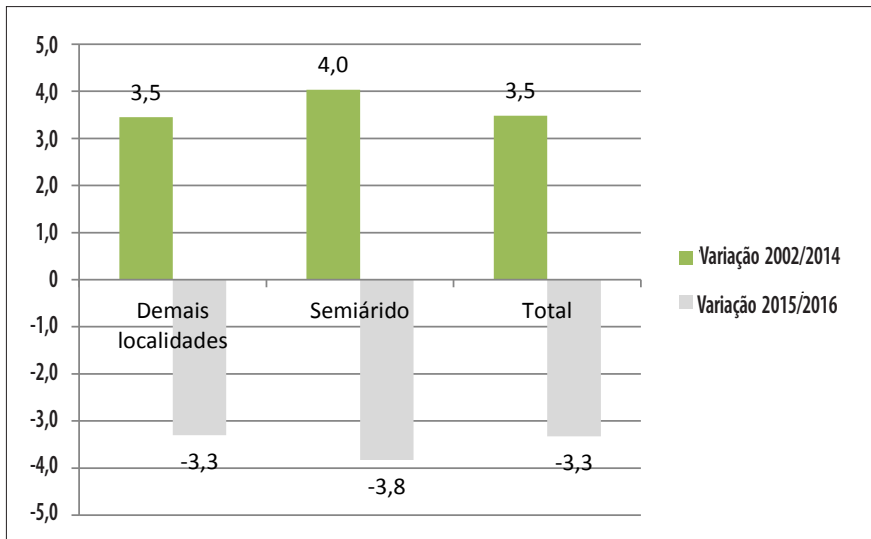
Por fim, a categoria Centro Local é composta pela maioria dos municípios brasileiros (4.479 cidades), cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus

habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes. No período 2002-2014, o grupo de cidades da categoria Centro Local tiveram um crescimento médio anual do PIB de 3,9%, portanto próximo à média estadual. Entre 2015-2016, a categoria Centro Local sofreu uma redução do PIB, correspondente a -3,3% ao ano.

- Semiárido

Entre 2002-2014 os municípios pertencentes ao semiárido tiveram um crescimento médio anual do PIB de 4%, contra 3,5% das demais localidades. No período de 2015 a 2016, em plena recessão econômica nacional, os municípios do semiárido brasileiro sofreram queda em maior proporção se comparado aos demais municípios, o que correspondeu a -3,8% em relação a -3,3% nas demais localidades do estado.

GRÁFICO 10: VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB REAL SEGUNDO ÁREA DO SEMIÁRIDO. MUNICÍPIOS DO BRASIL, 2002-2014 E 2015-2016 (EM %)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2002-2016.

O semiárido brasileiro possui como características mais marcantes as altas temperaturas, seguidas de longos períodos de estiagem, solo

pedregoso e escassez de água. Dos 5.570 municípios do Brasil, 1.262 deles (22,7%) estão inseridos na região semiárida. Abrange os estados das regiões Nordeste e Sudeste, ocupando uma área total. A área do semiárido corresponde a aproximadamente 982.563 quilômetros quadrados – correspondente a 11% do total do território nacional.

SOBRE OS AUTORES

Marcio Pochmann é economista (UFRGS, 1984), doutor em Ciências Econômicas (Unicamp, 1993), pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e professor titular do Instituto de Economia, ambos da Universidade Estadual de Campinas. Foi técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo (2001-2004) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2007-2012). Foi presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA, 2012-2019).

Alexandre Guerra é economista, doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atua com planejamento de políticas públicas municipais. Foi secretário-adjunto de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Osasco (SP), coordenador dos programas sociais da Prefeitura de São Paulo e consultor do Ministério de Desenvolvimento Social e do IPEA.

Ronnie Aldrin Silva é geógrafo pela Universidade de São Paulo (USP) e cientista de dados. É autor de publicações sobre as temáticas de exclusão social, mercado de trabalho e gestão pública. Foi consultor da FAO-ONU, do IPEA e da Fundação Perseu Abramo (FPA).